



**Universidade de Brasília**

**Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável**

**Mestrado em Educação e Gestão Ambiental**

**Emancipação e Participação Popular: a Gestão Participativa no  
Parque Recreativo Sucupira em Planaltina, DF**

**Juliana Farias Cavalcante  
Dissertação de mestrado**

**Brasília, DF – março/2010**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Emancipação e Participação Popular: a Gestão Participativa no  
Parque Recreativo Sucupira em Planaltina, DF**

Juliana Farias Cavalcante

Orientadora: Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, março/2010

Cavalcante, Juliana Farias

**Emancipação e Participação Popular:** a Gestão Participativa no Parque Recreativo Sucupira em Planaltina, DF.  
Brasília, 2010.  
151p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1.Educação Ambiental. 2.Gestão Participativa. 3. Movimento Social.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do(a) autor(a).

---

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Emancipação e Participação Popular: a Gestão Participativa no  
Parque Recreativo Sucupira em Planaltina, DF**

Juliana Farias Cavalcante

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Educação e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

---

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável  
CDS/UnB)  
(Orientadora)

---

Leila Chalub-Martins, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS/UnB)  
(Examinadora Interna)

---

Nina Paula Ferreira Laranjeira, Doutora (Faculdade UnB Planaltina - FUP)  
(Examinadora Externa)

Brasília-DF, 29 de março de 2010.

## SUMÁRIO

### LISTA DE FIGURAS

### LISTA DE GRÁFICOS

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>EMANCIPAÇÃO E PARADIGMA</b> .....	15
1 A MUDANÇA DO OLHAR E A RACIONALIDADE COMPLEXA.....	15
1.1 ANÁLISE COMPLEXA.....	15
1.2 ÉTICA.....	17
1.3 O CONHECIMENTO.....	19
1.4 PARADIGMA EMANCIPATÓRIO EMERGENTE.....	20
1.5 SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS.....	23
1.6 EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL.....	26
1.7 PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA.....	31
1.8 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	34
1.9 A ATUAÇÃO DO ESTADO.....	35
1.10 O SUL QUE SOMOS: HERANÇAS COLONIAIS.....	36
1.11 CONTRA-HEGEMONIA.....	38
1.12 A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO SOCIAL.....	39
1.13 A TEORIA DA TRADUÇÃO.....	40
1.14 UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO.....	41
2 METODOLOGIA.....	42
2.1 PESQUISA-AÇÃO.....	42
2.2 NARRATIVA.....	46
2.3 COLETA DE DADOS.....	46
<b>TROCA DE SABERES: UMA FORMA DE VALORIZAÇÃO DA ATUAÇÃO SOCIAL</b> .....	48
<b>3 EXPERIÊNCIA SOCIAL</b> .....	48
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: UM POUCO DA HISTÓRIA.....	48
3.1.1 Estudo de Caso.....	48
3.1.2 História de Vida.....	50
3.1.3 Sobre a cidade de Planaltina, DF.....	55
3.1.4 Sobre o Parque Sucupira .....	58
3.1.5 Sobre o grupo Amig@s do Parque Sucupira .....	62
3.2 RELATO DAS EXPERIÊNCIAS: A CONVERGÊNCIA DE CAMINHOS.....	68

3.2.1 O caso da Vila Olímpica.....	68
3.2.2 Concurso da logomarca dos Amig@s do Parque Sucupira.....	71
3.2.3 Denúncia ao IBRAM e à CAESB.....	74
3.2.4 Pesquisa de opinião.....	77
3.2.5 Projeto Rádio Diversidade Ambiental.....	80
3.2.6 Parceria com a Universidade na gestão do Parque.....	84
3.2.7 Sobre a sistematização dos dados.....	85
3.3 PARA REFLEXÃO.....	87
3.4 UM CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO PELA EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL.....	90
3.5 UMA PROPOSTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA EMANCIPATÓRIA.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROPOSTA DE DIÁLOGO.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXOS</b>	

## AGRADECIMENTOS

Nos meus primeiros planejamentos de vida eu já sabia que tinha que trocar com as pessoas e com o mundo. Um sentimento muito forte que apareceu cedo em uma pessoa muito nova para tanta preocupação. Mas a vida ensina que pode ser leve, especialmente quando é dívida.

O primeiro agradecimento, como não poderia deixar de ser é para minha mãe e para o meu pai que me ensinaram as primeiras coisas, me deram teto, comida e afeto. Me mostraram as primeiras opções de valores, me ensinaram a andar descalça, tomar banho de chuva e comer fruta do pé.

A vida é feita de gente, de relações e as pessoas que me cercam sabem o valor dessa companhia para mim. Às minhas amigas e amigos, agradeço o olhar atento, o ouvido disponível e o coração aberto. Nos momentos de festa ou de estudo sempre foram vocês meu apoio e sentido de vida, minha família planetária.

Fui seguindo o meu caminho, meu coração e nele achei o que deveria fazer para atender aquele desejo de trocar com a vida. Encontrei apoio e suporte, reconhecimento e confiança de pessoas que acabaram se tornando parte vital desse caminho profissional/pessoal que escolhi.

Agradeço, assim, à Laís que me plantou semente em solo onde nasci. Um dia, em uma aula, ela lançou no mundo algumas sementes que encontram um lugar ao sol para crescer.

Me vi semente virando broto e percebi que estava sendo cuidada por mãos generosas em um novo lugar, uma nova vida. Me senti amparada e parte desse novo lugar físico e emocional em que estava. Agradeço, então, à Nina que me mostrou o melhor exemplo de trabalho coletivo que já tive na vida. Sua sensibilidade em entender as pessoas e sua capacidade de realização me serviram de exemplo e de suporte profissional, que estendi para minha vida pessoal.

Nesse processo intenso de descobertas e possibilidades, e leve enquanto divido, agradeço à minha orientadora, que é um presente do universo com sua energia infinita, que sempre soube como me motivar, me puxar para terra, me entender e me respeitar.

Também nessa estrada encontrei a Utopia, a vontade de fazer mais ainda. Lá, uma rádio comunitária com jeito de minha casa, encontrei mais pessoas que me deram novas referências. O Batista na comissão de frente com sua imensa força e a Rejane com o amor e o exemplo que sempre me oferece.

Percebo agora, que à todas essas pessoas quero agradecer a confiança e a liberdade que dividimos na nossa convivência. Entendo que a liberdade foi um estímulo à criatividade e a confiança me ajudou a desenvolver o sentido de responsabilidade e compromisso.

Divido essa dissertação (e minha história) com vocês.

Agradecida... sempre.

## RESUMO

A pesquisa aqui apresentada insere-se no tema Educação e Gestão Ambiental e tem como objeto de estudo as ações do grupo “Amig@s do Parque Sucupira” em torno da gestão participativa do Parque, que pertence a Planaltina, DF - Brasil. O objetivo é compreender como o grupo media a relação entre o poder público e a sociedade no processo de implantação do Parque. A Problematização gira em torno de como a participação social interfere na gestão pública. A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa-ação: instrumento de investigação científica que pretende desenvolver novos conhecimentos, transformar uma situação real e trabalhar de forma colaborativa. A relevância desta pesquisa é sistematizar e analisar o trabalho do grupo para que possa dar andamento ao trabalho com a comunidade, valorizar a participação social nas decisões relativas às cidades e levar para a academia um conhecimento gerado na prática social. A conclusão dessa pesquisa revela um caminho de emancipação possível na participação social.

Palavras-chave: Gestão Participativa; Educação Ambiental; Movimento Social.

## **ABSTRACT**

This research, which belongs to the theme of Education and Environmental Management, has as subject the study of the actions of a group called "Amigos do Parque Sucupira" (Friends of Sucupira Park) on participatory management of the park, which belongs to Planaltina, DF, Brazil. The aim is to understand how the group mediates the relationship between the state and the society on the process of creation of this park. I question how this social participation affects the state management of the park. The methodology of this work is research-action, which is a way of scientific investigation that develops new knowledge at the same time that it transforms reality and works collaboratively. The importance of this research is to structure and analyse this group's work so that the work with this community can be carried on, as well as value social participation on decision-taking when it comes to their town. Furthermore, it will take into the academic world knowledge that was generated in social practise. They conclusions from this research show a possible emancipation path in social participation.

Key-words: Participatory Management, Environmental Education, Social Movement.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mandala da Educação e da Gestão Ambiental Complexa e Emancipatória.....	49
Figura 2 – Turma de 2007 do curso de extensão “Projetos em Educação Ambiental” no campus de Planaltina.....	51
Figura 3 – Trilha monitorada com estudantes do projeto Rádio Diversidade.....	52
Figura 4 – Trilha com estudantes da Comunicação Comunitária do Campus Darcy Ribeiro (Universidade de Brasília).....	52
Figura 5 – Trilha com cursistas da extensão.....	53
Figura 6 – Trilha com estudantes do Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima.....	53
Figura 7 – Conversa com morador do Parque Sucupira.....	54
Figura 8 – Mapa de Planaltina – DF.....	57
Figura 9 – Área do Parque entre a Estância, a Vila Nossa Senhora de Fátima e a Universidade de Brasília.....	58
Figura 10 – Córregos: Fumal, Mestre D’armas e Atoleiro (cinturão verde).....	60
Figura 11 – Mata de galeria do córrego Fumal.....	61
Figura 12 – Cerrado presente no Parque Sucupira.....	61
Figura 13 – Conflito fundiário no Parque Sucupira.....	62
Figura 14 – Desvio do córrego Fumal e cascalheira no Parque Sucupira.....	62
Figura 14 – Lixo e desmatamento no Parque Sucupira.....	63
Figura 15 – Criação de gado e alambrado depredado no Parque Sucupira.....	63
Figura 16 – Planta da Vila Olímpica.....	69
Figura 17 – Reunião para escolha da logomarca dos Amig@s do Parque Sucupira.....	72
Figura 18 – Logomarca dos Amig@s do Parque Sucupira.....	73
Figura 19 – Premiação do concurso da logomarca na mostra cultural do projeto Rádio Diversidade.....	73
Figura 20 – Marcação da trilha feita por estudantes do Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima.....	75
Figura 21 – Descoberta do emissário contaminado na trilha monitorada com estudantes do Centro de ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima.....	75
Figura 22 – Encontro do esgoto clandestino com as margens do córrego Fumal.....	76
Figura 23 – Oficina sobre de pesquisa de opinião com estudantes do projeto Rádio Diversidade.....	78
Figura 24 – Saída de campo da pesquisa de opinião com estudantes do projeto Rádio Diversidade na feira de Planaltina.....	78
Figura 25 – Stande da pesquisa sobre o Parque Sucupira no congresso de pesquisa de opinião realizado pela Estação Ecológica de Águas Emendadas.....	79
Figura 26 – Cartaz de divulgação do Festival Parque Sucupira.....	82
Figura 27 – Parte do público do Festival Parque Sucupira no Campus da Universidade de Brasília em Planaltina.....	82
Figura 28 – Palco do festival Parque Sucupira.....	83
Figura 29 – Jurad@s do festival Parque Sucupira.....	83

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pesquisa de opinião sobre o Parque Sucupira.....	79
Gráfico 2 - Pesquisa de opinião sobre o Parque Sucupira.....	80
Gráfico 3 - Pesquisa de opinião sobre o Parque Sucupira.....	80

## INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada insere-se no tema Educação e Gestão Ambiental e tem como objeto de estudo as ações do grupo *Amig@s do Parque Sucupira* em torno da gestão participativa do Parque, que pertence a cidade de Planaltina - DF. O grupo em questão é formado por representantes da Universidade de Brasília, da Estação Ecológica de Águas Emendadas, da Associação Comunitária Amigos do Centro Histórico, da Rádio Comunitária Utopia FM e por professores e estudantes de Escolas Públicas.

O grupo não existe sem a comunidade e atua em prol de suas necessidades coletivas, tendo como incentivo as questões socioambientais e como referência a legislação ambiental. Sua proposta de gestão é estimular a comunidade a olhar criticamente a situação social do lugar em que reside e, a partir disso, procurar instrumentos de atuação social e ampliação do conhecimento.

Existe uma lacuna entre a sociedade e o poder público, um grupo organizado da própria comunidade que se propõe a mobilizar a comunidade para gerir uma área de proteção preenche essa carência de abrangência do governo. A sociedade organizada pode mediar o processo de gestão local a partir do momento em que se organiza para conhecer e analisar a vida da cidade, as necessidades coletivas das pessoas e do ambiente em que vive.

A questão de estudo é: como a participação social interfere na gestão pública do Parque Sucupira? O objetivo geral é entender como o grupo media a relação entre o poder público e a sociedade no processo de implantação de fato do Parque. Os objetivos específicos são: entender como se dá a participação social na gestão local e perceber a dimensão educativa no processo de gestão ambiental. Para isso é preciso conhecer o conflito socioambiental existente na região e pensar formas de atuação da população.

Há no Brasil muitos parques que existem apenas no papel. O Parque Sucupira é um exemplo dessa política ambiental ineficaz. Ele foi criado em 1996 na cidade de Planaltina - DF, Brasil, e até hoje não cumpre as especificações da sua lei de criação. Atualmente está sob cuidados e fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), e sua implantação é competência da Administração da cidade. O Parque Sucupira está localizado na sub-bacia do Ribeirão Mestre D'armas e na Bacia Hidrográfica do Rio São Bartolomeu.

É preciso responder às demandas coletivas, o desafio é minimizar as demandas individuais e criar um espírito de grupo na comunidade. Para isso a educação, na sua concepção formadora e transformadora, é um instrumento de união.

A dimensão educativa, a dimensão política e a dimensão comunitária da gestão devem ser abordadas na pesquisa e na ação. Educativa, pois se abre ao diálogo e almeja mudanças; Política, pois se manifesta em espaços públicos e privados e tem que lidar com questões de poder; Comunitária, pois tem como foco o interesse coletivo.

A Gestão Participativa da cidade necessita estar em confluência com a educação formal e não-formal. Para transformar uma dada situação deve-se estar munido de saber e sabedoria. De saber, para conhecer quais são os instrumentos podem ser usados nessa transformação e de sabedoria para usar isso em favor da coletividade. Assim o trabalho de gestão torna-se, de fato, uma ação comunitária.

A dissertação foi pensada da seguinte maneira:

A primeira parte são as bases teóricas da pesquisa, em quais categorias de análise ela se baseia. A idéia é elucidar as suas premissas epistemológicas. O que foi vivido conceitualmente e que foi possível de ser relatado até o momento da escrita. É o resultado da escolha consciente dos valores e da visão de mundo, afinal - o paradigma. O objetivo é formular um caminho conceitual que supra as necessidades teóricas do estudo a partir do momento atual de transformação paradigmática.

A teorização foi feita com base em experiências ocorridas no Parque Sucupira e na comunidade, atividades em local público, em processos educativos não formais e formais, em práticas educativas voltada para a gestão, em espaços pedagógicos criados no meio da rua.

Na segunda parte está a metodologia de pesquisa. Este estudo é o um dos resultados de uma experiência social que, além de transformar as pessoas individualmente, quer mudar um pouco o mundo ao seu redor. É um trabalho de muita conversa, de escuta e de estudo. Portanto, nada mais adequado que fazê-lo na forma de pesquisa-ação, uma metodologia que busca emancipação social e acadêmica. Feita de forma ativa e inserida na comunidade a pesquisa-ação envolve o grupo no aprendizado. É uma proposta de transformação na maneira como a pesquisa social é feita e quer servir de instrumento de mudança.

Os dados foram coletados na atuação social e em documentos públicos. É uma pesquisa individual, pois foi escrita para a conclusão de um curso de mestrado, mas é também coletiva, pois nada do que foi feito e vivido foi uma decisão apenas individual e nem uma experiência foi realizada sem a participação de pelo menos parte do grupo.

A terceira parte é um relato possível do que aconteceu na cidade de Planaltina, em relação ao Parque Sucupira entre os anos de 2006 e 2010. É um estudo de caso que pretende registrar e analisar a vivência desse grupo que atua na comunidade com intensão de incentivar a participação popular nas decisões socioambientais. Para isso, o grupo parte da própria participação.

O propósito dessa parte é registrar a experiência da sociedade organizada e contribuir com a divulgação das ações do grupo e, assim, partilhar com outras experiências possíveis. Dessa forma, esse registro quer colaborar para a produção de conhecimento acadêmico a partir da valorização da experiência social, da troca saberes e experiências divulgando ações do movimento social em prol da transformação na comunidade.

Nesta parte o destaque é para a gestão e educação ambiental complexa e emancipatória enquanto uma experiência construída na prática. É um caminho para a participação social e para a transformação dos problemas locais pela própria população. É um conhecimento gerado pela vivência.

Esse estudo recorre à análise complexa, proposta por Edgar Morin, à noção de emancipação de Boaventura de Sousa Santos e à Pesquisa-Ação de Renè Barbier. Esse projeto se tornou pesquisa motivado pelas idéias da epistemologia das ausências defendida por Boaventura de Sousa Santos.

Em todas as partes está presente a análise complexa, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Elas são o caminho epistemológico escolhido para compreender a atuação de atores sociais envolvidos, as relações entre humanidade e natureza e a produção do conhecimento científico.

Todas as categorias de análise se complementam e se buscam. Porém é preciso destacar que a ética e a participação estão em evidência e permeiam todo o trabalho e a pesquisa. São elas o elo entre discurso e prática mais evidente e necessário.

Assim, essa pesquisa quer participar da troca de saberes e de experiências com

peças diversas, que são sujeitos sociais por definição. É uma tentativa de tradução do que foi feito em uma determinada localidade, com determinadas pessoas e que tem, nessa dissertação, um caminho de diálogo.

## EMANCIPAÇÃO E PARADIGMA

Rápido se faz um aterro pra cobrir o mar  
Lento o mar retoma de vez o seu lugar  
Rápido se derruba uma árvore secular  
Lento desenvolve-se uma planta curativa  
Rápido a violência tenta se justificar  
Lento se percebe aonde tudo isso vai chegar  
Rápido o mundo acelera sua degradação  
Lento, o novo pensamento vai dando sinais sutis da sua existência  
Processo de justiça (lento), educação (lento),  
Processo é lento de informação (lento)  
Percepção (lento)  
Aprendizado (lento)  
Processo é lento de evolução (lento)  
Processo quase eterno de repetição, irmão  
(O processo - BNegão)

### 1 A MUDANÇA DO OLHAR E A RACIONALIDADE COMPLEXA

#### 1.1 ANÁLISE COMPLEXA

Com a idéia de realizar uma análise complexa, essa pesquisa foi inspirada nos fundamentos de MORIN e da complexidade. Passamos por um momento histórico em que temos a oportunidade de transformar nosso olhar sobre o mundo, sobre as relações sociais e sobre a educação. Segundo MORIN (1997) o caminho que a produção científica tem percorrido por todos esses séculos culmina com o momento atual em que se mostra a possibilidade de uma mudança de paradigma.

A transformação urgente da forma como nos relacionamos com o mundo é pouco questionável em tempos de crise. A crise reorganiza, ainda que inesperadamente, de forma consciente os processos de mudança. Mas qual é o nosso papel nessa transformação é uma pergunta relevante nesse momento. Para se tornar consciente, mais do que simplesmente saber quais são as mudanças é preciso se responsabilizar por elas e buscar alguma alternativa que supere não apenas os hábitos, mas a lógica com que olhamos a vida.

Nesse sentido, defende JACOBI (2003):

A necessidade de abordar o tema da complexidade ambiental decorre da percepção sobre o incipiente processo de reflexão acerca das práticas existentes e das múltiplas possibilidades de, ao pensar a realidade de modo complexo, defini-la como uma nova racionalidade e um espaço onde se articulam natureza, técnica e cultura. (JACOBI, *op. cit.*, p.191)

Precisamos de uma nova concepção de ciências humanas que seja uma passagem

estreita entre as duas concepções alienantes de mundo: a determinista e a arbitrária, que consiga “pensar o incerto” e aceitar a condição temporal humana. Segundo PRIGOGINE (2003, pg. 64) a ciência abre possibilidades e pode criar novas utopias.

Para o autor a criatividade existe na ciência assim como na arte e está em todas as atividades humanas. O inesperado é a essência da criatividade e a base da atividade científica. O poder inventivo da natureza e a energia do sol dão origem a vida, as coisas que foram descobertas já estavam lá, já existiam antes e foram, na realidade, colhidas pela criatividade humana.

O pensamento Complexo é visto como um novo paradigma que complementa os anteriores, em que o conhecimento já criado na história da ciência serve como degrau para esse modo de olhar e organizar o pensamento. Nessa perspectiva, o conhecimento é construído em anel aberto e em espiral de forma reflexiva e dialógica. Na complexidade, opostos se complementam e se geram (MORIN, 1977).

Um paradigma que separe e associe sem reduzir a leis gerais, que repense o saber com base no estado atual dos conhecimentos e que conduza a transdisciplinaridade ao fazer os domínios científicos se comunicarem sem se reduzirem e de forma cooperativa é a transformação esperada pela complexidade.

A complexidade é uma forma de racionalidade ligada à culturas não-européias que têm um conceito de tempo não-linear. O universo é entendido como universo narrativo, pois tem história e tempo. O tempo é uma questão fundamental e universal, ele da mesma forma caracteriza e diferencia, mostrando uma dupla função de unidade e diversidade. “Portanto, a realidade é somente uma das realizações do possível” (PRIGOGINE, 2003, p. 56).

O pensamento complexo busca em todo o conhecimento já produzido sua conexão com a multidimensionalidade do real. São degraus para o conhecimento. A hiperespecialização transformou o saber em partes fragmentadas e sem relação, gerando dificuldades em inter-relacionar humanidade, sociedade e natureza (MORIN, 2003).

Devemos, então, lançar um olhar que re-ligue os conhecimentos que foram entendidos e produzidos de forma fragmentada. Inclusive colocando como indissociáveis a atuação das ciências sociais e naturais na compreensão da vida na terra. É o que MORIN (1999) chama de dupla inscrição complexa: “organização antropossocial na eco-organização natural e a eco-organização natural na organização antropossocial” (MORIN, 1999, p.74).

Ele defende uma tomada de consciência da situação e papel da humanidade na natureza e, também da situação das pessoas entre si, estas são para o autor questões interligadas.

O conceito de organização ajuda a perceber o que liga as idéias, tudo que tem organização está em transformação, algumas qualidades se perdem, outras aparecem. A emergência é um traço do todo, é uma característica de novidade que surge de suas interações, é uma qualidade específica de um tempo-espaço. Visto sob a ótica dos elementos constituintes, o todo é diverso e heterogêneo e suas possíveis formas de organização são resultantes da interação da diversidade interna e externa.

Segundo MORIN (1977), a ordem é degradável e a desordem é a mãe da forma e, nesse contexto, a emergência organiza e desorganiza. A organização transforma e a abertura faz parte dela, é o que alimenta o fluxo energético dentro do sistema, que é a unidade complexa que se forma. A formação do todo se dá a partir da associação e combinação das partes. As características destas, evidenciadas ou ocultadas, é que formam o todo. Este, por sua vez, ao ser configurado, apresenta emergências que o caracterizam como tal e o diferenciam dos demais.

O processo de organização é contínuo e por vezes é uma metamorfose, que para MORIN (2007), representa a autodestruição e autoconstrução de si ao mesmo tempo. Quando um sistema se mostra incapaz de resolver seus problemas “[...] ele se desintegra e se transforma em um meta-sistema capaz de tratar desses problemas” (MORIN, *op. cit.*, p.181). Essa perspectiva pode ser de esperança ou de desastre. Se deixada acontecer de forma inconsciente, o sistema planetário vai se auto-organizar e suas potências geradoras produzirão a transformação. A criação de uma meta-humanidade que tenha auto-transformado suas relações indivíduo/sociedade/espécie é a perspectiva da esperança, é a capacidade de geração de um outro mundo.

As transformações devem contemplar os aspectos estruturais, sociais, institucionais e políticos (MORIN, 2007). É algo além do reformar, é instituir instâncias planetárias com capacidade de resolução de problemas vitais, as “vias regeneradoras” (MORIN, *op. cit.*, p.168). Trata-se de desenvolver qualidades por meio da reforma. Uma maneira é a reforma do espírito e da educação, a educação para a compreensão e o espírito de religação.

## 1.2 ÉTICA

Todo ato ético é uma expressão de ligação e a consciência da autonomia gera

incerteza e necessidade de religação com uma fraternidade humana de forma amorosa. MORIN (2007) coloca em debate a questão do autoconhecimento nas relações humanas atrelando isso à ética.

A consciência dessa relação abre espaço para uma noção de sujeito que comporta, na sua definição, um princípio de exclusão e um de inclusão – a exclusão é egocentrismo, o Eu egoísta; e a inclusão é que inscreve nas relações o Nós, o altruísmo, o afeto e a sociedade. Estes princípios existem em relação e a ética é vivida subjetivamente. A auto-ética é a consciência da decisão pessoal. Ela se alimenta do que é vivo, de fontes psicoafetivas, sociais e culturais. É preciso autonomia ética para analisar e decidir. É preciso autoconhecimento para entender a autonomia ética mais como a “plenitude da responsabilidade” do que como a “angústia da incerteza” (MORIN, 2007, p. 92).

Autonomia ética importa na construção da cidadania.

A felicidade coletiva não deve ser definida como o conjunto de felicidades individuais, seria reduzir a complexidade, porém existe uma impossibilidade de harmonização plena entre a ética para o indivíduo e a ética para a sociedade. A auto-análise combina o olhar interno com a análise do outro e a autocrítica auxilia contra a ilusão egocêntrica (MORIN, 2007).

A crise ética é a crise da religação da tríade indivíduo/sociedade/espécie (MORIN, 2007) e a aposta ética assume a incerteza, reconhece o risco e elabora estratégias. A ação estratégica deve compreender seus efeitos baseando-se nos dois princípios da ecologia da ação: 1) toda ação escapa à vontade de autores e depende do meio e de suas condições; 2) não é possível supor os efeitos de uma ação a longo prazo, nenhuma ação tem garantia.

Essa noção de autonomia e de incerteza é um caminho para a religação ética e complexa proposta como transformação. Os laços de solidariedade se intensificam na autonomia, pois é importante o comprometimento do sujeito para a manutenção da sociedade (MORIN, 2007).

A atomização do saber gera incapacidade de ver o todo e pode fomentar a falta de solidariedade e a irresponsabilidade social. O pensamento complexo é um caminho para a ética complexa, pois religa conhecimentos e orienta para a solidariedade. O

autoconhecimento é importante para integrar quem observa e conduz a uma ética de responsabilidade e de solidariedade com o aumento dos vínculos sociais pelo reconhecimento das liberdades. Como define MORIN (2007) quanto maior a complexidade social, maior as liberdades e maior deve ser a solidariedade para manter o vínculo social.

O autoconhecimento também deve considerar a produção do conhecimento, pois este faz parte integrante do imaginário humano e deve, também, ser entendido em relação e de forma complexa. O caminho autocrítico percorre os locais de formação e instauração das normas sociais e a maneira como são pensadas.

### 1.3 O CONHECIMENTO

Existe uma “ignorância sistemática ou consciência retardatária” (MORIN, 2007, pg.43) dos efeitos das ações geradas pelo modo fragmentado de conhecimento.

Na epistemologia complexa, MORIN (2005) identifica uma crise do conhecimento, pois não há fundamento seguro para o conhecimento, ele comporta zonas cegas, buracos negros, é relativo e incerto. Propõe, por isso, que entendamos o conhecimento como construção em movimento: o conhecimento do conhecimento que implica renúncia à vontade de completude. Ele é reflexividade, relação entre pessoas, sociedade, vida em relação e construção. Para o autor o conhecimento é multidimensional, inseparável e simultaneamente físico, biológico, mental e cultural. Desde o nascimento estamos conhecendo o mundo e conhecer é computar (MORIN, 2005, p.18 – 26). Nesse aspecto, conhecer é traduzir, construir, solucionar problemas e estamos fazendo isso todo o tempo.

A reorganização do conhecimento em epistemologia complexa permite perceber de modo complementar pontos de vista considerados antagônicos (MORIN, 2005, p.31) é uma forma de compreender o conhecimento sem colocá-lo em uma estrutura hierárquica.

A ciência e o conhecimento são, dessa forma, entendidos como objeto do conhecer. Porém, o conhecimento não pode ser objeto como os outros, pois serve para conhecer os objetos e o sujeito cognoscente. Logo, nesse caminho, o sujeito torna-se objeto do seu conhecimento, pois este emana daquele (MORIN, 2005). A “reintegração do sujeito” (MORIN, *op. cit.*, p.30) inserido na proposta complexa de epistemologia é uma transformação na relação sujeito/objeto das ciências.

Importante se faz analisar os instrumentos de conhecimento e as suas condições de produção. O conhecimento do conhecimento tem vocação para emancipar, pois quanto maior a consciência das condições de produção e da organização do conhecimento, mais se reconhece as sujeições sociais envolvidas no processo. É uma possibilidade de “relativamente emancipar-se das suas condições de formação” (MORIN, 2005, p. 33).

Neste século a ideologia camuflou-se de ciência (MORIN, 2005, p.16) e tornou-se instrumento de poder para o paradigma dominante moderno.

#### 1.4 PARADIGMA EMANCIPATÓRIO EMERGENTE

Cada forma de conhecimento se reconhece em certo tipo de saber, no paradigma moderno SANTOS (2000) elenca duas formas de conhecimento: a) o conhecimento-emancipação, b) o conhecimento-regulação.

A emancipação coletiva precisa da participação social orientada politicamente. Dessa participação politizada e historicizada pode-se ampliar e aplicar o conceito de cidadania na sociedade. “[...] a politização do social, do cultural e, mesmo, do pessoal abre um campo imenso para o exercício da cidadania” (SANTOS, 1995, p.263).

A ciência e o direito, espelhos da humanidade, são os guardadores do olhar moderno e encarregados da “gestão reconstrutiva dos excessos e déficits da modernidade” (SANTOS, 2000, p.50). Na modernidade as afirmações científicas são entendidas como norma e o conhecimento não científico (senso comum e humanidades) como ameaça à racionalidade científica ocidental totalitária, que é desunida da natureza e redutora da complexidade. A ciência apropriada pelo capitalismo como força produtiva fez parte do processo de absorção da emancipação pela regulação, ajudando a descaracterizar a tensão existente, e para isso se valeu da hipercientifização da emancipação.

Estamos em um momento histórico de transição paradigmática e a modernidade ocidental é o paradigma dominante atualmente. Estamos passamos desse momento de inércia histórica para um período de transformação. E, segundo SANTOS (2000), não é possível conceber estratégias de emancipação dentro do paradigma dominante, pois todas se transformam em regulação quando codificadas por esse conhecimento.

A transição paradigmática defendida e conceituada como “pós-modernidade de oposição” (SANTOS, 2000, p.54) quer mostrar novas possibilidades de emancipação nesse

momento de transição. Propõe uma forma de conhecimento prudente: começar pelo fim, pensar nas conseqüências como imprevisíveis tentando aproximar previsões. A revalorização do caos e da solidariedade são estratégias epistemológicas de reconhecimento do conhecimento-emancipação. Entender estas noções como uma forma de saber transforma a comunidade em um campo do conhecimento emancipatório.

A elaboração desse novo pensamento crítico de oposição (SANTOS, 2006, p.42) tem três desafios: 1) o de não criar uma teoria geral, 2) o de saber em que medida a cultura ocidental é indispensável à emancipação, 3) o de não cair no relativismo maximizando as interculturalidades.

A regulação e a emancipação são os dois pilares em que assentam a modernidade. Os conhecimentos regulação e emancipação são complementares em definição, os excessos de um influenciam na dinâmica do outro.

O conhecimento-regulação está formado em três princípios: o do estado, o do mercado e o da comunidade; e o conhecimento-emancipação se forma na racionalidade moral-prática, na racionalidade estético-expressiva e na racionalidade cognitivo-instrumental. A absorção do pilar da emancipação pelo da regulação foi também fruto do papel da ciência moderna e condição sócio-cultural deste fim de século. Segundo SANTOS (2000), a racionalidade cognitivo-instrumental e o princípio do mercado tiveram primazia na modernidade.

Houve, dessa forma, o crescimento desequilibrado entre os pilares da modernidade em que o da regulação colonizou e recodificou o da emancipação que, por sua vez, sofreu um hiperdesenvolvimento do princípio do mercado em detrimento dos outros. Houve a hipermercadorização da regulação (SANTOS, 2000, p.56). O princípio da comunidade foi o mais negligenciado pelo conhecimento-regulação e tem duas dimensões só parcialmente colonizadas: a participação e a solidariedade.

O princípio da comunidade (participação e solidariedade) existente na regulação e a racionalidade estético-expressiva (arte) da emancipação são “representações inacabadas da modernidade” (SANTOS, 2000, p.95) e o local onde deve-se começar a desenvolver o conhecimento-emancipação.

A transformação é no paradigma sócio-cultural da modernidade com transições semi-invisíveis e semi-cegas e a consciência da cegueira é atitude emancipatória (SANTOS,

2000, p.46). Uma nova postura epistemológica de cientistas é importante no sentido de produzir uma pluralidade de conhecimentos e práticas, para que a ciência seja aplicada de forma socialmente responsável.

O conhecimento-emancipação é conhecimento local criado que se utiliza do discurso argumentativo para se difundir. Para isso é necessário como premissa que existam “comunidades interpretativas” (SANTOS, 2000, p.95) que tenham superado a renúncia a interpretação e o monopólio desta criado pela modernidade. SANTOS (2000) esse auditório relevante e argumentativo como neo-comunidades.

O senso comum precisa do conhecimento-emancipação para sair do conservadorismo e se tornar um Novo Senso Comum que não crie distinção entre conhecimentos e saiba se incorporar aos já criados. Precisa de uma nova lógica, uma nova racionalidade complexa que o liberte da dicotomia feita pela modernidade que privilegia o conhecimento científico. No entender de SANTOS (2000) deve existir um novo senso comum não conservador, ou seja, que não tenha sido decodificado pela regulação e que possa ser entendido e produzido na construção da emancipação levando em conta a ética pela solidariedade, a política pela participação e a estética pelo prazer.

Para tal, o autor propõe que haja uma ruptura na ruptura feita pela modernidade para que o conhecimento científico seja um novo senso comum emancipatório, uma dupla ruptura epistemológica. Dentro da lógica emancipatória não é criado um lugar privilegiado de fala entre conhecimentos, sequer existe essa distinção.

A auto-reflexividade é uma característica da emancipação pós-moderna e uma maneira de combater as novas formas de regulação que surgem nas experiências. É fundamental entender esse processo no plural, como emancipações, pois cada uma ocorre no seu espaço, no seu tempo e condição sócio-cultural substituindo a dinâmica do desenvolvimento dominante pela do emergente emancipatório pós-moderno (SANTOS, 2006).

O autor propõe como estratégia emancipatória a “epistemologia das ausências” (SANTOS, 2000, p.247) que transforma a forma de pensar dominante redutora da realidade, que inclui realidades marginalizadas ou suprimidas, que aceita a existência de ausências que nunca serão notadas e que não tem privilégios nas formas de conhecimento. Sugere que seja pensado quais os modos de confrontar e superar essa concepção de totalidade e defende que é preciso desenvolver um caminho epistemológico para isso.

## 1.5 SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

A proposta de caminho epistemológico de SANTOS (2006) passa pela percepção de uma maneira de pensar a experiência social fora da lógica da modernidade para que seja possível compreender a sua dimensão. O autor apresenta nesse sentido a sociologia das ausências, para expandir o presente, e a sociologia das emergências, para contrair o futuro.

O autor elenca algumas características da sociologia das ausências. Explica que ela transforma ausência em presença evidenciando os modos de produção de não-existência modernos e que é contra-hegemônica, pois serve para emancipação sem entrar na lógica dominante.

A sociologia das ausências tem um pensamento ampliador de visão ao revelar a multiplicidade de experiências e aceitar a diversidade de saberes e relações. Ela alimenta o presente de possibilidades e transforma o olhar, pois elucida que o que se entende como falta é, na verdade, desperdício da experiência. Criando, assim, condições de ampliação do campo das experiências interpretando-as como acreditáveis e possíveis.

Complementando esse caminho, SANTOS (2006) propõe a sociologia das emergências como forma de pensar o futuro repleto de possibilidades, tirar o futuro do nada ou do determinismo em que foi colocado pela modernidade e passar a entendê-lo como objeto de cuidado.

A sociologia das ausências é transgressiva e uma alternativa epistemológica ao que é hegemônico, está inserida no campo das experiências sociais. A sociologia das emergências quer atenuar a discrepância entre experiências e expectativas na concepção de futuro da sociedade e dos indivíduos, quer substituir o vazio do futuro do tempo linear por um futuro de possibilidades plurais e concretas que vão se construindo no presente. Está no campo das expectativas sociais.

A razão dominante ampliou as expectativas e diminuiu as experiências. A sociologia das ausências e a sociologia das emergências buscam uma relação mais equilibrada entre experiência e expectativa. Trabalham expectativas contextuais medidas pela capacidade de ação. Ambas desaceleram o presente dando a ele um conteúdo mais denso. A Sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais disponíveis a sociologia das emergências expande o domínio das possíveis. Quanto maior o número de possibilidades

acreditáveis e possíveis, maior será a ampliação das experiências do presente.

As sociologias citadas são parte de uma proposta de substituição das lógicas modernas por ecologias. SANTOS (2006) apresenta cinco lógicas ou monoculturas que devem ser confrontadas e cinco ecologias utilizadas nesse confronto.

Tais lógicas são definidas pelo autor como “modos de produção de não-existência” (SANTOS, *op. cit.*, p.102-105). São elas: 1) “Monocultura do saber e do rigor do saber”, que transforma o conhecimento científico moderno em única verdade, deixando de reconhecer o que não é produzido por ele julgando como ignorância. 2) “Monocultura do tempo linear”, que define a história com um sentido único, julga como atrasado e não reconhece como contemporâneo o que é produzido fora da lógica do progresso e modernização. 3) “Lógica da classificação social” baseada na “Monocultura da naturalização das diferenças”, que estabelece hierarquias e classificações sociais e tem como consequência a dominação. Nela inferioridade é entendida como natural. 4) “Lógica da escala dominante”, que prioriza como dominante o universal e o global e coloca em descrédito o particular e local. 5) “Monocultura dos critérios de produtividade capitalista” e a “lógica produtivista”, que define como inquestionável o crescimento econômico baseado na maximização da produção e dos lucros baseados na exploração do trabalho e da natureza.

A “Ecologia dos saberes” confronta a lógica da monocultura do saber com a identificação de outros saberes e a busca de credibilidade para conhecimentos não científicos. É a forma epistemológica das lutas sociais emancipatórias emergentes. A “Ecologia das temporalidades” confronta a lógica do tempo linear aceitando diferentes concepções de tempo e concebendo possibilidades de desenvolvimento autônomo. A “Ecologia dos reconhecimentos” confronta a lógica da classificação social trabalhando a desconstrução tanto da diferença como da hierarquia aceitando e, assim, aumentando a diversidade cultural e social dos sujeitos coletivos. A “Ecologia das trans-escalas” confronta a lógica do universalismo, pois percebe as formações locais de maneira religada e como pontos de resistência, que, dessa forma, deixam de ser vistas como inertes. A “Ecologia das produtividades” confronta a lógica produtivista, pois busca a recuperação e a valorização dos diversos sistemas de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas, dos movimentos sociais, das iniciativas variadas sem semelhança com o capitalismo (SANTOS, 2006, p.105-115).

Esta substituição exige o que SANTOS (2006) chama de imaginação sociológica, que define como de dois tipos: a) epistemológica, para diversificar saberes e perspectivas e

b) democrática, que permite o reconhecimento de práticas e de atores sociais diversos. Tal imaginação é desconstrutiva em várias formas – despensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar e desproduzir (SANTOS, *op. cit.*, p.115).

Para isso é preciso propor um modelo de racionalidade diferente do dominante ou correr o risco de não ser compreendido e de cair no descrédito. A racionalidade cosmopolita é indicada para evitar o desperdício de experiência. Explica o autor:

Daí que a razão cosmopolita prefira imaginar um mundo melhor a partir do presente. Por isso propõe a dilatação do presente e a contração do futuro. Aumentando o campo das experiências, é possível avaliar melhor as alternativas que hoje são possíveis e disponíveis. Essa diversificação das experiências visa recriar a tensão entre experiências e expectativas, mas de tal modo que umas e outras aconteçam no presente. (SANTOS, 2006, p.135)

A racionalidade cosmopolita critica a razão dominante, que ele nomeia de razão indolente. Esta razão é composta por a) uma razão arrogante, que se imagina incondicionalmente livre de demonstrar sua própria liberdade, b) uma razão impotente, que pensa que nada pode fazer contra uma condição exterior a ela, c) uma razão metonímica, que reivindica para si o status de única forma de verdade, d) uma razão proléptica, que julga saber tudo a respeito de um futuro linear e automático. O desafio é superar a razão indolente colocando um novo olhar no mundo e nas suas relações com o conhecimento (SANTOS, 2006, p.95).

A razão metonímica e proléptica são formas fundamentais da racionalidade moderna (SANTOS, 2006, p.97). A crítica da razão metonímica é feita pela sociologia das ausências, pois a contração do presente esconde a maior parte da riqueza das experiências sociais no mundo. O que se entende por carência é uma expressão da arrogância do pensamento dominante que entende como não-existente o que não pode ou quer contemplar. E a crítica a razão proléptica é feita pela sociologia das emergências, pois atrela o futuro ao presente reduzindo as expectativas e transformando a noção de progresso em necessidade de ação presente. “A possibilidade é o movimento do mundo” (SANTOS, *op. cit.*, p.117).

A falta de informação sobre o que está acontecendo no presente esconde a riqueza das experiências sociais no mundo que produz a sua não-existência. O que não existe é ativamente produzido como não existente. Os cinco modos de produção da não-existência são legitimados e codificados pela razão metonímica como o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo (SANTOS, 2006, p.102). Segundo o autor:

A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contracção do presente e, portanto, no desperdício da experiência. A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contracção de modo que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. (SANTOS, *op. cit.*, p.104)

Uma nova racionalidade transforma a falta em desperdício, transforma o olhar que é dado sobre o fato, criando condições no campo da experiências tidas como acreditáveis. Dar visibilidade e valorizar as diversas experiências sociais através da troca de saberes e da tradução destes é aumentar o campo de possibilidades possíveis.

A sociologia das ausências e a sociologia das emergências querem a emancipação e podem fazer parte do caminho possível de reconstrução emancipatória. Dessa forma devem ser parte das práticas educativas, políticas e cotidianas. Portanto é importante que pertençam e façam sentido na construção consciente do que se pensa como futuro e presente.

## 1.6 EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

Ao estendermos o olhar complexo e emancipatório sobre a educação e a política podemos enxergar as relações sociais que as integram. Podemos sair da escola para falar de educação e sair das instituições governamentais para falar de política. Tratar pedagogicamente a política e politicamente a educação. Estimular a comunidade a olhar criticamente a situação social do lugar em que reside e, a partir disso, procurar instrumentos de atuação social e ampliação do conhecimento.

A EDUCAÇÃO deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional. (MORIN, 2003, p. 65)

A idéia de compreender o meio ambiente no campo da política e a prática ambiental com uma visão politicamente orientada é uma forma de alcançar a cidadania e é o que nos esclarece QUINTAS (2004). Ele entende a gestão ambiental pública como lugar da mediação de interesses e conflitos e o poder público como o principal ator desse processo de gestão. No Brasil o poder de intervir é distribuído de forma assimétrica na sociedade e está sempre imbuído de interesses e conflitos entre os grupos.

O autor propõe uma educação ambiental crítica e emancipatória que consiga utilizar a prática pedagógica no processo de gestão. Essa perspectiva coloca no conhecer o ato fundamental da prática de gestão. Esse conhecer deve ser complexo e superar a fragmentação e a generalização. Sobre a proposta de educação no processo de gestão ambiental ou educação ambiental na gestão do meio ambiente, o autor comenta:

Cabe esclarecer que, ao se falar em Educação no Processo de Gestão Ambiental, não está se falando de uma nova educação ambiental. Está se falando sim, em uma outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem, construído com os sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre decisões, que via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações (QUINTAS, 2004, p.115).

Como esclarece CARVALHO (2004), existe um sujeito ecológico em formação que tem como parâmetros de atuação valores ecológicos de formação socioambiental e usa a educação ambiental como aprendizagem social de maneira individual e coletiva com atitude transformadora. Com propósito de uma visão socioambiental é preciso romper com a visão dicotômica de natureza e sociedade, pensar no meio ambiente como espaço de interação, o que a autora chama de espaço relacional.

É preciso ressaltar que para tanto, para que esse processo de gestão e educação ambiental aconteça é preciso, como fala LOUREIRO (2006), entender a dinâmica complexa da vida social. O autor chama atenção para a necessidade de compreensão e explicitação do conflito nos grupos sociais. Que não deve ser entendido como uma fragilidade do sistema ou algo a ser evitado, mas deve ser pensado como constituinte das estruturas sociais. A sociedade é plural tem múltiplas visões e distintas necessidades entre as pessoas e grupos: “[...] não há democracia nem educação para a cidadania sem a explicitação dos conflitos” (LOUREIRO, *op. cit.*, p.43). O conflito é parte da sociedade, ocorre entre grupos sociais com modos diferentes de significação e uso do território.

Sobre a possibilidades de conflito, DIAS e DRUMMOND defendem:

Abordando o tema sob outro ângulo, é preciso reconhecer que toda participação social pode implicar em atrasos e custos, muitas vezes causados por conflitos entre interesses dificilmente conciliáveis, conflitos esses que, de toda forma, se manifestariam dentro de qualquer modelo de gestão. É um risco inerente à participação. (DIAS; DRUMMOND, *op. cit.*, p.244)

Assim, o conflito se faz necessário à emancipação, pois é a maneira de revelar

interesses de atores sociais dentro e fora dos grupos. Ao se pensar os atores sociais e seus conflitos uma multiplicidade de visões são descortinadas e pode-se perceber o individual e coletivo atuando nas interações. Dessa forma é importante que o trabalho de educação ambiental não se mostre neutro e adaptável a todas as circunstâncias. Deve relativizar sim, percebendo a visão individual, mas buscando ressaltar a necessidade coletiva.

O conflito é constituinte da sociedade moderna, segundo NASCIMENTO (2001), é preciso entender seus elementos para a caracterização da situação. Para o autor, sobre o conflito, é importante compreender a sua natureza, quem são os atores sociais envolvidos, qual o campo específico, o objeto em disputa e a percepção dos atores. A motivação dos atores e a dinâmica do conflito são relevantes para o conhecimento do problema.

Os conflitos são complexos e refletem questões multicausais e o olhar que colocamos sobre a questão não deve fomentar uma batalha para que alguém saia vencedor. O cuidado de ouvir os diversos lados envolvidos é a busca de quem tem uma percepção educativa e comunitária da situação. Mais do que resolver o problema, é preciso compreender e acompanhar o processo do conflito para que seja possível entender quais instrumentos podem ser usados e quais são as possibilidades de atuação.

A participação social no processo de gestão pública é uma forma de pressionar o governo e dar efetividade ao seu poder de decisão. “Para que a gestão participativa seja efetiva, é preciso o engajamento da coletividade em todas as etapas do processo: formulação, tomada de decisão, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de programas, e políticas e projetos” (DIAS; DRUMMOND, 2008, p. 244).

A gestão participativa é uma forma de expressão social contra-hegemônica desde que esteja articulada com os setores sociais da cidade e que tenha diálogo intra e inter grupos e, especialmente, que o interesse coletivo seja mais importante do que o individual.

Para MOURÃO e MAKIUCHI (2003), a ideologia ambientalista une diversos tipos de atores sociais de diferentes setores públicos e privados, que assumem uma identidade de educadores ambientais, mas que precisam conhecer a temática ambiental e as possibilidades de ação na sociedade.

O enraizamento político, cultural e social do processo educativo intrínseco à gestão das questões ambientais pressupõe a abertura de espaços de diálogo e encontro, onde seja possível não só explicitar os conflitos, mas sobretudo, caminhar para suas soluções. Contudo, é importante salientar que cada

espaço aberto, cada encontro, já são per se, um processo educativo. Não como elos de uma cadeia, mas como fios de uma rede tecida a várias mãos. (MOURÃO; MAKIUCHI, *op. cit.*, p.13)

Uma proposta de gestão ambiental ancorada em princípios pedagógicos é um campo de atuação social vasto que pode servir à população como um local de emancipação. Para isso é preciso ter um pensamento reflexivo que entenda a crítica que é feita e pense caminhos de expressão emancipatória.

Cria-se, nesse sentido, o desafio de se elaborar uma educação ambiental inovadora nos níveis formal e não formal para que ela seja um ato político de transformação social. "Trata-se de criar as condições para a ruptura com a cultura política dominante e para uma nova proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação" (JACOBI, 2003, p. 203).

Nesse caminho, a ecopedagogia de GUTIÉRREZ (2008) é uma referência importante para o trabalho com a comunidade. O autor propõe chaves pedagógicas que irão garantir a intencionalidade e a legitimidade dos processos educativos que buscam a cidadania ambiental, como veremos a seguir: 1)"Faz-se o caminho ao andar", os caminhos são abertos no cotidiano; 2)"Caminhar com sentido", compartilhar e impregnar de sentido as práticas da vida cotidiana e compreender o sem-sentido; 3)"Caminhar em atitude de aprendizagem", ter a consciência do processo e das possibilidades; 4)"Caminhar em diálogo com o entorno", educação é comunicação, a conversa é a essência do ato educativo, é exigência para o respeito e reconhecimento de idéias do outro e o caminho para chegar no outro; 5)"No caminhar, a intuição é prioritária", sentimentos são a forma de envolver-se e é importante aliar razão e intuição, a vivência subjetiva e a inteligência emocional estão nesse processo; 6)"Caminhar como processo produtivo", é um fazer com resultados concretos, processo e produto são interligados, é importante observar o que é produzido para saber o que está sendo aprendido; 7)"Caminhar re-criando o mundo", a capacidade de livre expressão pessoal, de auto-organização grupal são valorizadas; 8)"Caminhar avaliando o processo", para ter sentido para quem aprende, a auto-avaliação é parte da reflexão e do planejamento futuro (GUTIÉRREZ, *op. cit.*, p.61-72).

A Ecopedagogia, para GADOTTI (2000), é uma prática democrática e solidária, preocupada com a cotidianidade, centrada na relação entre sujeitos e a ética faz parte da práxis de educadores. Um novo olhar sobre a educação global, que pensa a vida cotidiana reflexivamente e a experiência é o que conta. O autor não concebe a educação apenas

como escolarização, ele considera os processos formais ou não formais e alerta que o movimento ecopedagógico ocorre mais fora da escola do que dentro dela. A Ecopedagogia não é uma pedagogia escolar.

É necessário resgatar o conceito de práxis associado à educação como prática concreta de afirmação do sujeito em um processo reflexivo de interação subjetiva. “Educar é agir conscientemente em processos sociais que se constituem conflituosamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e simbolicamente da natureza de modo desigual” (LOUREIRO, 2004, p. 40).

Segundo LOUREIRO (2004) por não sermos desvinculados do ambiente é que devemos conhecer, agir e se perceber nele conscientemente, pois ele é o espaço de interações múltiplas em que se operam as relações entre a sociedade e o meio natural. A territorialidade, síntese integradora do natural e do humano localizado na história e no espaço, e a cotidianidade, espaço habitado pela pessoa e local de exercício da cidadania e da relação entre sujeitos, são importantes para entender-se específica e universalmente como sujeitos concretos em relação ao mundo.

A educação para a cidadania é, para JACOBI (2003), uma maneira de criar novos valores na relação da humanidade com a natureza. A cidadania é ligada ao sentimento de pertencimento e de coletividade:

Quando nos referimos à educação ambiental, situamo-na em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida. O principal eixo de atuação da educação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas (JACOBI, *op. cit.*, p.196).

Pode-se perceber que: "A educação ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita" (SORRENTINO, 2005, p. 287).

A gestão é a decisão imediata que afeta por bastante tempo nosso território e nosso

cotidiano. A emancipação coletiva passa por formas de participação social e dessa participação politizada e historicizada pode-se ampliar e aplicar o conceito de cidadania na sociedade.

## 1.7 PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

A participação é a realização do sujeito histórico (LOUREIRO, 2004), é o instrumento para construção do sentido de responsabilidade e pertencimento, é a parte essencial do processo educativo, favorece a autonomia e a busca de identidade. A capacidade de diálogo, de aproximação e de respeito define o amadurecimento da participação social e política na sociedade. Assim, busca-se novas formas democráticas de governabilidade e a reconfiguração das formas políticas e culturais, pois todos são sujeitos da transformação, não há passividade diante do mundo.

A gestão participativa e a educação ambiental emancipatória e complexa são possibilidades de atuação cidadã, pois abrem espaço de fala e de problematização sobre o cotidiano das pessoas.

A transformação do cotidiano em uma rede de sínteses localizadas de determinações globais desvulgariza o dia-a-dia e o senso comum que se tornam oportunidades de protagonismo social. A politização do social, do cultural e do pessoal abre campo para o exercício da cidadania e revela as limitações da cidadania liberal. “Daí o cotidiano - que é, por excelência, o mundo da intersubjetividade - seja a dimensão espaço-temporal da vivência dos excessos de regulação e das opressões concretas em que elas se desdobram (SANTOS, 1995, p. 260).

A tensão entre cidadania e subjetividade é analisada por SANTOS (1995) como apenas possível de ser superada no campo da emancipação. A noção que se tem de cidadania é reducionista e se manifesta apenas no direito ao voto do estado neo-liberal, que não incentiva outro tipo de participação política. Esse mesmo Estado converte a sociedade civil ao domínio do privado criando assim uma tensão entre a subjetividade individual e Estado.

A cidadania complexa é a que estimula e necessita da participação social. Segundo SANTOS (2006), é diferente da cidadania das sociedades liberais em que qualquer forma de participação política além do voto é excluída. Nestas a base do contrato social conduz à

naturalização e à passividade política, há a marginalização do princípio da comunidade, uma relação virtual do estado com cidadãos e cidadãs e a sociedade é concebida de forma monolítica, ocultando o doméstico do domínio público, impedindo-o de ser politizável.

As sociedades neo-liberais difundiram uma idéia de cidadania que não é a mesma da participação social desejada para a mudança e, por isso, é contestada por SANTOS (2000). O direito ao voto, nos esclarece o autor, se apresenta hegemonicamente como a melhor possibilidade de participação da população em decisões políticas.

A participação social é para SEN (2000) uma “liberdade substantiva”, ou seja, é uma capacidade elementar que por definição engloba desde a fome até a participação política (categorias complexas). A ampliação das liberdades é necessária para o conceito de desenvolvimento que o autor defende: o “desenvolvimento para a liberdade”. Neste conceito a participação política é uma liberdade substantiva, assim como a educação, a informação, a alimentação, a cultura, entre outras. O autor questiona a relação entre necessidades econômicas e sociais e defende a idéia que o desenvolvimento é a ampliação das liberdades e a superação da visão tradicional que supervaloriza as necessidades econômicas em detrimento das sociais. Elenca como formas de privação de liberdade a miséria, a falta de oportunidades na educação e na política, o preconceito e a interdição dos direitos civis.

A liberdade é o fim, no aspecto constitutivo e o meio, no aspecto instrumental do desenvolvimento para a liberdade. São tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparências, segurança protetora (SEN, 2000, p.55). Tais categorias abrangem necessidades humanas biológicas e culturais que influenciam na qualidade de vida. São, também, o caminho da ampliação das liberdades que SEN (*op. cit.*) defende como desenvolvimento.

Essa perspectiva orientada para a liberdade, que percebe o desenvolvimento a partir da ampliação das liberdades substantivas, integra uma resolução participativa na transformação dos impasses sociais. Assim todos participam das decisões complexificando os processos de escolha social (SEN, 2000, p.48). A ampliação dos direitos políticos garantem a discussão e o diálogo que são relevantes para escolhas bem fundamentadas e para a formação de prioridades sociais. A partir do diálogo podem emergir novos valores democraticamente discutidos e entendidos localmente (SEN, *op. cit.*, p.181).

Seria a valorização da “condição de agente” (SEN, 2000, p.33) de indivíduos, ou

seja, a atuação pessoal que ocasiona mudanças, participa das ações políticas e sociais, interage com o mercado e com atividades das diversas esferas sociais. As pessoas se envolvem mais e, dessa forma, podem cuidar e influenciar a vida ao seu redor. A participação é entendida então como constitutiva dos fins no desenvolvimento e a democracia tem importância no papel constitutivo de valores e normas (SEN, *op. cit.*, p.185).

Aqui se pode analisar o papel de sujeito desejável para a participação. A compreensão da noção de sujeito passa pela explicação biológica, segundo MORIN (2003). O sujeito é portador de uma autonomia relativa, pois é sempre dependente do meio, está sempre trocando informação com ele. É uma autonomia não absoluta – existe a dependência original em relação à cultura, sociedade e a biologia, que precisa ser considerada na formulação da noção complexa de sujeito. O indivíduo é pré-requisito à noção de sujeito, é o elo com a espécie, é o produto e o produtor do seu ciclo (MORIN, 2003, p.119).

Para o autor a cultura retroage sobre indivíduos que são produtores/produtos, é a dimensão cognitiva (computacional) presente em toda organização biológica. “Essa dimensão cognitiva pode ser chamada de computacional. A computação é o tratamento de estímulos, de dados, de signos, de símbolos, de mensagens, que nos permite agir dentro do universo exterior, assim como de nosso universo interior, e conhecê-los” (MORIN, 2003, p.120).

A percepção complexa de sujeito, que pressupõe o rompimento com o princípio determinista reducionista dominante, pode ser entendida da seguinte maneira:

[...] precisa-se de uma reconstrução, precisa-se das noções de autonomia/dependência; da noção de individualidade, da noção de autoprodução, da concepção de um elo recorrente, onde estejam, ao mesmo tempo, o produto e o produtor. É preciso também associar noções antagônicas, como o princípio de inclusão e exclusão. É preciso conceber o sujeito como aquele que dá unidade e invariância a uma pluralidade de personagens, de caracteres, de potencialidades (MORIN, 2003, p.128)

A noção de liberdade enquanto capacidade de fazer escolhas e de operação destas é parte da noção de sujeito. Parte livre e parte dependente do sujeito: livre por sua capacidade de computação das informações e dependente por se alimentar do meio em que está inserido (MORIN, 2003).

Importa para a liberdade uma forma de governo democrática e uma imprensa livre (SEN, 2000, p.180). A existência de uma discussão pública não manipulada impede,

segundo o autor, grandes calamidades por permitir a livre circulação de informação e, dessa forma, abre campos de envolvimento pessoal na qualidade de vida local. É perfeitamente possível que as necessidades econômicas abarquem o exercício de direitos políticos. A liberdade política, inclusive, torna mais provável o êxito social, pois parte de escolhas fundamentadas e discutidas socialmente (SEN, *op. cit.*, p.180).

## 1.8 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Existe uma concepção hegemônica de democracia feita nos moldes da democracia liberal-representativa vigente no hemisfério norte. SANTOS e ALVRITZER (2002) problematizam a questão da democracia retomando a história do século 20, em que essa categoria ocupou um lugar central na discussão política. Definem o conceito de hegemonia como: “[...]capacidade econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante na forma de abordagem de uma determinada questão[...]” (SANTOS; ALVRITZER, *op. cit.*, p.43).

Essa concepção hegemônica restringiu a participação popular e deu prioridade à acumulação de capital, no lugar da sua distribuição, com objetivo de estabilizar a tensão entre democracia e capitalismo instalada na estrutura do sistema.

O debate social possibilita a inserção de novos temas nas discussões sobre o cotidiano e mostra que a organização social não é determinada por leis naturais, abrindo assim um campo de atuação que pode resultar em mudança de valores, atitudes e práticas. A democracia é concebida, nesse contexto, como uma “nova gramática histórica” (SANTOS; ALVRITZER, 2002, p.51).

A terceira onda de democratização, acontecida nas décadas de 70 e 80, culminou com a transição ou ampliação democrática nesse período em países ainda colonizados ou com governos ditatoriais. Representou a redefinição do significado cultural da categoria democracia e a redefinição de novos atores sociais com identidades alternativas a do Estado, momento esse que significou a “[...]reinvenção da democracia participativa pelos países do sul” (SANTOS, ALVRITZER, 2002, p. 55-56). O reconhecimento dessa identidade alternativa à do Estado possibilitou o entendimento da construção histórica da identidade cultural.

A democracia participativa está, dessa forma, no campo de reinvenção da emancipação social (SANTOS, ALVRITZER, 2002, p.55). É um traço comum entre práticas

contra-hegemônicas dos países do sul que evidencia a necessidade de colocar em debate uma identidade atribuída externamente pelo Estado colonial ou autoritário.

## 1.9 A ATUAÇÃO DO ESTADO

As formas participativas de resolução de problemas socioambientais podem e devem ser compreendidas em relação ao Estado.

Os desafios para ampliar a participação estão intrinsecamente vinculados à predisposição dos governos locais de criar espaços públicos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam como base constitutiva da legitimidade dos diversos interesses em jogo, ampliando as possibilidades de a população participar mais intensamente dos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua co-responsabilidade na fiscalização e controle dos agentes responsáveis pela degradação socioambiental (JACOBI, 2003, p.203).

Ações participativas em processos educativos resultam no envolvimento da população na luta pela qualidade de vida e abrem novas possibilidades. “Segundo essa convicção, o papel do Estado na educação ambiental brasileira poderá ser subsidiário e definido por meio de um diálogo democrático com os diferentes sujeitos desta política.” (SORRENTINO, 2005, p. 290).

O Estado-Nação, historicamente, é uma organização territorialmente organizada e a história do estado europeu colonizou o mundo difundindo a soberania dos Estados Nacionais às comunidades extra-europeias. Os temas europeus como Estado, Humanismo e Democracia, foram propagados pelo mundo (MORIN, 2003, p.71). Portanto, a história com Colombo, no século 16, criou duas globalizações interligadas e antagônicas: a de dominação e exploração e a de idéias humanistas, democráticas e emancipadoras que são conceitos historicamente criados e difundidos pelo mundo.

A subjugação dos seres vivos é historicamente inseparável da formação do aparelho de Estado, que decide julga e cria normas. A humanidade introduziu o Estado subjugador na sociedade (MORIN, 1977). Para o autor ocorreu uma “metamorfose organizacional em relação a todas as outras sociedades animais” (MORIN, *op. cit.*, p.230), em que o estado concentrou em si os diversos aparelhos sociais: o administrativo, o militar, o religioso e o policial.

MORIN (1977) define a noção de aparelho como o que organiza, transforma a informação em organização e em programa, computa, ordena, capitaliza, monopoliza e

programatiza a informação:

Concentrando em si competências organizacionais maiores, garante o papel-chave de organizador da praxis. Quanto mais desenvolvido for, mais será capaz de garantir funções que até aí pareciam privilégio dum cérebro: perceber (pattern recognition), aprender (learning), resolver problemas (solving problems), mais multiplicará as competências, os controlos, os comandos, etc., mais desenvolverá uma praxis, não só interna, mas também externa, no meio (MORIN, *op. cit.*, p.222).

O aparelho é conceitualmente uma forma de liberdade, pois permite a escolha, mas também traz a subjugação pela dominação. Assim, o Estado enquanto “aparelho dos aparelhos” (MORIN, 1977, p.222) pode ser entendido como subjugação e emancipação ao mesmo tempo e isso se dá no e pelo domínio da natureza.

Atualizando a questão, SORRENTINO (2005), esclarece que nas décadas de 1970 e 80 houve uma imposição da idéia do Estado mínimo do neo-liberalismo criando um paradoxo: “A sociedade sente a necessidade de mais Estado, enquanto a opinião pública posiciona-se mais como anti-Estado. (SORRENTINO, *op. cit.*, p.287). Para o autor o estado cresce horizontal e quantitativamente quando suas funções demandam mais ação e, vertical e qualitativamente quando é impelido assumir novas funções. Ele entende o campo ambiental como uma nova função do estado, portanto é um incremento qualitativo nele (SORRENTINO, *op. cit.*, p.289).

Dessa forma, espera-se que cada vez mais a sociedade se organize e qualifique suas demandas para que, então, o Estado subsidie as práticas. “A reforma de Estado, que implica o aumento de sua eficiência, não implica de forma alguma a sua redução, pois em setores da regulação pública como educação e ambiente é clara a necessidade de se ampliar horizontal e verticalmente o Estado brasileiro” (SORRENTINO, 2005, p.291).

#### 1.10 O SUL QUE SOMOS: HERANÇAS COLONIAIS

O caminho para o “desabrochar emancipatório” (SANTOS, 2000, p.95) deve ser do colonialismo para a construção da solidariedade nas formas intra e intercomunitária. A forma intracomunitária se manifesta no comunitarismo e a inter no contratualismo, estes são o locais onde emerge a tensão dialética da emancipação social. O autor se refere a uma “reinvenção da comunidade” que supere a dicotomia do eu e do outro e busque o caminho da solidariedade, saindo da lógica da regulação buscando a lógica da emancipação. O conhecimento tem um caminho que parte da ignorância para a sabedoria, no conhecimento-

regulação a ignorância é o caos e a sabedoria é a ordem. Para o conhecimento-emancipação a ignorância é o colonialismo e a sabedoria é a solidariedade (SANTOS, *op. cit.*, p.29).

A análise do modelo conhecimento-regulação e conhecimento-emancipação não é a história comunidades extra-européias, pois elas tiveram outra forma de Estado, comunidade e mercado (SANTOS, 2006, pg. 42). É a história de grandes tradições teóricas da modernidade ocidental: o liberalismo político e o marxismo.

A modernidade européia se difunde no colonialismo. As colonizações moderna e contemporânea foram certamente as responsáveis pela proporção mundial que o pensamento hegemônico da modernidade tomou. No Brasil passamos pela Idade Moderna de uma forma diversa e similar a dos continentes do planeta. Nós herdamos toda essa história, de forma compulsória e em pouco tempo, mudanças feitas pela violência física e simbólica. Por isso é preciso entender nossa formação social em relação a dos países que nos colonizaram.

A contração do presente é uma forma de dominação que esconde a riqueza da experiência social. Sintetizando o pensamento de SANTOS, o mundo moderno ocidental reduziu a multiplicidade de mundos ao terreno e as várias representações do tempo à forma linear. Então apresentou ao mundo a opção de tê-lo como modelo de desenvolvimento e muitas vezes, como o exemplo do colonialismo, convenceram de forma compulsória, reduzindo as possibilidades presentes.

O entendimento de SANTOS (2006) é que a reconstrução da emancipação só é possível com a compreensão da experiência das vítimas. A experiência do Sul, entendido como metáfora do sofrimento humano e social que foi gerado pelo capitalismo (SANTOS, 2006, pg. 27), ultrapassa a teoria e a prática social e política produzida no Norte. É preciso aprender com o Sul a reinvenção da emancipação, pois sua história demonstra a violência imposta pelo colonialismo e deve fazer parte da auto-representação da modernidade no ocidente. A relação Norte/Sul deve estar no centro da emancipação social.

A modernidade ocidental é constituída de duas zonas de contato: a zona colonial (colonizadores e colonizados) e a zona epistemológica (ciência e saberes tradicionais) que se fundem no processo de primazia do conhecimento-regulação. O fim da relação política colonial não significou o fim do colonialismo como relação social, como mentalidade e forma

discriminatória (SANTOS, 2006, p.28). Importante ressaltar que o colonialismo é a visão do outro como objeto e o não reconhecimento deste como sujeito.

É preciso aprender com a resistência à dominação do Norte, pensando a dicotomia Norte/Sul fora da relação de poder para poder pensar o Sul sem o Norte e revelar alternativas de emancipação (SANTOS, 2006). Libertá-los dessa relação que conceitua de forma dependente, saindo assim da lógica do modelo que fragmenta e coloca em lados opostos partes de um todo.

### 1.11 CONTRA-HEGEMONIA

A produção acadêmica de conhecimento baseado na experiência social pode ser entendida como uma forma contra-hegemônica de utilização de um instrumento hegemônico: a ciência. A produção de conhecimento é relacionada ao local da pesquisa e deve ser aplicado nas atividades (SANTOS, 2006). Uma teoria geral não explica a experiência social por isso precisa de uma outra racionalidade que consiga pensar alternativas de emancipação. Uma estratégia é tornar visível as experiências sociais de maneira inteligível entre os diversos atores sociais para que as pessoas tenham referências de atuação social em que possam acreditar.

Todo processo hegemônico produz um processo contra-hegemônico em si. As concepções não-hegemônicas de relações humanas, para SANTOS e ALVRITZER (2002), significam uma ruptura com o que foi tradicionalmente estabelecido, esta ruptura é positiva para a sociedade que têm aí a oportunidade de debater as normas socialmente criadas participando do processo de transformação.

A contra-hegemonia (SANTOS, 2006) que serve para emancipação é a que foge da lógica dominante, que não é competitiva, mas elucidativa e ampliadora de visão. A ecologia dos saberes, que atua substituindo a lógica do rigor científico, busca valorizar os diversos conhecimentos sem se colocar contra o científico. No caminho da emancipação a utilização dos conhecimentos de forma contra-hegemônica e a noção de incompletude dos saberes é condição para o diálogo.

A sociologia das ausências (SANTOS, 2006) pode revelar a multiplicidade de práticas sociais dando credibilidade contra-hegemônica a elas e colocando-as em uma relação ecológica, ou seja, uma relação não destrutiva entre os agentes que a compõe. A sociologia das emergências promove ampliação dos saberes e das trocas para identificar as

tendências e pensar a forma de atuação.

Os processos contra-hegemônicos são combatidos por colocar em dúvida as concepções dominantes, por evidenciar seu caráter regulador. Por isso o debate democrático sobre normas sociais não são incentivados pelo Estado que tenta descaracterizá-los pela cooptação ou integração (SANTOS; ALVRITZER, 2002, p.59-64).

#### 1.12 A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO SOCIAL

O papel do movimento social, para SANTOS E ALVRITZER (2002) é: “Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais envolvidos” (*op. cit.*, p. 53).

Uma “prática mais integral da democracia” (SEN, 2000, p.182) abrange questionamentos complexos que a regra da maioria, convencionalmente utilizada, simplesmente não consegue considerar. Porém, a existência da democracia por si só não é garantia de benefício social. Existem formas de aproveitar as oportunidades da democracia e as realizações democráticas dependem da capacidade percepção disso. SEN (*op. cit.*) elenca como oportunidades a existência da oposição, do diálogo, da livre circulação de informações e do ativismo. O papel dos grupos oposicionistas é o de abrir possibilidades de articulação e participação de atores sociais fora do governo é, portanto, um canal de participação e encorajamento de discussões abertas (SEN, *op. cit.*, p.186).

Nesse aspecto podemos falar do movimento social organizado como forma de aproveitar as oportunidades democráticas. Quando colocada como uma questão ética, a organização da sociedade civil é um caminho de ampliação da liberdade de participar. É uma oportunidade democrática de aproveitar o espaço de discussão e prática para a transformação social. A questão é como aproveitar a democracia política e transportar esse conceito para a sociedade na forma de democracia participativa. A participação promove a força ativista e popular. É uma forma de compreender os direitos políticos como liberdade básica, de participar das decisões políticas que interferem na qualidade de vida e na organização social.

Os Novos Movimentos Sociais (SANTOS, 1995, p.258) surgem como crítica a regulação social capitalista e a emancipação marxista. Os movimentos sociais dos anos 80 em diante identificam novas formas de opressão fora das relações de produção, denunciam

excessos de regulação na modernidade e mostram novas opressões sociais. Daí sua importância na transformação de paradigma. A experiência da dominação na esfera da produção tornou possível pensar a reprodução social como uma relação de dominação. A luta pela emancipação busca transformar o cotidiano, o aqui e agora, e não o futuro - com exceção do movimento ecológico que muitas vezes luta por mudanças geracionais.

Nos Novos Movimentos Sociais a luta é mais do que a busca pela concessão de direitos, ela exige transformações concretas, imediatas e locais, ocorre na sociedade civil que mantém uma distância do estado, porém necessita dele. A luta por uma cidadania que tenha na participação e no interesse pela transformação a motivação para fazer parte.

É importante que a sociedade se sinta mais motivada e mobilizada para propor e questionar as iniciativas do governo. Para JACOBI (2003) a atuação da sociedade organizada tem seu ponto forte no seu capital ético, na intervenção localizada regional, na eficiência na aplicação dos recursos e na agilidade em implementar projetos.

O grande salto de qualidade tem sido feito pelas ONGs e organizações comunitárias, que tem desenvolvido ações não formais centradas principalmente na população infantil e juvenil. A lista de ações é interminável e essas referências são indicativas de práticas inovadoras preocupadas em incrementar a co-responsabilidade das pessoas em todas as faixas etárias e grupos sociais quanto à importância de formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a defesa da vida. (JACOBI, *op. cit.*, p.198)

### 1.13 A TEORIA DA TRADUÇÃO

Não há uma única fórmula ou teoria para a transformação social, e para entendê-la é preciso uma teoria de tradução (SANTOS, 2006, p.95) que torne as lutas inteligíveis entre si e possibilite uma conversa entre atores envolvidos sem destruir sua identidade.

A teoria da tradução (SANTOS, 2006) tem a proposta de dar suporte epistemológico às práticas emancipatórias, produzindo um conhecimento edificante e contextualizado pelas condições que o tornam possível. É uma prática da transformação social emancipatória. A tradução torna a experiência conhecida para além dos lugares em que ocorreram e mostra a possibilidade de campos de experimentação social em que tenham êxito alternativas que parecem utópicas.

O objetivo do trabalho de tradução é criar constelações de saberes e de práticas suficientemente forte para oferecer alternativas credíveis ao que hoje se designa por globalização neoliberal e que não é mais do que um novo passo no capitalismo global, no sentido de sujeitar a totalidade inesgotável do

“mundo à lógica mercantil.” (SANTOS, *op. cit.*, p.135)

No lugar de uma teoria geral, a tradução apresenta um procedimento que é capaz de dar inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis. Ela incide nos saberes e nas práticas; precisa do diálogo entre os saberes não hegemônicos para construir a sua contra-hegemonia; acontece entre as práticas não-hegemônicas; esclarece o que une e separa o movimentos e quais suas condições e procedimentos; capta dois momentos: a relação hegemônica e o que está além dela.

A inteligibilidade é condição para articulação (SANTOS, 2006, p.127) entre grupos de práticas não-hegemônicas e a articulação é necessária para convertê-las em práticas contra-hegemônicas. A tradução, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências são complementares: ampliam as possibilidades e criam a inteligibilidade, a coerência e, assim, a articulação entre experiências sociais (SANTOS, 2006, p.129).

#### 1.14 UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO

O caminho emancipatório é longo e não-linear, incerto e auto-organizador. Estas são premissas que ao olhar hegemônico são desestimuladoras, mas na concepção de mundo complexa é lugar de transformação. Para isso é preciso a noção de auto-ética que tem como característica a autocrítica e a resistência a tendência de julgar moralmente o comportamento alheio. E esse trabalho é subjetivo e coletivo ao mesmo tempo.

A participação popular espontânea é a brecha que existe no princípio da comunidade que permite criar e recriar as realidades de forma consciente. Na atuação local o que é específico da região e o contexto social da participação é mais difícil de ser ignorado. Assim, o regional torna-se um campo aberto a possibilidades. Importa que as pessoas saibam que existem tais oportunidade ou que novas podem ser criadas, mesmo a contragosto do discurso dominante.

Dessa forma é possível entender qual é a base epistemológica da pesquisa. Representa mais do que categorias de análise, é a forma como são organizadas as premissas teóricas desse estudo. É a visão de mundo, a base para compreensão dos conceitos analisados. É um caminho epistemológico e, como tal, deve ser entendido com suas contradições e possibilidades de transformação.

## 2 METODOLOGIA

Deus é o existirmos e isto não ser tudo.  
(Fernando Pessoa)

### 2.1 PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação é adequada ao propósito complexo e emancipatório, as base teórica dessa pesquisa, por buscar a emancipação social e acadêmica. Segue as considerações de SANTOS (2006) quando defende um modelo diferente de racionalidade com objetivo de evitar o desperdício da experiência social. A valorização da experiência social deve superar a arrogância do pensamento hegemônico que produz a não-existência do que está fora da sua razão.

A motivação da escolha da pesquisa-ação como metodologia é, portanto, pessoal e acadêmica. A escolha da pesquisa-ação foi motivada por fazer sentido na cotidianidade das ações do grupo estudado na pesquisa, por sua característica transformadora e coletiva, e por contribuir com a valorização da experiência social como forma de produção de conhecimento acadêmico. O trabalho em grupo é antes de qualquer coisa um aprendizado para quem participa e uma contribuição para a transformação da maneira como a academia produz conhecimento.

Feita de forma ativa, inserida na comunidade, a pesquisa-ação envolve o grupo no aprendizado. É uma proposta de transformação na maneira como a pesquisa social é feita e quer servir de instrumento de mudança, pois está mais interessada mais no conhecimento prático do que no teórico (BARBIER, 2007). Está no pensamento complexo, pois não podemos dissociar os conhecimentos produzidos da transformação social; e na emancipação, pois é fruto da participação da comunidade.

Segundo THIOLENT (1984) ela é um tipo de ação planejada de intervenção e faz parte de uma ação social na resolução de problemas coletivos. Deve ser uma expressão da comunidade e desenvolver a solidariedade, a autodefesa e a compreensão. “No contexto da América latina, a pesquisa-ação é sobretudo ligada à visão emancipatória, tanto no meio rural como no urbano e especialmente aplicada em projetos de educação popular ou de comunicação social” (THIOLENT, *op. cit.*, p.84).

A pesquisa-ação é um instrumento de investigação científica que pretende desenvolver novos conhecimentos e transformar uma situação real com o objetivo de

trabalhar de forma colaborativa e crítica no processo de mudança desencadeado por determinado grupo. Trabalha com a perspectiva da subjetividade de pesquisadores, isso norteia os estudos, impede uma generalização de comportamentos que de maneira paradoxal se torna excludente. Todos os sujeitos envolvidos são levados em conta, explica BARBIER (1985).

A pesquisa-ação emancipatória é uma pesquisa com atividade social e política. “O rigor da pesquisa-ação repousa na coerência lógica, empírica e política das interpretações propostas nos diferentes momentos da ação” (BARBIER, 2007, p.60).

Nem toda pesquisa participante é uma pesquisa-ação, mas toda pesquisa-ação é uma pesquisa participante. Sobre a pesquisa participante, BRANDÃO (1984) elenca três princípios em jogo: 1) sujeitos e grupos de classes populares são produtores direta ou indiretamente do próprio saber; 2) possibilidade de determinação do uso político desse saber; 3) participação do saber erudito e de seu agente gerando a necessidade da participação e da pesquisa (BRANDÃO, *op. cit.*, p.224).

A participação envolve a possibilidade da população na produção de conhecimento sobre sua própria condição de vida (BRANDÃO, 1984). As pessoas são chamadas a serem sujeitos dessas pesquisas. É, assim, uma transformação científica que desoculta a questão política envolvida na prática da pesquisa:

Uma coisa é inventar a 'pesquisa-participante' que justifique a ilusão da co-responsabilidade política do trabalho e da co-participação científica da produção de um saber necessário, e outra é tornar a pesquisa um instrumento científico, pedagógico e político de participação nos trabalhos de produção do poder popular. (BRANDÃO, *op. cit.*, p.250).

O discurso e a prática são complementares na pesquisa-ação e nascem do saber prático, o discurso só tem sentido na ação. É uma maneira de pesquisar com uma estratégia mais centrada na exploração do que na verificação (BARBIER, 2007, p.82). Pressupõe uma mudança de atitude do sujeito e do grupo social pautada na análise crítica e política da situação estudada em relação ao seu tempo e espaço.

A pesquisa-ação é uma metodologia de pesquisa que necessita da implicação de quem pesquisa. A implicação é a manifestação dos sistemas de valores de um sujeito em interação com o mundo, é um engajamento pessoal e coletivo de quem pesquisa em sua prática (BARBIER, 2007, p.102).

O método em pesquisa-ação é uma abordagem em espiral de planejamento, ação, observação, reflexão e planejamento que implica efeito recursivo de reflexão coletiva sobre a ação. BARBIER (1985) divide o método em espiral em quatro temáticas: 1) identificação do problema e contratualização; 2) planejamento e realização em espiral; 3) técnicas de pesquisa-ação – observação participante e diário de itinerância; 4) teorização, avaliação e publicação dos resultados.

A pesquisadora FRANCO (2005) determina alguns princípios fundantes da pesquisa-ação em que a investigação sobre a prática educativa deve contemplar para se realizar, são eles:

Ação conjunta entre pesquisador e pesquisados; a realização da pesquisa em ambientes onde acontecem as próprias práticas; a organização de condições de autoformação e emancipação aos sujeitos de ação; a criação de compromissos com a formação e o desenvolvimento de procedimentos crítico-reflexivos sobre a realidade; o desenvolvimento de uma dinâmica coletiva que permita o estabelecimento de referências contínuas e evolutivas com o coletivo, no sentido de apreensão dos significados construídos e em construção; reflexões que atuem na perspectiva de superação de das condições de opressão, alienação e de massacre da rotina; ressignificações coletivas das compreensões do grupo, articuladas com as condições sociohistóricas; o desenvolvimento cultural dos sujeitos da ação. (FRANCO, 2005, p. 489)

Para BARBIER (1985) a pesquisa-ação tem várias implicações e, por esse motivo, a subjetividade dos envolvidos deve ser elemento de atenção na pesquisa. Ter prazer no trabalho e cuidado com as “pulsões sádicas” da autoridade científica são fatores do inconsciente individual e estão envolvidos com a prática coletiva. Ele diz que esse tipo de pesquisa é um jogo recíproco e existencial de ajuda mútua e questionamento existencialista que exige o engajamento pessoal e coletivo de quem se propõem a pesquisar. É uma forma de ligação entre o saber erudito e a vida cotidiana por meio do que o autor chama pesquisadores-poetas.

As pessoas do grupo se engajam de maneira a tornarem-se mais do que integradores, que são responsáveis pela regulação das contradições institucionais, mas para agirem no papel de analisadores. BARBIER (1985) explica: criadores de condições para a transformação em uma tomada de consciência coletiva. Ainda para o autor a reflexão do grupo que desenvolve a pesquisa-ação deve compreender três níveis: a pessoa, o grupo e a sociedade.

Ausência de rotina, busca da criatividade na educação, expectativa de resultados

práticos são fatores, ao mesmo tempo, de insegurança e de motivação dessa prática de pesquisa. É preciso um planejamento relativo e uma avaliação constante, pois as soluções e informações surgem em atendimento às demandas, em sincronia com o aprendizado sobre a região, as necessidades e os hábitos da comunidade. Isso acontece, pois a pesquisa social aplicada pretende alcançar realizações e nenhuma decisão deve ser tomada sem conhecimento e consenso prévio do grupo envolvido.

Algumas “noções entrecruzadas” são elencadas por BARBIER (2007, p.85-115) que podem ser utilizadas nessa nova pesquisa-ação, são “meios praxiológicos” para esclarecer o que une a ação e a problematização. São elas: 1) Complexidade: atribuição ao real de uma noção complexa de entendimento baseada em três princípios: o dialógico, o recursivo e o hologramático. 2) Escuta sensível e multirreferencial: nela está presente a empatia, o sentir do universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro; é uma escuta multirreferencial que pretende reconhecê-la em seu ser, antes de situá-la em seu lugar; ela suspende todo o julgamento e percebe o excedente de sentido que existe na situação conhecida; defende que cada experiencialidade é única e não redutível a um modelo. 3) Implicação: é um sistema de valores manifestado por um sujeito em interação na sua relação com o mundo, um engajamento pessoal e coletivo de quem pesquisa em sua prática. 4) Pesquisador coletivo: não pode ser reduzido à soma dos seus membros, resulta em uma co-formação de pesquisadores; é uma relação que depende da confiança e convivibilidade em um exercício de mediação e de paciência. 5) Escrita coletiva: os escritos são submetidos à leitura e discussão do grupo e pode se desdobrar em relatórios escritos pelo grupo. 6) Mudança: é a finalidade da pesquisa-ação; busca transformar atitudes, prática e condições na forma de um sistema de valores supostamente melhores e sempre é um questionamento político. 7) Negociação e avaliação: é a crítica ao consenso que não levanta novas questões; defende o conflito criador que produz conhecimentos e precisa de mais negociação e de menos controle. 8) Processo: difere do procedimento, pois é repleto de incertezas, não quer controlar uma situação e está inscrito em um dado tempo e espaço. 9) Autorização: é tornar-se o próprio autor do seu desenvolvimento com liberdade de criação.

O autor também oferece a possibilidade de desenvolvimento de uma pesquisa-ação existencial. Segundo BARBIER (2007) as dimensões da pesquisa-ação participativa e política deixam de lado dimensões humanas fundamentais, levá-las em consideração nos conduz a uma pesquisa-ação existencial, pessoal e comunitária. A pesquisa na medida em que se torna mais interna se torna, também, mais coletiva, pois transforma valores intersubjetivos do grupo e da pessoa.

## 2.2 NARRATIVA

As ações do grupo Amig@s do Parque Sucupira são descritas em forma de narrativa, pois contar a história é uma forma de entender a vida das pessoas. PAUL HART (2005) cita: “O estudo da narrativa é a análise dos modos pelos quais os seres humanos experimentam o mundo. É tão velha quanto as montanhas.” (HART, *op. cit.*, p.16)

Pesquisa narrativa é uma forma de pesquisa qualitativa que usa o conhecimento relatado para dar significado aos modos de vida, compreender a história das pessoas, a razão das suas ações e seus métodos são “exploratórios, dialógicos, provisórios e indeterminados” (HART, 2005, p.17). A proposta da pesquisa qualitativa é compreender ações humanas, seus contextos e abrir espaço para reflexão e para o subjetivo como forma de pensar valores e crenças (HART, *op. cit.*, p.27).

Ainda segundo HART (2005) está inserida no novo paradigma que busca modos de pesquisa baseados em autoconhecimento, auto-reflexão e autocrítica. Também está alinhada a educação ambiental em que o ativismo e a participação para solução de problemas são estimulados. É uma pesquisa que contempla o âmbito educacional (HART, *op. cit.*, p.38).

O objetivo das narrativas pessoais, para HART (2005) não é descrever a forma, mas extrair o sentido dessa experiência. “A narrativa é tanto uma via para o nosso próprio conhecimento como um caminho para organizar e comunicar a experiência de outros.” (HART, *op. cit.*, p.20).

A idéia defendida por HART (2005) é que pesquisadores participantes possam co-construir relatos que melhorem os discursos-práticas; perceber a pesquisa como engajamento em tarefas criticamente reflexivas; valorizar o conhecimento da experiência como método. Para ele boas narrativas tem detalhes complexos e abundantes, auxiliam leitores a compreender e sentir as experiências, afinal, é uma forma de expressar-se. Dessa forma, a narração das atividades do grupo pesquisado contém algo mais do que a informação descrita, nela pode-se perceber aspectos do discurso e das práticas do grupo na visão da pesquisadora-participante.

## 2.3 COLETA DE DADOS

Os dados de pesquisa foram coletados nas reuniões, nas atividades realizadas pelo

grupo, nas conversas do dia-a-dia na cidade e no amadurecimento que a vivência traz. Anotações sobre as atividades e impressões que surgiram e foram discutidas nos encontros do grupo são instrumentos de coleta de dados. Também as percepções do olhar crítico e a troca dessa compreensão entre as pessoas do grupo são dados da pesquisa que tem muito de subjetivo e reflexivo nela. Cada dia de convivência na comunidade foi um passo a mais para conhecer e reconhecer aquelas pessoas, suas vontades e necessidades.

Aliar isso a análise de documentos públicos como a legislação ambiental, o plano diretor local, estudos sobre o Cerrado e sobre a política ambiental do governo foram formas de conhecer o contexto socioambiental do conflito. Como forma de entender a mediação do grupo na gestão do Parque e a dimensão educativa das atividades, essa pesquisa recorre a narração das ações do grupo Amig@s do Parque Sucupira partindo da análise complexa.

## TROCA DE SABERES: UMA FORMA DE VALORIZAÇÃO DA ATUAÇÃO SOCIAL

Grande e generosa terra,  
mar às avessas de ondas...  
Onde quis ser posseiro quando era índio  
e hidra  
recólhido ao ventre desse plasma de chapadas,  
Amanhã de Amanhã.

Generosa e seca terra.

Onde semeei a esperança de meu sonho  
e a confusão de minha vida.  
(Paulo Bertran, Cerratenses)

### 3 EXPERIÊNCIA SOCIAL

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: UM POUCO DA HISTÓRIA

##### 3.1.1 Estudo de caso

Essa pesquisa é uma interpretação possível da vivência e aprendizado do grupo Amig@s do Parque Sucupira na forma de pesquisa-ação. Os relatos e análises são fruto de anotações feitas da observação/participação nas atividades do grupo que se reúne em Planaltina, DF, Brasil, com objetivo de interferir na gestão socioambiental da cidade.

A proposta é um estudo de caso da atuação desse grupo na cidade a partir de uma análise complexa das ações, encontros e diálogos com a comunidade envolvida. Sem pretensão de criar uma teoria geral sobre a maneira que a sociedade pode interferir na gestão local, quer mostrar uma possibilidade de atuação. Essa é uma forma de criar possibilidades de diálogo entre experiências sociais e tirar da invisibilidade a luta do movimento social valorizando a atuação da participação popular na transformação social.

A intensão desse estudo é colaborar para a produção de conhecimento acadêmico a partir da valorização da experiência social, da troca saberes e de experiências, divulgando ações do movimento social. A idéia é valorizar a experiência social como forma de produção de conhecimento e transformação das atitudes e das práticas.

O estudo caso é a análise de um sistema delimitado, mas não é um método específico de pesquisa. É uma forma particular de estudo (ANDRÉ, 1984) que envolve a pessoa que lê

na troca de conhecimento, pois é uma possibilidade de aplicação em outro contexto. Tem como características a interpretação, a descoberta, o contexto, a diversidade e a complexidade. É um conhecimento mais concreto e contextualizado que, muitas vezes, concilia a atuação profissional com a pesquisa.

A melhor maneira de representar o pensamento sistêmico colocado na análise desse estudo de caso é a forma de uma mandala. A figura, que tem o movimento espiral, religa as categorias de análise e é a maneira simbólica de mostrar a troca que existe entre estas. A mandala também nos permite perceber as categorias em movimento de ampliação e interação. A idéia é perceber o caminho aberto da troca de informação que existe nessa interação.

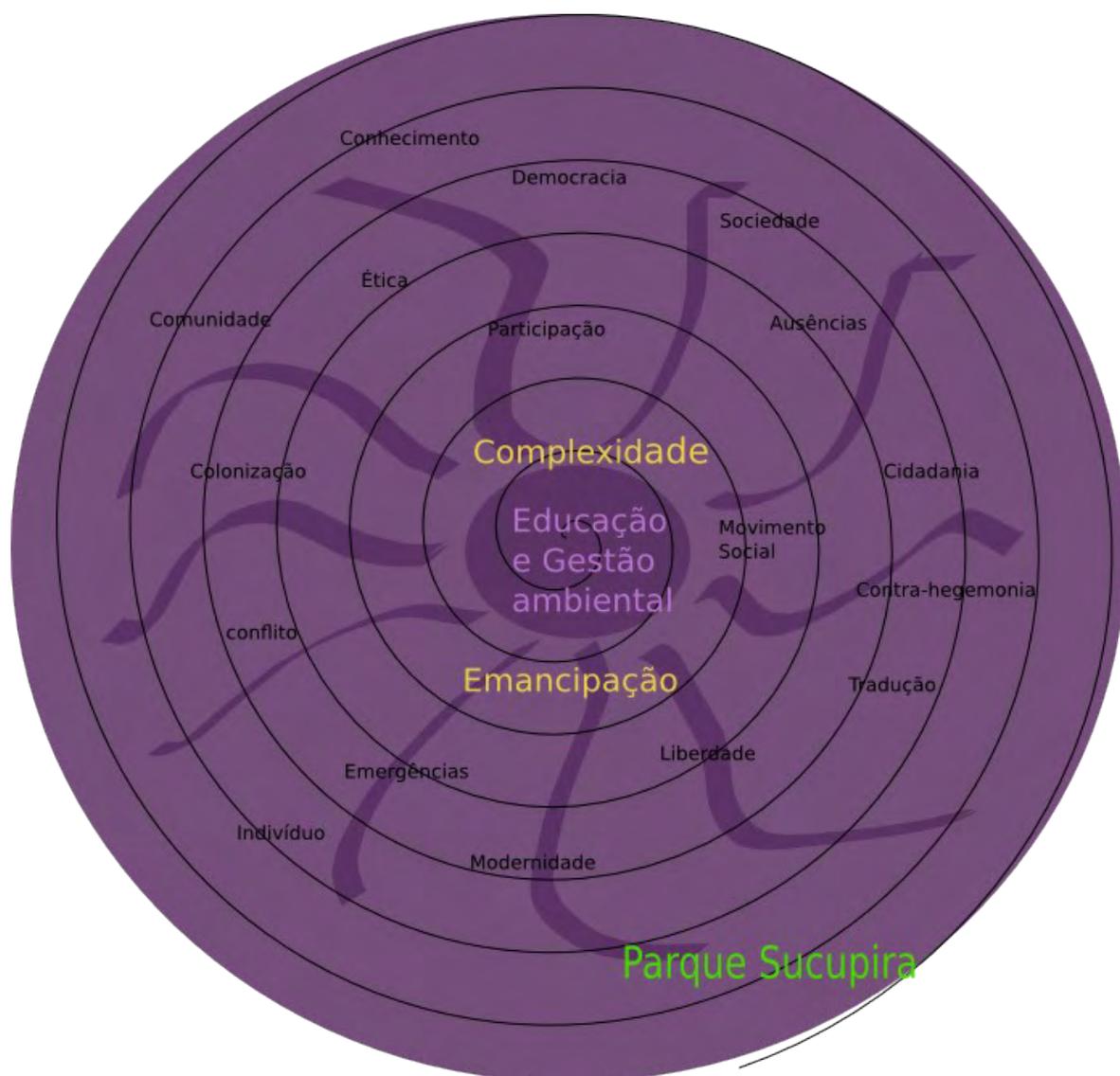


Figura 1 – Mandala da Educação e da Gestão Ambiental Complexas e Emancipatórias

Dessa forma, o coletivo e o individual se complementam. O olhar complexo nos aproxima do que foi convencionado perceber como separado. O olhar colocado nessa pesquisa busca a ligação que existe entre o discurso e a prática. O Parque Sucupira, o grupo motivador da gestão participativa e a pesquisa se apresentam religados.

### 3.1.2 História de vida

Como forma de mostrar onde e como aconteceu a pesquisa aqui apresentada, é preciso mostrar o caminho que segui e como encontrei o Parque Sucupira e @s Amig@s do Parque. A história que quero contar começa com minha chegada à cidade de Planaltina, no Distrito Federal, mas a história de que participei já havia sido iniciada.

A extensão universitária me permitiu conhecer a cidade e suas pessoas. Na extensão o contato da comunidade com a universidade é o campo de trabalho e de pesquisa. Assim, começo a trabalhar no campus de Planaltina da Universidade de Brasília. Estava prestes a me formar em história, mas não me sentia satisfeita com o caminho profissional que estava seguindo. Fui buscar outro caminho de atuação e busquei nos meus valores e metas de vida o que me completaria nesse sentido. Fui, então, trabalhar com Educação Ambiental na Universidade.

Por meio do curso de extensão *Projetos em Educação Ambiental* da Universidade de Brasília iniciado em 2006 foi possível conhecer e divulgar o Parque. O curso consistia em orientar professores e lideranças comunitárias que estivessem envolvidas em projetos ambientais no seu local de trabalho ou bairro na cidade de Planaltina e redondezas. Ele foi elaborado em uma etapa teórica, com aulas no campus, e uma etapa prática, com orientação no local de desenvolvimento do projeto.

O curso foi uma porta aberta para a articulação entre sociedade e Universidade. A intenção era inserir a Universidade e suas possibilidades de atuação como um nó nessa rede de educação ambiental já existente na cidade.

O projeto ligado à implantação do Parque Recreativo Sucupira foi levado ao curso por professoras do Centro de Ensino Fundamental 04 de Planaltina, que já faziam atividades na escola sobre o tema. Assim uma demanda da comunidade foi levada a Universidade recém implantada na região. Esse curso nos apresentou à cidade e às pessoas que estavam envolvidas de alguma forma em projetos ambientais e tinham interesses comuns.

Além da formação de professores e lideranças comunitárias, aproveitando o canal de contato com a cidade, a Universidade se envolvia em projetos dos bairros que tinham parceria com o curso. Nessa época, devido a uma articulação com uma associação de bairro da cidade - *Movimento União e luta do Buritis IV*, publicamos uma nota no jornal comunitário da associação (anexo 1).



Figura 2– Turma de 2007 do curso de extensão “Projetos em Educação Ambiental” no campus de Planaltina.

Autoria: Amig@s do Parque Sucupira..

Nesse momento, a universidade, especialmente o grupo com quem trabalhava, estava começando a se envolver com a comunidade fora dos contextos das disciplinas e cursos. Essa aproximação foi o momento de conhecer e reconhecer as pessoas, os projetos e a partir disso decidir qual caminho tomar. A universidade se mostra com um papel diferente das demais instituições públicas e a cidade. Nela existe o contato próximo e a parceria entre pessoas e projetos, os acordos podem ser conversados e planejados coletivamente, importante muito o interesse do quadro de professores da instituição.

Nas atividades do curso estavam previstas trilhas de reconhecimento do Parque. As trilhas interpretativas foram feitas com estudantes das escolas que participavam do curso e com cursistas da extensão. Elas eram realizadas no Parque Sucupira como forma de apresentá-lo à população, por entendermos a área como um laboratório pedagógico e por ser o local de contato com moradores. Naquele espaço geográfico limitado existe uma parte representativa e simbólica de quase todos os problemas socioambientais da cidade.



Figura 3 – Trilha monitorada com estudantes do projeto Rádio Diversidade.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.



Figura 4 – Trilha com estudantes da Comunicação Comunitária do Campus Darcy Ribeiro (Universidade de Brasília).

Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.



Figura 5 – Trilha com cursistas da extensão.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.



Figura 6 – Trilha com estudantes do Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

As trilhas são importantes para que exista o reconhecimento do Parque. Nas reuniões feitas para o planejamento das trilhas sempre pensávamos que o Parque Sucupira poderia ser entendido como um laboratório pedagógico. As trilhas são planejadas para mostrar a diversidade da vegetação do cerrado, a relação entre seres humanos e ambiente de forma indissociável, os efeitos de relação. Especialmente, nas trilhas podemos conhecer e ocupar o Parque. As condições de infra-estrutura que o Parque Sucupira apresenta hoje, não são seguras para caminhadas. Por isso, é preciso pensar em uma forma de ocupar para conhecer.

No caminhar da trilha passamos por resíduos de várias espécies. Sacos e latas trazidos pelo canal de escoamento de água pluvial, restos de construções que foram abandonadas na área, materiais de oficinas, objetos de casa como roupas e sofás.

No local é possível conhecer quem por lá passa e mora. O nosso contato foi apenas com um morador. Ele repete e insiste saber que mora em uma área de proteção ambiental, se importa com isso, mas não acha justo se retirado da área sem a indenização correspondente aos seus 14 hectares de terra e sua casa construída.



Figura 7 – Conversa com morador do Parque Sucupira.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

Existe um silêncio em um local não acessado pela população. No caso do Parque é o silêncio sobre a questão socioambiental. Buscar a resposta sobre a motivação do governo em manter o Parque Sucupira abandonado, sem dar assistência a quem mora lá, nem resolver a questão fundiária, mostra o desinteresse pelo aspecto socioambiental da cidade ou algum interesse político não divulgado.

A Universidade entra em um contexto de articulação prévio e deve se inserir nesse processo adicionando suas possibilidades de atuação nas já praticadas. Pode ampliar contatos, indicar e desenvolver tecnologias, disponibilizar recursos e pessoas para trabalhar junto à comunidade. Porém na prática existe um grande interesse por parte da comunidade no nome da instituição em projetos acreditando que isso fornecerá credibilidade a eles.

No trabalho com a universidade e a comunidade, percebi um caminho de participação. Nesse momento, por causa do meu trabalho no curso, eu era uma das pessoas que representavam a Universidade na cidade. Meu interesse era trabalhar pela comunidade, em um compromisso com o campi e com as pessoas que trabalhavam lá. Existencialmente era uma forma de desenvolver minha carreira e de aprendizado. Quanto mais me vinculava à Universidade, mais transformava minha visão de mundo.

Neste contexto conheci a cidade de Planaltina, os trabalhos pela implantação do Parque e passei a fazer parte dessa História.

### 3.1.3 Sobre a cidade de Planaltina, DF

Os interesses econômicos que o modelo moderno de desenvolvimento prioriza ignoram a diversidade cultural, ambiental e suas relações indissociáveis. A economia de escala global impõe modas e comportamentos que são utilizados como modelo para toda a humanidade. Isso resulta em um quadro de injustiça social que agrava a cada dia o desemprego e a violência urbana, bem como o esgotamento do solo, a contaminação das águas e a produção de lixo.

É exatamente nesse contexto em que Planaltina está inserida. A cidade mais antiga do Distrito Federal, com 150 anos, detentora de um patrimônio cultural expressivo enriquecido com a herança cultural de migrantes, apesar de possuir alguns núcleos que buscam preservar o patrimônio cultural vive um processo de aculturação através dos meios de comunicação de massa e de políticas públicas ineficazes.

Sobre sua origem secular, a história contada da cidade nos remete a um ferreiro do século 18, chamado Mestre D'armas, que se instalou às margens de um córrego em uma época de crise da mineração no Brasil. O local estratégico de sua casa servia de ponto de descanso aos viajantes. Por isso, o povoado surgido na área e o córrego onde se instalou, levam seu nome. Em agosto de 1859 o povoado vira distrito, essa é a data em que se comemora o aniversário de Planaltina.

Na década de 60 do século 20, Planaltina tinha por volta de 2000 habitantes. Houve nos últimos 40 anos um crescimento populacional de 9000%. Especialmente nas décadas de 80 e 90 o crescimento da cidade foi estimulado pelo governo, porém se fez de forma desordenada, ao preço da qualidade de vida das pessoas e por meio de muito descaso ambiental.<sup>1</sup> Planaltina é uma cidade do Distrito Federal localizada na periferia e enfrenta problemas típicos do conflito centro-periferia, como o baixo investimento social por parte do governo. No dia-a-dia é uma cidade com aproximadamente 190.000 habitantes, mas que não possui sequer um cinema ou teatro para o lazer da população.

Segundo dados fornecidos pela administração da cidade, ela se localiza a 38 quilômetros da capital e tem uma área total de 1.534,69 km<sup>2</sup>: 1.523,37 km<sup>2</sup> de área rural e 11,32 km<sup>2</sup> de área urbana. A maioria da população, 53,81%, tem o 1º grau incompleto e 12,26 % dos menores de sete anos estão fora da escola. A renda per capita é de 1,28 salário mínimo. A cidade possui apenas um hospital público e duas delegacias, três creches, trinta escolas urbanas e quarenta rurais.

Sobre as áreas próximas ao Parque Sucupira: a Vila Nossa Senhora de Fátima tem 646 lotes e no setor habitacional Mestre D'armas não existem dados precisos. Atualmente está sendo construído um novo loteamento, financiado pelo governo, para funcionários públicos ao lado da Vila e do Parque. É uma cidade em crescimento constante. Assim, a convivência da população com o ambiente natural vai desaparecendo do cotidiano da cidade em crescimento constante.

Planaltina se localiza em uma região divisora de águas de três grandes regiões hidrográficas brasileiras, a do rio Paraná, a do rio São Francisco e a do rio Tocantins/Araguaia. É conhecida como berço das águas, e acolhe a reserva ecológica de Águas Emendadas (anexo 2).

---

<sup>1</sup> O texto que foram retiradas as informações está disponível na página <http://amigosdocentrohistorico.df.blogspot.com/> e é de autoria do Historiador Xico Mendes

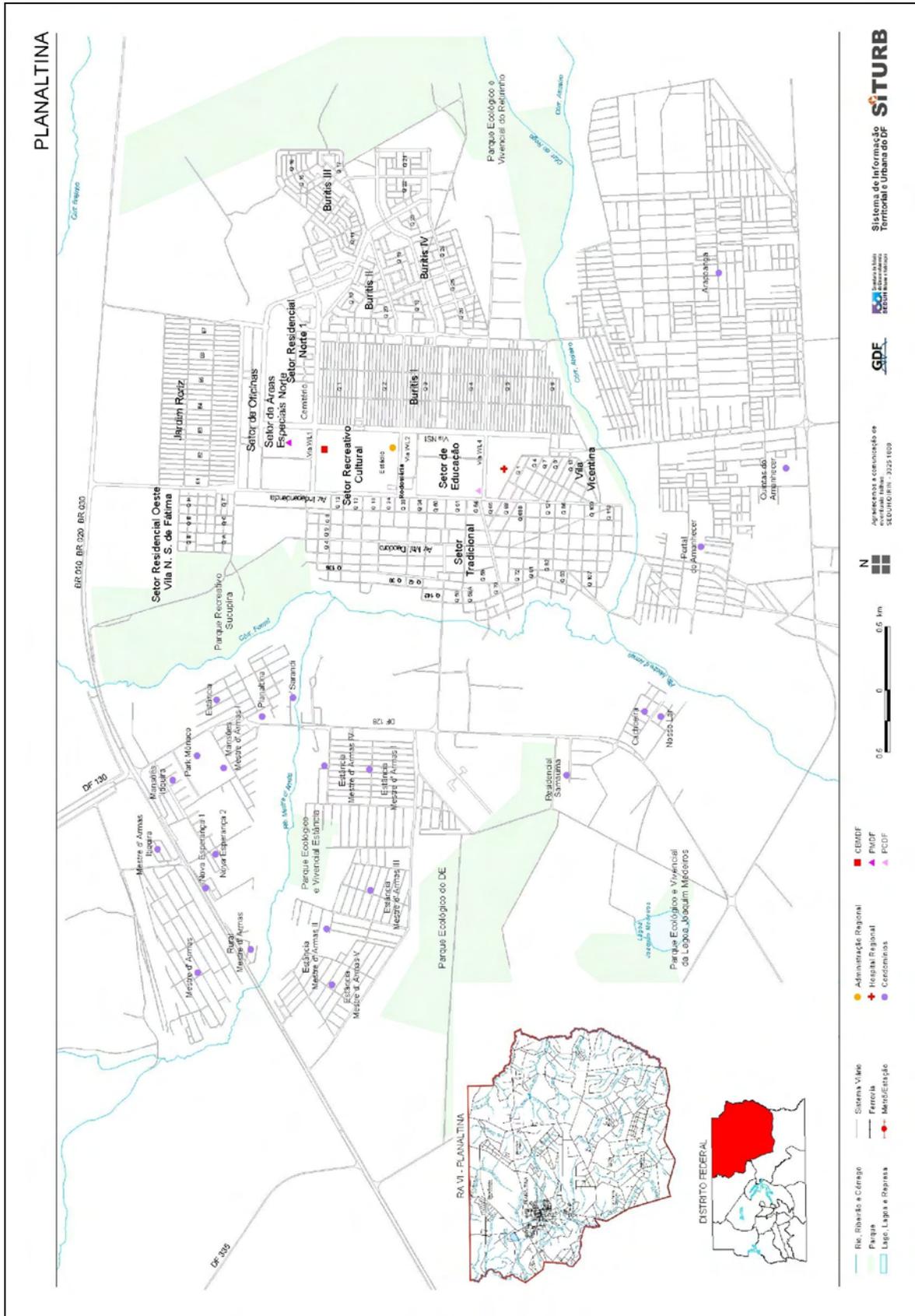


Figura 8 – Mapa de Planaltina – DF.  
 Fonte: site do Instituto Brasília Ambiental.

O contexto atual do Distrito Federal é de crescimento desordenado motivado por interesses políticos e econômicos alheios à comunidade. A população cada vez mais se aglutina em condomínios que atendem às diversas classes sociais e se espalham por todas as regiões. A ocupação rápida e desordenada que se deu em Planaltina é reflexo do momento atual dessa região central do Brasil. A busca por sair do meio rural, morar no entorno de uma capital atrai pessoas que querem comprar e vender terras. Essa é a história atual de quase todo o Distrito Federal. Muito desses condomínios são construídos em reservas ambientais, nas margens de córregos e isso tem destruído o patrimônio natural, além de gerar problemas urbanos.

Nesta cidade é que está o Parque Recreativo Sucupira, ela é o local de participação d@s Amig@s.

#### 3.1.4 O Parque Sucupira



Figura 9 - Área do Parque entre a Estância, a Vila Nossa Senhora de Fátima e a Universidade de Brasília.

Fonte: Google Earth (internet).

O Parque Sucupira foi criado em 23/12/1996, pela Lei Distrital nº 1318 (anexo 3).

Atualmente, está sob cuidados e fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM), ligado à nova subsecretaria de meio ambiente criada no atual governo, e a sua implantação é competência da administração de Planaltina. A poligonal foi demarcada pela COMPARQUES, antigo órgão responsável pelos parques no DF e, como de costume, apenas cercou a área.

A condição do Parque Sucupira não difere muito de outras áreas de conservação: “A situação atual das áreas protegidas no Brasil é problemática, nesse e em outros aspectos. Grande parte delas ainda não foi implantada e, na prática, muitas não ultrapassaram o estágio de 'unidades de conservação no papel' ”(DIAS; DRUMMOND, 2008, p. 240).

O Parque Sucupira localiza-se ao lado da Universidade de Brasília – Campus Planaltina, no bairro Vila Nossa Senhora de Fátima, abrange boa parte do Córrego Fumal e abrigava as nascentes do córrego Buritizinhos, hoje extinto. O Parque está localizado na sub-bacia do Ribeirão Mestre D'armas e na Bacia Hidrográfica do Rio São Bartolomeu.

O Parque Recreativo Sucupira, de acordo com a Lei Complementar nº 265, sobre a criação de Parques no Distrito Federal, é caracterizado como uma Unidade de Uso Sustentável e, mais especificamente, um Parque de Uso Múltiplo. De acordo com a Lei Distrital, os Parques de Uso Múltiplo devem estar situados em centros urbanos, em local de fácil acesso à população e devem possuir infra-estrutura para as atividades a que se dispõem. Seus objetivos são: conservar o ambiente natural, recuperar áreas degradadas, estimular a educação ambiental local e realizar atividades de lazer em contato com a natureza. A implantação e a fiscalização dos parques ficam sob competência da administração regional.

O Plano Diretor de Planaltina reconhece o Parque Recreativo Sucupira como um Parque de Uso Múltiplo e define sua poligonal. Também define a Zona de Amortecimento Ambiental, um cinturão de três quilômetros em torno da Estação Ecológica de Águas Emendadas. Portanto, parte da área do Parque Sucupira se insere no cinturão, que tem como objetivo garantir a integridade de Águas Emendadas e estimular a recuperação da vegetação nativa.

No Plano Diretor também são contempladas as Áreas Especiais de Proteção que se dividem em: *I – Áreas de Proteção de Mananciais; II – Áreas com Restrições Físico-Ambientais; III – Áreas de Lazer Ecológico; IV – Áreas Ambientais de Proteção.* Ele restringe

o uso e exploração do solo, disciplina o uso de águas subterrâneas, proíbe o despejo de afluentes e a exploração de minerais.

As áreas de Proteção de mananciais são aquelas que contêm pontos de captação de água pela rede pública de abastecimento. No córrego Fumal, ao lado do Parque, existe uma área de captação de água, de acordo com o documento da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB - Sinopse do Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Federal. O Parque também é uma Área de Restrições Físico-Ambientais, pois está na faixa de tamponamento de uma Estação Ecológica e, ainda, é uma Área de Lazer Ecológico.

Constam no documento as áreas ambientais de proteção, em que são vedadas edificações e correspondem a 50m das margens do Córrego Fumal, do Ribeirão Mestre D'armas e do Córrego do Atoleiro com objetivo de compor o "Cinturão Verde de Preservação Ecológica" em Planaltina. O cinturão verde também abarcava a área do córrego Buritizinhos.

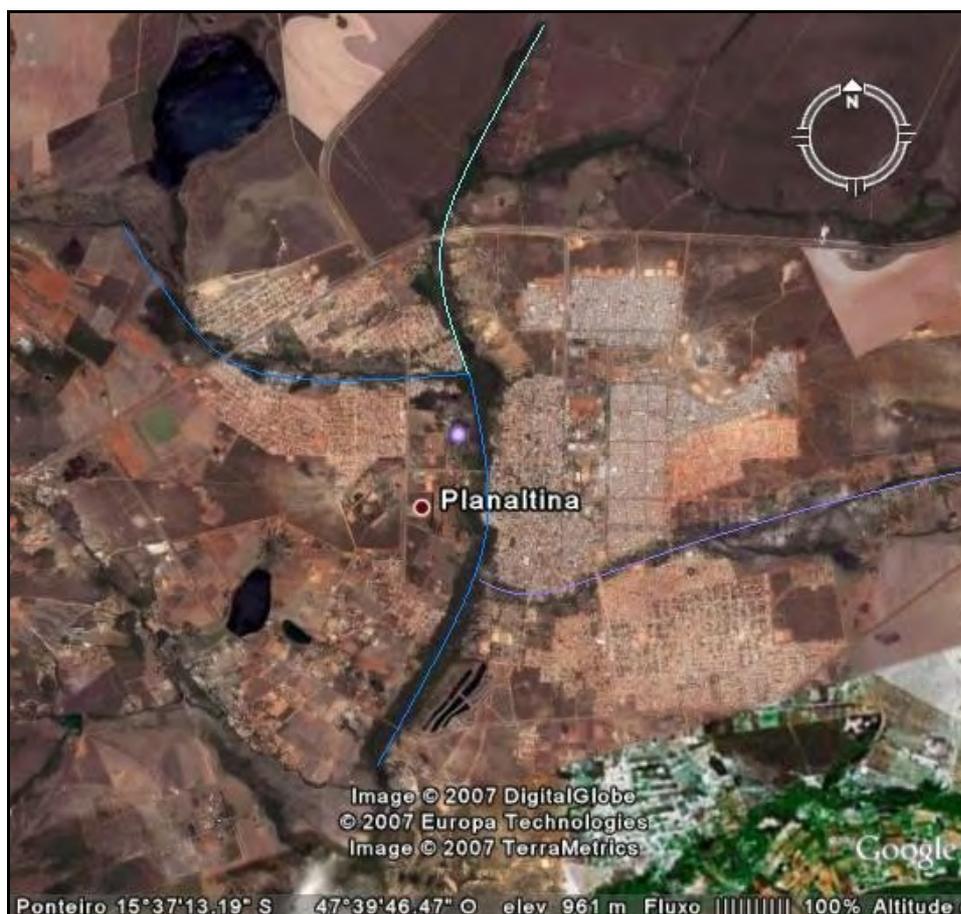


Figura 10 - Córregos: Fumal, Mestre D'armas e Atoleiro (cinturão verde)  
Fonte: Google Earth (internet).

A vegetação do Parque é formada pelo cerrado e pela mata ciliar do córrego Fumal e de parte do Mestre D'armas. O cerrado do Parque Sucupira se encontra em estado de degradação intensa com poucas partes conservadas, além de vegetação invasora como a braquiária, capim utilizado para alimentação de gado.



Figura 11 – Mata de galeria do córrego Fumal.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira



Figura 12 – Cerrado presente no Parque Sucupira  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira

Sobre o Cerrado e sobre a região em questão, nos esclarece LARANJEIRA *et. al.* (2008), foi criado o Corredor Ecológico Paranã-Pirineus com objetivo de proteger o bioma:

O cerrado ocupa vasta área no Planalto Central, onde estão diversas nascentes que dão origem a importantes rios que formam duas regiões hidrográficas brasileiras e uma sul-americana, respectivamente, São Francisco, Tocantins-Araguaia e Paraná (que equivale a Bacia do Prata, que se estende pelo Paraguai e Argentina). Por isso o Planalto Central é muitas

vezes referido como berço das águas brasileiras, representando um grande divisor de águas. A importância como fonte alimentadora das referidas regiões hidrográficas, torna esta região estratégica para a conservação das águas do Brasil e da América do Sul. (LARANJEIRA *et. al.*, *op. cit.*, p.6)

O Parque desde sua demarcação é uma área de litígio entre o poder público e chacareiros. Muitas famílias que ali moravam e produziam hortifrutigranjeiros foram reassentadas em outra área de Planaltina. Ainda existem os remanescentes e um viveiro particular em funcionamento na margem do córrego. O sistema de captação de água pluvial, que desce da Vila Nossa Senhora de Fátima e desagua no Fumal é uma grande fonte de lixo, entulhos e esgoto trazidos da cidade.



Figura 13 – Conflito fundiário no Parque Sucupira  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira



Figura 14 – Desvio do córrego Fumal e cascalheira no Parque Sucupira.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira

A área do Parque já foi um lixão, que foi enterrado na ocasião de criação do sucupira, mas ainda é local de acúmulo de entulho pela população e um lugar de insegurança para os moradores do bairro. Planaltina é conhecida como uma cidade que registra um grande índice de violência e um local abandonado, como um Parque não implantado, torna-se inevitavelmente um reduto de venda de drogas, desova de produtos roubados, assaltos e esconderijo de infratores.



Figura 14 – Lixo e desmatamento no Parque Sucupira  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira



Figura 15 – Criação de gado e alambrado depredado no Parque Sucupira.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

São muitos os desafios da implantação do Parque, é preciso indenizar e reassentar as famílias que ainda moram no local, divulgar o Parque para a população, esclarecer qual a função de um Parque urbano, mobilizar a população do bairro para participar das decisões na gestão do local e pressionar as autoridades responsáveis para que façam cumprir a lei e a vontade da comunidade.

Ao entender a vida da cidade e ao conhecer a a situação do Parque é possível pensar o surgimento da necessidade da participação social em tal contexto. Um grupo de pessoas interessadas em cuidar do Parque e em estimular a participação da população pode ser entendido como uma emergência que surge como algo novo naquela organização social.

### 3.1.5 Sobre o grupo Amig@s do Parque Sucupira

A formação do grupo aconteceu de forma espontânea. As reuniões inicialmente eram marcadas no campus da Universidade de Brasília em Planaltina com os professores de

escolas públicas do curso de extensão. Logo se expandiu para as lideranças comunitárias que também estudavam lá. Depois quando o grupo começou a tomar corpo e ficou mais fortalecido, revesávamos entre a Campus Universitário, Água Emendadas e a Rádio Utopia.

As reuniões acontecem de acordo com a demanda do grupo. Alguma comunicação importante sobre o Parque, algum evento onde possa ser divulgada a existência dos conflitos, a proposição de alguma atividade relativa ao Parque são motivações para encontros. Estes são abertos à comunidade e acontecem antes das atividades para planejamento e depois destas para avaliação. As reuniões são importantes para manter a união do grupo e aumentar a adesão da comunidade. A frequência em que acontecem é em atendimento às demandas do grupo e do Parque.

A liderança dentro do grupo, ou seja, quem está mais envolvido no processo é muito dinâmica. Em cada momento, em cada período, uma pessoa se torna o centro aglutinador. Alguém, por mais interessado que esteja o grupo, deve que fazer esse mediação e promover encontros com pautas a serem discutidas sobre o assunto. Essa mediação é importante por questões de infra-estrutura (locais de encontro) e é a manifestação do compromisso com a cidade e grupo.

A formação do grupo foi inicialmente motivada por uma demanda da comunidade que percebe o abandono do local e se preocupa com a segurança, com o acondicionamento do lixo e com as questões ambientais envolvidas. As primeiras reuniões tinham o objetivo de planejar ações pela implantação do Parque Sucupira. Depois de muito encontros, pensamos em alguma forma de formalização que pudesse unir as pessoas e marcar o trabalho do grupo em prol do Parque (anexo 4). Nesse momento pensamos em criar o nome do grupo.

A percepção deste contexto e a vontade de participar ativamente da vida da cidade foram motivações suficientes para unir pessoas que se organizaram em um grupo, *Amig@s do Parque Sucupira*, com a vontade de lutar para que seja cumprida a legislação ambiental e para que o Parque seja implantado na cidade.

O grupo é formado por representantes da Estação Ecológica de Águas Emendadas, da Associação Comunitária Amigos do Centro Histórico, da Rádio Comunitária Utopia FM e por professores e estudantes da Universidade de Brasília e de Escolas Públicas. Além destes atores sociais envolvidos diretamente na questão, estão envolvidos nessa pesquisa o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM), a Administração Regional de Planaltina e o Governo do Distrito Federal.

A Universidade de Brasília foi implantada em Planaltina como parte do projeto de descentralização dos campi realizado pelo governo federal. O projeto prevê a ampliação das instalações físicas e as obras já tiveram início. Ela foi implantada em Planaltina em 2006 e desde então tem como objetivo o trabalho com educação ambiental. Além disso, segundo informação do IBAMA, a UnB tem dois compromissos diretos com o Parque para obter a licença ambiental: 1) elaborar o Plano de Manejo e 2) elaborar um Plano de Recuperação de áreas Degradadas na cascalheira do Parque Sucupira (anexo 5).

As escolas envolvidas no grupo são o Centro de Ensino Fundamental 04 e o Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, com participação de professores e estudantes nas reuniões. Não existe uma disciplina formal de ecologia na escola, a lei que implementa a Educação ambiental prevê seu estudo como uma prática educativa integrada em todos os níveis da educação.

Assim, faz parte das atividades escolares estimular a Educação Ambiental. Para professores e estudantes envolvidos, é importante mostrar a educação como local de transformação e utilizar a Educação Ambiental para transformar a realidade da sua comunidade. As escolas que participam do grupo já vinham desenvolvendo trabalhos como peças de teatro, pesquisa de opinião, livros de desenhos e trilhas no parque. Os interesses estão vinculados à proximidade das escolas a área, com a qualidade de vida e com a segurança da cidade.

A rádio comunitária Utopia FM tem uma longa história de atuação social é a única rádio comunitária legalizada da cidade. Faz parte do movimento social que visa democratizar a informação, luta contra a cultura de massa dominante estimulada pela mídia que partilha do poder de transmissão de informações. A rádio comunitária surge em um contexto de resistência por um espaço de transmissão e valorizando a questão educativa que existe nos meios de comunicação.

Ampliar a temática de assuntos da mídia e colocar em debate as decisões políticas são ações comunitárias que estimulam e abrem espaço de participação para população. Isso coloca em evidência problemas que muitas vezes são mascarados por interesses políticos ligadas à comunicação de massa. Assim, a questão socioambiental está envolvida nesse processo de diálogo e resistência.

A Associação dos Amigos do Centro Histórico foi criada recentemente, mas representa uma luta antiga de moradores pelo reconhecimento da característica histórica da

cidade. Planaltina tem mais de 150 anos e um patrimônio cultural em risco pelo descaso das autoridades e pela falta de informação dos moradores. Em geral, no Brasil, a questão histórica de raiz perde espaço para temas com viés estrangeiros.

O Centro Histórico de Planaltina faz parte da história do Brasil, porém é invisibilizado pelo desinteresse turístico por uma cidade da periferia. Nele existem casa históricas, um museu tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Mas por se tratar de uma cidade que fica em uma região do Distrito Federal que carrega o costume de ser chamada de periferia, não é percebida pelo governo como relevante historicamente. Isso, aliado ao desinteresse pela história, mostram a necessidade de intervenção da população nessa questão.

A Associação do Centro Histórico tem o interesse na implantação do Parque ligado à vontade de implantar um corredor ecológico-cultural ligando o centro histórico ao Parque, fato que valorizaria a região e, dessa forma, estimularia o turismo cultural do país para a área.

A Estação Ecológica de Águas Emendadas tem na sua área 10.547,21 hectares onde se localiza o fenômeno que dá origem o nome da estação. Uma vereda que corre em duas direções opostas: o córrego Vereda Grande ruma para o norte e o córrego Brejinho para o sul. Essas águas percorrem mais de 5.000 quilômetros e ligam a região central com o resto do Brasil, chegando até a Bacia Platina.

Águas Emendadas é um importante pólo de educação ambiental na região e, até a Universidade ser implantada, era o único. De qualquer maneira continua sendo o único lugar da região que é possível fazer uma trilha monitorada e segura em uma área de Cerrado. Para as representantes de Águas Emendadas, a implantação do Parque e a possibilidade de nele ser estruturado um centro de educação ambiental desafogaria a pressão que existe sobre a estação ecológica para atender a essa demanda.

O ponto comum dos interesses do grupo é a causa ambiental e o compromisso de cuidar e participar da gestão da cidade em que vivem. Todos querem implantar o Parque e fortalecer os trabalhos comunitários de Planaltina. A ênfase das atividades é o exercício da cidadania pela participação social, são ações que envolvem a comunidade em todo o processo abrindo um espaço democrático. Também, estimular a comunidade a olhar criticamente a situação social do lugar que reside e, a partir disso, procurar instrumentos de atuação social e ampliação do conhecimento.

As ações do grupo são essencialmente pedagógicas, estão inseridas na educação não formal e informal, e são intencionalmente pensadas para serem parte no cotidiano da população. É um tipo de educação politicamente engajada, que pretende transformar o dia-a-dia do grupo e da comunidade.

O grupo pode deve ser entendido como um *grupo motivador da participação da comunidade nas decisões políticas da cidade* e não como um grupo de gestão simplesmente. Ele é uma parte do todo social. O grupo emerge nesse contexto pela necessidade de ocupação de um espaço de organização social que estava vazio ou em déficit com a sociedade. Essa parte contém o todo e é maior do que ele porque propõe algo novo, demanda uma nova organização. Desse conflito entre o que o poder público oferece à população e o que ela realmente precisa emerge um grupo com propostas de gestão coletiva. Nesse caso específico é um grupo que visa atender a demanda de uma sociedade com problemas cotidianos.

Um grupo motivador não existe sem a comunidade e atua em prol de suas necessidades coletivas, tendo como incentivo as questões socioambientais e como referência a legislação ambiental. São pessoas que lutam por causas socioambientais e têm no Parque um espaço de participação.

A proposta do grupo motivador é mobilizar a comunidade para que ela desperte conscientemente para o seu papel de sujeito social na cidade. As ações são pensadas enquanto processo educativo de emancipação, pois o objetivo é algo mais do que chamar as pessoas para participar. A idéia é que faça sentido para a comunidade a possibilidade de transformação social local por meio da pressão orientada politicamente sobre as autoridades governamentais para que elas de fato atuem na qualidade da vida local.

As ações são exatamente o ponto em questão, são estratégias de gestão que não desvinculam a educação nem da sua base nem da sua finalidade. As ações são planejadas e executadas coletivamente. A educação para a emancipação é a orientação e o propósito das atividades propostas. Por meio dela e objetivando a participação popular que vai tomando forma a gestão participativa motivada pelo grupo.

É em um contexto de necessidade de pressionar o governo e de abrir espaços de participação que a comunidade se reúne em torno de um problema para reavaliar sua condição de atuação e buscar legitimidade estatal para o que se reivindica. A participação social no processo de gestão pública é uma forma de pressionar o Estado e dar efetividade

ao seu poder de decisão.

### 3.2 RELATO DAS EXPERIÊNCIAS: A CONVERGÊNCIA DE CAMINHOS

A narração das ações do grupo é uma maneira de esclarecer sua forma e o tempo de atuação na questão do Parque em Planaltina. As ações são descritas sob a forma de narrativa, pois são a história da participação com os altos e baixos do grupo e da comunidade. Algumas ações descritas foram realizadas antes do grupo estar formalmente criado, pois não se pode desvincular as atividades anteriores ao contexto de formação do grupo motivador.

A composição do grupo varia com alguma frequência, por isso podemos considerar ações do grupo todas as atividades que foram feitas por parte ou pelo grupo inteiro, sem descaracterizá-lo, mas com ressalva a essa variação.

A narração das atividades procura mostrar elementos da gestão e educação ambiental, que são entendidas como complexas e emancipatórias, e são explicitadas na discussão teórica agregada ao texto. Esse caminho descritivo vai divulgando a vivência e o aprendizado dessas pessoas, nesse lugar específico representando a manifestação do direito político de atuar socialmente para a melhoria da qualidade de vida e da liberdade social.

A ética e a participação são temas transversais a todas as ações e são compreendidas pela análise complexa. São categorias que permeiam as ações e as mentes das pessoas envolvidas, seja na sua manifestação ou na falta dela, são parte do caminho e o lugar aonde se quer chegar.

#### 3.2.1 O Caso da Vila olímpica

Existiu uma proposta por parte do grupo de educação ambiental de Águas Emendadas de criar no Parque Sucupira um núcleo de educação aproveitando casinhas de madeira disponíveis no Palácio do Jaburu. Para discutir a possibilidade e a parceria foi marcada uma reunião em que participaram representantes da Secretaria de Educação, do Instituto Brasília Ambiental, da Universidade de Brasília, da Estação Ecológica, da Secretaria de Esportes e de membros da comunidade (anexo 6).

Contudo, nessa reunião, foi divulgado um projeto de governo que pretendia construir

uma Vila Olímpica no Parque e que o Distrito Federal disponibilizaria mais de sete milhões de reais para esse fim. Sabendo que para a cidade de Planaltina uma Vila Olímpica é um bom investimento social, nos perguntamos se o Parque seria o local adequado. Optamos por investigar melhor as possibilidades e no dia seguinte à reunião parte do grupo se encontrou com técnicos do Instituto Brasília Ambiental, para fazer um estudo da área e pensar o que seria melhor para a cidade e para o Parque.

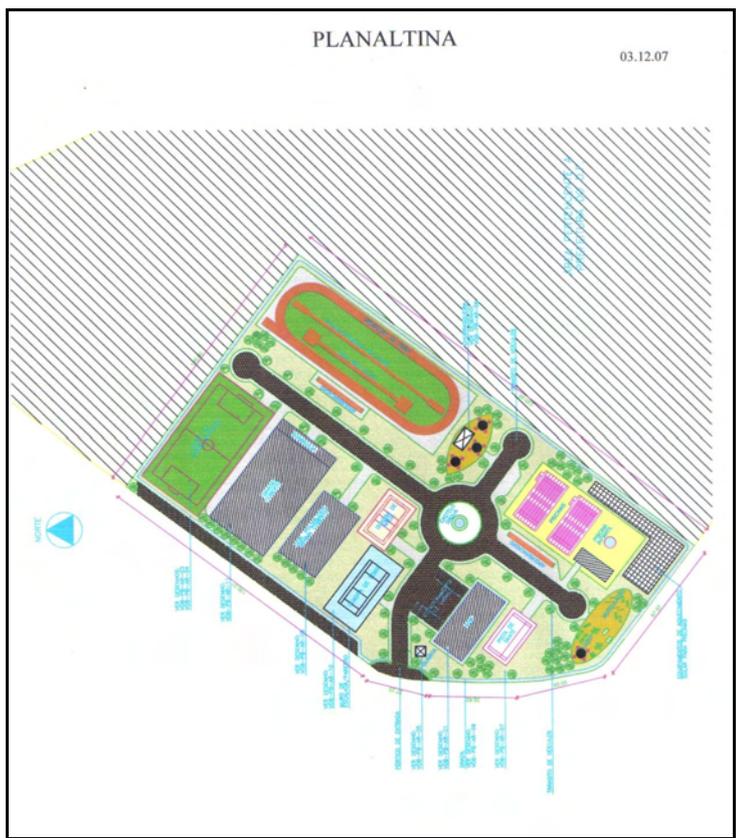


Figura 16 – Planta da Vila Olímpica.  
Fonte: Secretaria de Esportes do Distrito Federal

Nesse encontro surgiu a possibilidade de aproveitar o módulo esportivo da cidade, que se localiza ao lado da rodoviária, portanto, de mais fácil acesso a toda a cidade. Este espaço se encontrava ocioso, com problemas de infra-estrutura e com espaço suficiente para comportar a vila. Essa possibilidade foi levada pelo grupo ao administrador da cidade que depois de alguma negociação disse que levaria a questão ao governo distrital.

Nesse momento ficou marcada uma reunião com o secretário de meio ambiente para mostrar o estudo e a possibilidade de transferência da Vila Olímpica para outro local. Tal reunião nunca aconteceu, mas alguns meses depois o governo anunciou a construção da Vila Olímpica no módulo esportivo da cidade.

Não podíamos deixar de considerar o levantamento florístico feito por técnicos do próprio governo, que indicou que a área de cerrado destruída seria uma das mais conservadas do Sucupira, mesmo sabendo do interesse dos moradores do bairro em comportar a vila.

As necessidades do bairro em que está o Parque são relacionadas com segurança, infra-estrutura básica como coleta de lixo, saneamento, tráfico e consumo de drogas. É fácil imaginar que uma área abandonada, sem luz, sem pessoas utilizando pode ser tomada por tais problemas. No entanto esses problemas são resolvidos com políticas públicas financiadas pelo Estado em atendimento à necessidades imediatas da população e não repassando o problema para que outra secretaria ou instituição resolva.

O dinheiro necessário para a colocação das casas no Parque era de aproximadamente 300 mil reais, quantidade bem menor do que a disponibilizada pelo governo para a secretaria de esportes. A questão ambiental é invisibilizada pelo governo quando é do seu interesse a auto-promoção. Mais de uma Vila olímpica foi implantada em outros Parques do Distrito Federal.

Não há, nesse caso, uma ausência de informação sobre as necessidades do Parque e da cidade, existe o desinteresse do governo em destinar recursos para a área ambiental, o que faz sentido dentro seu do jogo de poder. O interesse é a manutenção e não a transformação. A visão reducionista e pouco ética de representantes do governo coloca a questão da arrecadação de votos em detrimento a da qualidade de vida. Isso configura um desrespeito à liberdade das pessoas reduzindo o número de oportunidades de manifestação de direitos.

A Vila olímpica é uma obra monumental que pretende alterar a vida da cidade, o Parque Sucupira é um local isolado quem não necessita de grande montante de recursos públicos para funcionar. A opção do governo é pelo que pode ser visto pelo público votante. Há, ainda, o interesse pela especulação imobiliária e reserva de terras para tal.

A luta do movimento social é integrada às realizações do Estado opressor, que manipula informações e toma para si realizações importantes invisibilizando a luta e a participação social. Essa estratégia fortalece a idéia da eficácia da democracia representativa que se mostra como interessada na qualidade de vida da população e não no poder que, em geral, é seu objetivo. A divulgação feita pelo governo sobre a inauguração da

da Vila Olímpica é um claro exemplo da produção de não-existência da luta do movimento social.

O jornal em que vimos a divulgação da construção da Vila Olímpica (anexo 7), o carro de som que anunciara tal fato na cidade e a página da secretaria de meio ambiente em nenhum momento relataram a história das pessoas envolvidas nessa decisão. A notícia exaltava a Vila Olímpica como útil para a cidade e como mais uma realização do governo do Distrito Federal.

Esse é um claro exemplo de integração da luta do movimento social na propaganda política do governo. Ao não revelar a luta da comunidade envolvida na decisão dos representantes do governo, uma parte da história foi sonogada à população, exatamente a parte que mostra uma possibilidade de atuação concreta e cidadã.

A estratégia de quem quer permanecer no poder é invisibilizar a luta de outro grupo e incorporar as realizações ao seu currículo. A intenção não é apenas ter para si o mérito da causa, mas também desestimular a participação escondendo por meio da manipulação de informações essa possibilidade.

Também, as ações em torno da questão da Vila Olímpica, mostram um caminho de participação efetivo e rápido. Fica evidente que a participação social organizada surte efeito nas decisões políticas. Elucidar essa questão é mostrar à população possibilidades de atuação presentes que precisam da participação popular para a construção de um futuro mais justo e coletivo.

As noções de democracia, de participação e de cidadania complexas estão em evidência nesse caso. Esse caso ilustra uma transformação que atinge o cotidiano da cidade, mas que ainda não muda a lógica de atuação do governo que insiste em responder apenas sob pressão popular.

### 3.2.2 Concurso da logomarca dos Amig@s do Parque Sucupira

O grupo decidiu em reunião que seria interessante realizar um concurso nas escolas públicas de Planaltina para escolher a logomarca que seria a imagem das ações do grupo na cidade (anexo 8). A idéia era que produzíssemos um material de divulgação do concurso com fotos, regulamento, história do Parque para que os estudantes tivessem informações sobre o local, acesso a legislação específica da área, fotos de situações diversas dentro

Parque. Portanto o concurso foi uma estratégia de divulgação do Parque e uma forma de unir o grupo com a comunidade, falar de educação ambiental e mostrar que é possível encontrar um espaço de atuação social na cidade.

Para que não fosse apenas um concurso, que é uma maneira de competição, atrelamos ao concurso uma atividade artística na escola, combinamos com professores parceiros que eles utilizariam o material de divulgação com informações sobre o Parque em sala com os estudantes, orientando sobre as questões do ambientais e sociais relacionadas. Depois de muita conversa e pouca adesão dos professores da cidade, apenas três escolas participaram e o grupo selecionou a logomarca.



Figura 17 – Reunião para escolha da logomarca dos Amig@s do Parque Sucupira.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

Porém, ficou o resultado do esforço: o grupo e a cidade foram recompensados com uma logomarca que acreditamos ser representativa do Parque Sucupira. O estudante que criou a imagem era estudante da 5ª série que foi premiado com um MP4. A premiação foi realizada em um evento público, a terceira mostra cultural do Projeto Rádio Diversidade.

O Projeto Rádio Diversidade, realizado pela Utopia FM, tinha como proposta a valorização da diversidade cultural e ambiental da cidade com a participação de estudantes de escolas públicas. A idéia era realizar mostras culturais e elaborar programas radiofônicos com estudantes de escolas da cidade.

O projeto atrela a arte e a comunidade no processo de transformação social. Entende que as manifestações artísticas são parte integrante da cultura, são manifestadas socialmente de maneira diversa e são valorizadas como forma de atuar na sociedade.

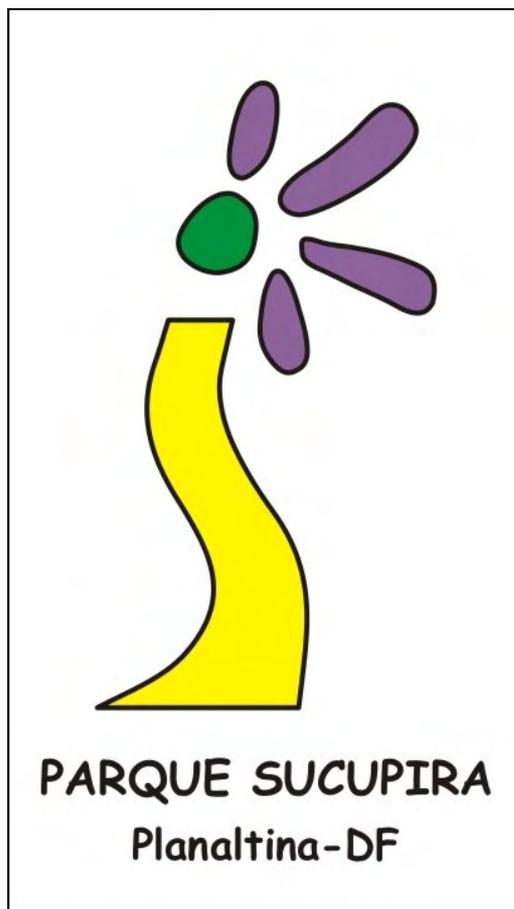


Figura 18 – Logomarca dos Amig@s do Parque Sucupira.  
Fonte: Amig@s do Parque Sucupira.



Figura 19 – Premiação do concurso da logomarca na mostra cultural do projeto Rádio Diversidade.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

A questão dessa atividade passa pela articulação e pelos espaços de transformação social. Realizar a ação na escola, com a comunidade utilizando a arte, no caso o desenho, como forma de manifestar uma reivindicação mostra como esse campo pode ser instrumento de mudança.

A articulação dentro do grupo e com a comunidade escolar nessa atividade não funcionou como esperado. Mesmo dentro do próprio grupo não houve um empenho coletivo para que a atividade se realizasse. A pouca adesão mostra que uma premiação não é estímulo para participação e, principalmente, que sem uma boa articulação entre parceiros ou entre a comunidade as ações são enfraquecidas.

A articulação dos movimentos deve superar a lógica egocêntrica que sucumbe à subjetividade. Esse processo deve envolver os interesses pessoais e coletivos de forma sistêmica sem hierarquizar a vontade pessoal e a vontade coletiva. Para entender essa lógica é preciso perceber as motivações egóicas como a vaidade.

A ação do movimento social é enfraquecida quando ocorre uma luta de egos entre as pessoas. A adesão às ações não devem ser forçadas e a sua ausência pode ser entendida de duas formas: 1) a ação não é necessária em determinado contexto, 2) uma forma de sabotagem intra ou inter grupos que prejudica o desenvolvimento da ação.

O que determina qual é motivação da articulação é a ética. Muitas vezes a competição supera a vontade de ajudar, a vaidade se sobrepõe a solidariedade. O custo de uma má articulação e do pouco autoconhecimento individual é sentido no movimento social e, especialmente, nas possibilidades de transformação social.

Nessa atividade, especificamente, entendemos que não houve um empenho do grupo motivado por questões cotidianas. A não adesão das escolas tem motivo desconhecido.

### 3.2.3 Denúncia ao IBRAM e à CAESB

Em uma trilha feita com estudantes do Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, a única escola pública do bairro em que se localiza o Parque Sucupira, percebemos que na rede de captação de água pluvial da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, existia um esgoto que nunca tínhamos visto e que desaguava no córrego Fumal.



Figura 20 – Marcação da trilha feita por estudantes do Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima.

Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

Fonte: Google Earth (internet)



Figura 21 – Descoberta do emissário contaminado na trilha monitorada com estudantes do Centro de ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima.

Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

Foi consenso do grupo que esse era o caso de se fazer uma denúncia aos órgãos competentes, e se preciso iríamos ao ministério público, para averiguação do local para descobrir qual era o problema, encontrar responsáveis e sanar o problema o mais rápido possível. Por telefone fizemos uma denúncia ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) e à CAESB.

Funcionários do setor de Educação Ambiental CAESB entraram em contato e fomos ao local acompanhar o trabalho deles. Aproveitamos para mostrar o estrago que o esgoto estava fazendo no córrego. Os funcionários colocaram como possibilidade a existência de um esgoto clandestino que estaria sendo desviado para o emissário. A situação do córrego, que já não era boa ficou muito mais grave.



Figura 22 – Encontro do esgoto clandestino com as margens do córrego Fumal.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

Nessa ação ficou claro que a população deve ocupar o Parque para que possa reconhecer quais são as necessidades dele e participar das decisões. As pessoas que têm acesso ao Parque são apenas os moradores ou transeuntes ocasionais. Os moradores do bairro têm o contato da área restrita pela distância, pelos cercamentos dos chacareiros e pelo medo de encontrar pessoas mal intencionadas pelo caminho. Por isso sequer sabem qual a situação das águas do Fumal e do cerrado dali.

É preciso colocar à disposição da população circunvizinha as possibilidades de melhoria da qualidade de vida que um Parque urbano pode oferecer. São elas: atividades de lazer, lugar para praticar exercícios, tomar sol, encontrar amigos, realizar atividades culturais e aproximar a cidade do seu bioma nativo. Porém essas possibilidades não são sequer vislumbradas pelas pessoas do bairro, que sabem que algo deve ser feito para sanar os problemas urbanos causados atualmente, mas não têm acesso à informações sobre as possibilidades.

É competência do governo decidir sobre o que acontece no Parque, mas o total descaso com a questão faz com que seja imprescindível esse tipo de denúncia. Os funcionários da CAESB fizeram um bom trabalho, foram ao local, microfilmaram o emissário

e, acreditamos, fizeram um laudo (que não tivemos acesso). O IBRAM não deu retorno algum às denúncias feitas. Nas outras vezes que fomos ao Parque, não tinha mais sinal do esgoto clandestino.

A liberdade de se manifestar sobre as irregularidades existentes na cidade é um sinal de democracia e de participação. No caso da denúncias era apenas o que podíamos fazer. Existem papéis definidos de atuação do governo que não têm possibilidade de serem feitos pela população. A tecnologia e permissão de microfilmar o emissário da CAESB é de responsabilidade da instituição que pertence ao governo.

Cabe a população perceber para a cidade com o olhar de sujeito. Saber que existem situações que apenas podem ser solucionadas pelo governo, não nos redime da possibilidade de interferir. A denúncia foi necessária para que a CAESB soubesse do problema, ocupar a área do Parque foi preciso para que soubéssemos do problema. Estas são ações complementares.

#### 3.2.4 Pesquisa de opinião

O Centro de Ensino Fundamental 04, em 2006, realizou pesquisa de opinião em parceria com a Estação Ecológica de Águas Emendadas para conhecer a relação da vila Nossa Senhora de Fátima com o Parque e com o cerrado. Em 2008, pra complementar a pesquisa e dar continuidade a esse trabalho de conhecer o que pensa a comunidade, realizamos outra pesquisa com a intenção de saber qual foi a repercussão do trabalho que está sendo feito na cidade sobre o Parque.

A pesquisa foi orientada por integrantes do grupo junto a estudantes parceiros do projeto Rádio Diversidade Ambiental, realizado pela rádio Utopia FM. Entendemos que a pesquisa de opinião, além de ser um instrumento de conhecimento das demandas e necessidades da população, também é uma forma de divulgação do Parque na cidade. Além disso, com a participação de estudantes é possível fomentar uma vivência de andar pela cidade que muitos ainda não tinham acesso.

Foram feitas 5 reuniões: 1ª) planejamento da pesquisa de opinião, 2ª) oficina com estudantes envolvidos, 3ª) saída de campo para testar a pesquisa, 4ª) saída de campo definitiva e 5ª) sistematização dos dados e análise da pesquisa (anexos 9, 10 e 11).



Figura 23 – Oficina sobre de pesquisa de opinião com estudantes do projeto Rádio Diversidade.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.



Figura 24 – Saída de campo da pesquisa de opinião com estudantes do projeto Rádio Diversidade na feira de Planaltina.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

A pesquisa foi apresentada no Congresso de pesquisa de opinião realizado anualmente pela Estação Ecológica de Águas Emendadas. Em 2009 ele foi realizado no campus da Universidade de Brasília em Planaltina, DF. Como resultado observamos uma diferença de 40% a mais no números de pessoas que conhecem o Parque. Esse número nos faz pensar que o trabalho de divulgação do Parque mostrou resultado positivo, especialmente o realizado nas escolas. Os dados foram tabulados com os estudantes do Centro de Ensino Fundamental 04 e formatados em forma de gráficos.



Figura 25– Stande da pesquisa sobre o Parque Sucupira no congresso de pesquisa de opinião realizado pela Estação Ecológica de Águas Emendadas.  
 Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

A parte avaliativa e reflexiva da atuação social é de grande relevância no processo que se quer transformar. É preciso, além de encontros reflexivos freqüentes entre o grupo, criar algum tipo de indicador que mostre a repercussão das ações na cidade. Essa troca é importante para ampliar as possibilidades de atuação e abrir espaço de diálogo. A possibilidade de diálogo é manifestação democrática, complexa e cidadã da participação. O diálogo abre novos caminhos e, principalmente, orienta as ações. Caso contrário não sai da lógica dominante de não perceber as pessoas como sujeitos políticos, históricos e ambientais.

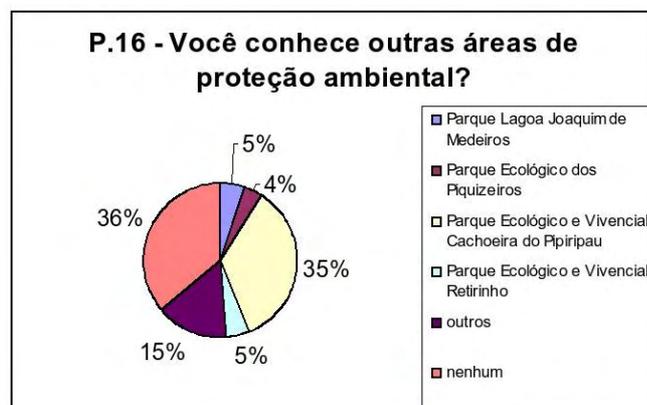


Gráfico 1 – Pesquisa de opinião sobre o Parque Sucupira – 2008.  
 Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

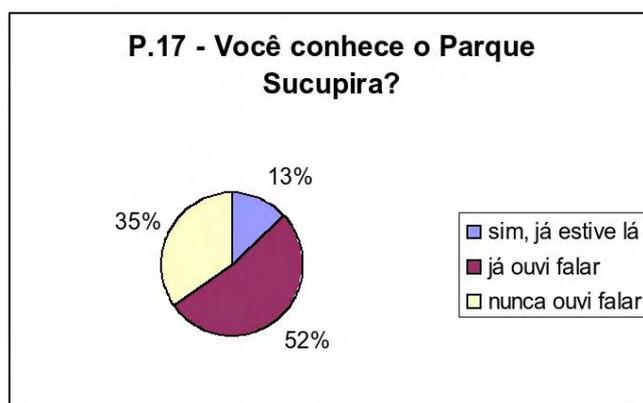


Gráfico 2 – Pesquisa de opinião sobre o Parque Sucupira – 2008.  
 Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

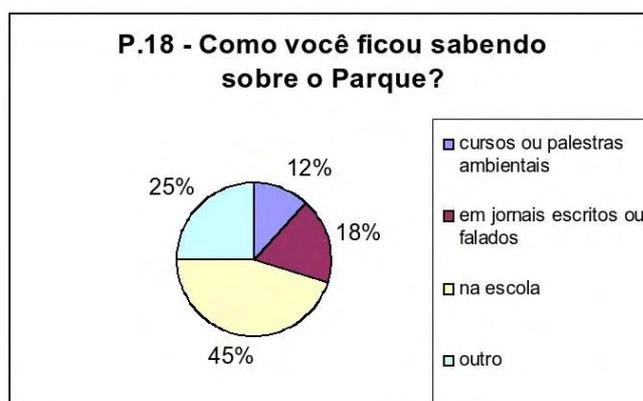


Gráfico 3 – Pesquisa de opinião sobre o Parque Sucupira – 2008.  
 Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

### 3.2.5 Projeto Rádio Diversidade Ambiental

O projeto Rádio Diversidade Ambiental é um braço do Projeto Rádio Diversidade da Rádio Comunitária Utopia. A rádio tem como ideologia que os meios de comunicação devem atuar em favor da transformação social e contesta a postura da grande mídia que busca a permanência em um jogo de poder social. Tem uma essência educativa, sua equipe de trabalho é maioria de educadores e não dissocia educação de atuação social. Abre espaço para o que é produzido na cidade, especialmente aquilo que não se enquadra no que dá audiência no entender da mídia de divulgação nacional. Faz parcerias na cidade e apóia as demais associações comunitárias.

Não é difícil ver que a mídia cria necessidades e molda comportamentos que muitas vezes não fazem parte da cotidianidade daquelas pessoas. Assim, é no mínimo inocente pensar que a televisão, o rádio e o cinema são neutros e não participam do imaginário social de forma ativa e compulsória. A idéia é explicitar nos trabalhos sociais e nos programas de

rádio de que forma isso é feito e dar a opção consciente de mudança às pessoas.

Concorremos em um edital do Ministério do Meio Ambiente para liberação de ementa parlamentar e elaboramos um projeto de realização de um festival de música de divulgação nacional com o nome de Festival Parque Sucupira. O objetivo das apresentações musicais é divulgar o Parque e seus conflitos além de criar um espaço cultural de lazer e de conversa sobre educação ambiental na cidade. Planaltina não tem teatro ou cinema mesmo com uma população culturalmente ativa que se organiza do jeito que consegue no único auditório da cidade, na administração regional. Apenas as poucas festas tradicionais, como a Via-Sacra, levam lazer gratuito e cultural para a população.

O projeto Rádio Diversidade Ambiental realizou três apresentações de música variada, com qualidade de palco e som, o Festival Parque Sucupira (anexo 12). O festival incentivou a participação de artistas locais e de gêneros musicais diversos, como forma de valorizar a diversidade musical brasileira. A dinâmica de apresentação das bandas foi pensada com espaços de fala para apresentadores debaterem e apresentarem temas sobre política ambiental, participação social e diversidade cultural. Além de, é claro, levantar questões relativas ao Parque e conversas sobre o que é educação ambiental.

O projeto também previu: 1) a criação de um programa radiofônico sobre educação ambiental com o nome de Sempre-Viva, que foi incorporado na programação da rádio; 2) uma cartilha de educação e gestão socioambiental (anexo 13); 3) um CD com finalistas do concurso (anexo 14). Todos os produtos do projeto foram distribuídos nas escolas, nos eventos da rádio e por parceiros de forma gratuita para a população.

A rádio comunitária Utopia, nos projetos e programas radiofônicos, busca trabalhar pedagogicamente a questão da diversidade cultural e ambiental da cidade para resgatar as raízes culturais das pessoas que são a vida dela. A comunicação comunitária é uma maneira de abrir espaço de fala para a comunidade, de mobilizá-la e é a referência do trabalho. Os programas são criados pela comunidade, muitas vezes de forma coletiva (o caso dos estudantes envolvidos nos projetos), sempre buscando a diversidade de gêneros musicais. Também é objetivo da rádio não tocar na sua programação músicas que incitem a violência, que tenham temas sexistas ou racistas e que tenham um apelo apenas comercial.

A parceria com a Universidade de Brasília e a proximidade com a área do Parque Sucupira foram a motivação para que o festival se realizasse no estacionamento do Campus de Planaltina da Universidade.

Utopia FM e Projeto Rádio Diversidade Ambiental apresentam:

# Festival de Música Parque Sucupira

**O Encontro da Arte com a questão Ambiental**

A maioria dos parques ecológicos existe somente no papel. Muitos são usados como depósitos de lixo e percebidos pelos moradores próximos como locais perigosos. O descaso das autoridades prevalece, apesar da falta de instituições ambientais em defesa dos sítios ecológicos. Inserido no Projeto Rádio Diversidade Ambiental, surge o Festival Parque Sucupira de MPB, realização da Utopia FM de Planaltina-DF, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB-FUP/FAC) e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com o apoio do Ministério do Meio Ambiente. O objetivo do projeto é sensibilizar e mobilizar as pessoas, por meio da educação ambiental, cartilha e festival para a importância das áreas de preservação e pressionar os responsáveis legais a saírem das desculpas de falta de dinheiro, para a efetiva implementação de políticas públicas na área ambiental.

**PREMIAÇÃO**

1º LUGAR	- R\$ 5.000,00
2º LUGAR	- R\$ 3.000,00
3º LUGAR	- R\$ 2.000,00

Obs.: O Juri Popular escolherá a melhor música e melhor intérprete, com R\$ 500,00 cada.  
 - Dos 2.000 CDs produzidos, cada um dos 10 intérpretes selecionados receberá 50 cópias.

Inscrições abertas até 30 de abril de 2009.  
 • Cada participante pode inscrever até duas músicas inéditas.  
 • 20 músicas serão selecionadas para as semifinais nos dias 16/17 de maio.  
 • A finalíssima será no dia 13 de junho.  
 • As dez primeiras colocadas integrarão um CD com 2.000 cópias.  
 • Não há cobrança de taxa de inscrição.

Informações: (61) 3388-8994 Utopia FM  
**Acesso o Regulamento:**  
<http://festivalparquesucupira.blogspot.com>

**REALIZAÇÃO** UTOPIA FM 98.1 Rádio Com Planaltina - DF

**PARCERIAS** UNB UnB FUP/FAC EBC Empresa Brasil de Comunicação

**COLABORAÇÃO** Universidade de Brasília

**APOIO** Ministério do Meio Ambiente BRASIL GOVERNO FEDERAL

Figura 26 – Cartaz de divulgação do Festival Parque Sucupira.  
 Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.



Figura 27 – Parte do público do Festival Parque Sucupira no Campus da Universidade de Brasília em Planaltina.  
 Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.



Figura 28 – Palco do festival Parque Sucupira.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.



Figura 29 – Jurad@s do festival Parque Sucupira.  
Autoria: Amig@s do Parque Sucupira.

Os projetos sociais, quando realizados de forma ética e sem conchavos com os financiadores, são uma ótima maneira de investir na cidade recursos do governo em algo que seja importante para a melhoria da vida local. Em 2008 e 2009 investimos, direta ou indiretamente, em Planaltina quatrocentos mil reais. É um jeito que o movimento social têm de canalizar para as demandas sociais dinheiro do governo, que provavelmente não

chegaria lá de outra forma.

A Educomunicação que é proposta pela rádio é popular e socioambiental. É uma forma de incentivar a população a participar. É objetivo da Utopia é estimular e difundir a comunicação popular, fortalecer a ação educadora coletiva e contribuir para a política nacional de comunicação e de educação.

A proposta de criar um espaço de fala para a comunidade é um objetivo da educomunicação e do trabalho de educação e gestão do grupo. Ampliar o debate, colocar em questão o cotidiano político e privado da cidade faz parte das ações incentivadas na comunidade. A discussão sobre cultura de massa, meio ambiente, política pública levada à cidade nas ações do grupo objetivam despertar o olhar crítico e fomentar processos de mudanças que atendam ao interesse coletivo.

Trabalhar com educação nos meios de comunicação é um processo coletivo e criativo que desperta o interesse dos estudantes e da comunidade. As pautas dos programas se relacionam com temas relevantes para a comunidade e para o aprendizado de estudantes. Um processo reflexivo e avaliativo, que exige conversa e reflexão para seu bom andamento.

Dessa forma, pensamos ser a educomunicação a forma ideal de relação entre uma rádio e a comunidade. Abrir tal espaço de diálogo com moradores em um meio de comunicação emerge para suprir a falta de espaço social de troca de experiências e de organização social. Um projeto de educomunicação socioambiental quer fazer parte de forma ativa das transformações coletivas.

No festival podemos perceber o potencial de transformação da arte enquanto espaço não totalmente colonizado pelo pensamento hegemônico. É histórica a atuação de artistas nas transformações políticas. O incentivo a diversidade de estilos musicais, o estímulo à participação de artistas locais, a atenção ao conteúdo das letras das músicas são um forma educativa de explicitar de que transformações estamos falando.

### 3.2.6 Parceria com a Universidade na gestão do Parque

A Universidade de Brasília, desde sua implantação é parceira do Parque. Seja pelo compromisso da licença ambiental ou pelo interesse de professores pela causa, ela sempre manteve as portas abertas a essa questão.

A experiência mais recente que tivemos com a Universidade foi um reconhecimento pelo trabalho do grupo. O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – (IBRAM), entrou em contato com a Universidade de Brasília oferecendo a ela o papel de gestora do Parque. É política da instituição descentralizar a gestão dos Parques realizando parcerias com a comunidade pelo programa *Abrace um Parque* (anexo 15). O grupo de Amig@s do Parque foi chamado para uma reunião com a direção da Universidade para participar na gestão da área levando à discussão com a instituição o que foi possível perceber nos anos de atuação do grupo e nas experiências anteriores a ele.

Também nesse momento decidimos formalizar o grupo para poder compor o conselho gestor do Parque para incluir a participação da comunidade. Na reunião convocada foi discutida, também, a possibilidade de rezoneamento do Parque, pois existe na área da Universidade um cerrado bem preservado e no Parque áreas degradadas que podem servir para construção dos prédios previstos na ampliação do campus.

Esse é um exemplo de articulação que fortalece e incentiva a participação comunitária. É uma instituição que abre as portas a comunidade e, assim, possibilita a realização do propósito da Universidade, que é trabalhar com e para a comunidade. Também evidencia os papéis dos atores sociais na gestão local: a sociedade pressiona, levanta questões, discute coletivamente e as instituições governamentais são responsáveis por financiar e mandar fazer.

A Universidade é uma instituição pública federal que tem bastante autonomia para trabalhar com o Estado e com a Comunidade. Essa autonomia coloca a instituição em um posição social bem específica e diferente, por exemplo, do governo local. Ela tem as portas abertas à comunidade e, dependendo do interesse do seu quadro de professores e funcionários, pode realizar um trabalho articulado com a sociedade de forma mais efetiva.

A expectativa da população com a Universidade, muitas vezes supera o que ela pode realizar. Porém, essa confiança que as pessoas depositam nela é um canal de contato e de possibilidade de transformação na comunidade.

### 3.2.7 Sobre a sistematização dos dados

Essa forma de participação social foi transformada em pesquisa por necessidade de tirar da não-existência um trabalho de atuação social feito de forma sistemática e consciente na busca de transformar a comunidade ao redor das pessoas envolvidas.

No meu caminho por Planaltina percebi que existem potencialidades em mim e no grupo que participo que ficariam no esquecimento não fosse uma grande vontade pessoal de ser útil. Escolhi realizar esse trabalho e essa pesquisa em relação ao Parque Sucupira, mas sinto como se também tivesse sido escolhida por ele.

O contexto que entrei no movimento social foi o da Universidade, com toda sua credibilidade e arrogância. Porém, com o passar do tempo e o início do mestrado aqui descrito, saí da instituição e fui me filiar aos trabalhos da rádio Utopia no movimento social. Isso de alguma maneira transformou o meu papel social. Foi libertador, pois percebi que mesmo sem um salário no final do mês existe um grande estímulo em participar.

A pesquisa-ação aqui apresentada se mostra no processo coletivo de aprendizagem e na força dele para a transformação social. Ela é comunitária, feita na cidade observando, interagindo e aprendendo com as pessoas; é participativa, pois precisa das pessoas envolvidas de forma coletiva e, especialmente, é existencial.

Os questionamentos surgidos do cotidiano mudaram de tal forma a minha vida e meus valores que não foi possível dissociar dos aprendizados do curso que concluo. Este é o meu trabalho de pesquisa, pois acredito ser útil à sociedade. É parte de uma grande vontade de trocar saberes. Esta pesquisa quer dividir, quer partilhar.

A tradução disso tudo se dá pelo relato e análise complexa do que aconteceu. Traduzo a luta do movimento social de uma cidade vítima de preconceito social, que paga o preço de estar dentro de uma lógica dominante, que é produtivista, que estabelece hierarquias e diferenças, que não percebe a riqueza do local. Quero que a tradução seja entre grupos sociais que atuam na transformação dos seus espaços e precisam de algum estímulo ou nova idéia de participação.

O trabalho de tradução não se dá apenas na argumentação dissertativa, mas durante as atividades sociais, na troca de saberes. Os silêncios e ausências que nos acostumamos a conviver são trazidos a tona na tradução, esse é um objetivo primordial.

Afinal, ao traduzir as ações do grupo Amig@s do Parque Sucupira pretendo mostrar o sentido delas. A intenção é contribuir com o conhecimento acadêmico e com o conhecimento do grupo.

### 3.3 PARA REFLEXÃO

Todas as atividades do grupo foram realizadas em meio há muitos conflitos. Dentro ou fora do grupo o trabalho com a sociedade é muito complexo. É preciso entender a dinâmica do encontro das pessoas sem ingenuidade. As pessoas que se envolvem com a educação ambiental e educação popular têm uma causa social relevante e muita subjetividade envolvida. As relações humanas, biológicas ou culturais são um grande desafio do trabalho coletivo.

Encontrar pessoas que se envolvam em causas socioambientais e que a elas dediquem seu tempo com objetivo de transformar é muito recorrente na sociedade. Porém, já se torna mais difícil encontrar uma pessoa que entenda realmente o sentido do trabalho em grupo, que é o bem coletivo, e que consiga transcender seu ego e colocá-lo em relação à sociedade. Muitas vezes essa dificuldade se estabelece por falta de autoconhecimento, a pessoa acredita estar fazendo um bem social, porém não consegue vincular suas necessidades pessoais com as coletivas.

A discussão que MORIN (2007) faz sobre ética é muito adequada ao assunto e apresenta uma possibilidade de compreensão do tema. Ele fala da auto-sócio-organização biológica dos indivíduos das sociedades mamíferas: são comunitários e rivais, egocêntricos, solidários e as sociedades humanas complexificaram esse duplo caráter sociológico. Na análise complexa as pessoas são inseridas na tríade indivíduo/sociedade/espécie em uma relação complementar que religa essas esferas sem hierarquizá-las.

Saber-se responsável é vital para a participação social, é a hora em que se troca o medo pela coragem, a apatia pela ação. Essa parte individual do processo é uma emergência, contém em si elementos estruturantes como: história, personalidade, cultura e elementos desorganizadores como: o incômodo e a vontade no processo de reflexão auto-ética. A ética social, a auto-ética são criadas juntas, elas interagem no circuito que integra as relações e não dissociam o saber individual do coletivo.

Em uma racionalidade pouco reflexiva baseada em uma lógica reducionista essa possibilidade gera dúvida, angústia e desilusão. Na proposta de religação complexa a descoberta da indissociabilidade do coletivo e do individual elucida uma maneira de atuar que entende a sociedade e indivíduos em relação estreitando laços comunitários.

Esse é um desafio do grupo motivador dentro e fora dele, entender o todo, a parte e

a sua organização. E perceber que um grupo representa o todo social por ser formado por pessoas e por conter os diversos elementos da sociedade em si. Porém emerge dessa organização elementos necessários para atender a proposta e as demandas daqueles indivíduos unidos por uma causa.

O conflito entre vontade individual e coletiva é criado pela racionalidade fragmentadora dominante e tem motivação egóica. O olhar que desvincula tira a característica complementar do individual e do social e a escolha tende para o ego, o que exclui e diferencia o outro.

Auto-análise, autocrítica são questões fundamentais na existência humana, mas não são assuntos tratados coletivamente na participação social. As pessoas se unem com grandes causas e propósitos mas se perdem no que é mais básico na humanidade: o próprio ser e suas relações.

Tais questões são, ou ao menos deveriam ser, de grande interesse aos movimentos sociais e às instituições que atuam de forma articulada com a sociedade. A questão do cotidiano e da convivência na participação social deve ser discutida dentro do grupo e fora dele com a mesma relevância como são discutidas as questões políticas. A idéia é alargar a política para além do estado, é politizar o social e o pessoal (SANTOS, 1995, p.264) e, dessa forma, abrir espaço para uma cidadania que ultrapasse a concepção neo-liberal de participação.

A análise da participação deve ser vinculada às questões que envolvam a ética na busca de reverter a concepção dominante que fomenta a passividade política das pessoas para buscar a construção de uma cidadania complexa. Dentro do anel reflexivo sociedade/indivíduo/espécie, observar a própria subjetividade e introduzi-la em um contexto social dando sentido a forma de se relacionar com o mundo. “Subjetividade sem cidadania conduz ao narcisismo e ao autismo” (SANTOS, 1995, p.256).

A luta emancipatória quer transformar o cotidiano, que se mostra como espaço fundamental para o desenvolvimento da cidadania complexa. E é no dia-a-dia que movimentos sociais, associações comunitárias, universidades, escolas reivindicam suas demandas e denunciam as opressões sociais.

O trabalho social não deve preceder ou ignorar o trabalho individual. A sociedade em

questão é humana, portanto, suscetível a erros e acertos diversos dentro dessa dinâmica não-linear que é a vida.

O grupo motivador da participação popular nas decisões relativas ao Parque Sucupira é uma realidade localizada que representa questões globais atuais. As ações do grupo são motivadas pela luta para que a população se perceba como sujeito das transformações sociais e nesse sentido a educação é instrumento de mudança. Perceber a sociedade em um processo, em relação, abrir espaço para o diálogo, ter acesso à informação, estimular o olhar crítico e a percepção da existência coletiva da humanidade são resultados esperados da participação social com princípios pedagógicos de atuação.

A questão é que a ciência se distanciou tanto do conhecimento popular que ao pensar a sociedade suprimiram o componente complexificador da compreensão do mundo de tal forma que ele nos parece exótico, quando de fato é essencial. Em família, no trabalho e na comunidade a subjetividade está presente. A história pessoal e a cultural participa o tempo todo das decisões e avaliações cotidianas. A vida existe em relação e a visão atomizada dessa existência desresponsabiliza as pessoas que não se percebem parte do todo.

O movimento social tem recursos para proporcionar às pessoas envolvidas um campo de possibilidades de atuação e de busca da reconstrução social. A desestabilização gerada pela crítica é espaço de mudança, evidencia fragilidades e propõe soluções. O que se busca é outro caminho lógico para seguir, outra visão de mundo que atenda às necessidades de determinado contexto. É muito fácil cair na armadilha dos caminhos prontos, das fórmulas já testadas. Mas a dinâmica da humanidade é a da diversidade.

Temos as nossas capacidades biológicas indissociáveis das culturais. Somos competitivos, comunitários, afetivos. Essa capacidade subjetiva humana tem que dialogar com a sociedade de forma mais consciente das relações entre elas. Essa capacidade ética reflexiva, auto-ética, pode ser vista como o elo entre as pessoas. A mudança de olhar que a auto-análise proporciona se estende à percepção do outro, afinal o outro é parte da nossa representação social.

A auto-ética é um ponto a ser tocado, local mais profundo dos valores pessoais, onde não se chega só e onde não se quer os outros cheguem. Mas como defender uma auto-análise reflexiva e crítica em busca de um conhecimento maior de si para uma prática mais

democrática e comunitária nessa lógica moderna de desenvolvimento? Uma possibilidade é buscar espaços de transformação, caminhos que conduzam a transformação dessa lógica dominante.

O estudo de caso apresentado é uma possibilidade de atuação e de diálogo com outros estudos e casos. Pretende ser um espaço de troca entre saberes adquiridos pela experiência social. Mostra a história, a luta e a motivação de pessoas que criaram um espaço de fala politicamente orientado. A estrada que somos é uma entre muitas formas e idéias. Ela mostra a construção de uma mudança sempre em movimento que dialoga com as outras, pois sabe que essa troca é na verdade um compartilhamento: o conhecimento gerado é dividido.

### 3.4 UM CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO PELA EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

Ao pensar na gestão local é preciso superar a visão reducionista que fragmenta o olhar; é perceber do ponto de vista complexo os diversos níveis de realidade existentes. Assim, vincular o público e o privado, o coletivo e o individual, tantas vezes colocados em uma lógica dicotômica, não é uma proposta impossível. É preciso fazer o exercício filosófico de perceber o todo que existe na parte e a parte que existe no todo.

A história humana está passando por um momento que SANTOS (2007) chama de inércia histórica para um período de transformação. Não é possível conceber estratégias de emancipação dentro do paradigma dominante, pois elas acabam sendo codificadas pelo pensamento dominante e entendidas como impossíveis ou desnecessárias. Portanto, é preciso pensar criticamente que emancipação queremos.

As representações inacabadas da modernidade (SANTOS, 2007, p.74), nesse estudo de caso a comunidade, são locais possíveis de reconstrução do conhecimento-emancipação e o local de atuação da educação e gestão ambiental.

O senso comum precisa do conhecimento-emancipação para sair do conservadorismo e se tornar um novo senso comum que não crie distinção entre conhecimentos e saiba se incorporar aos já criados. Precisa de uma nova lógica, uma nova racionalidade complexa que o liberte da dicotomia feita pela modernidade que privilegia o conhecimento científico. A meta é a construção de um novo senso comum que consiga gerar

a inteligibilidade das lutas emancipatórias na transição paradigmática (SANTOS, 2000).

Nesse sentido traduz-se a orientação teórica dessa pesquisa de campo e do trabalho do grupo desenvolvido na cidade de Planaltina, DF. Assim, a emancipação que se busca é a que liberta os discursos e as práticas da colonização imposta pela história da civilização, pela história do país e da cidade. É a emancipação que luta contra um discurso de passividade e neutralidade social responsabilizando conscientemente as pessoas pelas suas vidas e valores.

As ações do grupo motivador da gestão participativa devem estar ligadas à educação ambiental. É importante evidenciar a proposta que relaciona a gestão à educação, mas o desejo da visão complexa é que toda educação seja para desenvolver a cidadania e a emancipação. A educação formal e a não-formal têm a mesma intenção de transformar as pessoas tanto individual quanto coletivamente.

A gestão participativa precisa de uma proposta educativa complexa com as pessoas envolvidas, a comunidade e o governo, para abrir um espaço de diálogo, de troca de saberes e de construção coletiva. A idéia é sair de uma relação assimétrica de poder, onde quem tem a competência de assinar o documento e mandar fazer é mais importante do que a pessoa que irá acatar a norma. No país o poder de intervir é distribuído de forma assimétrica na sociedade e está sempre imbuído de interesses e conflitos entre os grupos.

A meta é compreender o meio ambiente no campo da política e a prática ambiental com uma visão politicamente orientada. Assim cria-se uma forma de alcançar a cidadania e é o que nos esclarece QUINTAS (2004). A gestão ambiental pública é o lugar da mediação de interesses e conflitos e o poder público o principal ator social desse processo de gestão. O autor diz o estado deve criar as condições para que ocorra a transformação na gestão ambiental, considerando todos os atores sociais envolvidos, divulgando as práticas da administração pública e incorporando a participação dos amplos setores nas decisões públicas.

QUINTAS (2004) propõe uma educação ambiental crítica e emancipatória que consiga utilizar a prática pedagógica no processo de gestão. Essa perspectiva coloca no conhecer o ato fundamental da prática da gestão. Esse conhecer deve ser complexo e superar a fragmentação e a generalização.

A presente pesquisa quer perceber a implicação da relação dos seres humanos no

ambiente e do ambiente nos seres humanos. Esta relação é evidente e indissociável, mas é considerada como não existente pela modernidade reducionista e fragmentadora que separou as pessoas dos processos de produção.

Nesse sentido a educação libertária, que é a proposta do grupo, pode ser usada para responsabilizar cidadãos na tomada de atitude e na solução de problemas locais. No entender de ZANETI (2006):

Trata-se de conceber a Educação como um instrumento no processo de gestão ambiental, postulando-se a necessidade de criação de espaços democráticos de exercício do poder de gestão. Tal concepção presume formas de compartilhamento das questões ambientais com as populações locais envolvidas, das informações necessárias à compreensão da complexidade dessas questões, bem como a criação de espaços de decisão quanto as políticas públicas a serem adotadas. (ZANETI, *op. cit.*, p.72)

O termo “Educação para Gestão como política pública” (QUINTAS, 2004) tem efeito, mas perde um pouco do sentido para uma discussão teórica de uma prática comunitária. Educação para a gestão se mostra como uma educação específica e acaba retirando essa capacidade e responsabilidade da educação em si. Toda educação deve servir para mostrar e devolver a situação de sujeito atuante em sociedade, além da simples socialização.

### 3.5 UMA PROPOSTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA EMANCIPATÓRIA

Na impossibilidade de desvincular-se inconscientemente da dinâmica social criada pelo discurso dominante é preciso procurar no cotidiano espaços que de alguma maneira não foram totalmente colonizados pelo conhecimento hegemônico que, seguindo a linha de raciocínio dessa pesquisa é o conhecimento-regulação (SANTOS, 2000, 2006).

Uma proposta de emancipação deve achar na complexidade das relações um espaço de atuação com potencial para tal. Até mesmo a melhor idéia com a melhor intenção é passível de ser cooptada pela regulação, pois sua estratégia é recodificar o sentido da ação dentro dos conceitos de ignorância (caos) e saber (ordem) que foram culturalmente aceitos como norma.

A regulação admitiu o desenvolvimento do princípio do mercado em detrimento dos demais: o estado e a comunidade. Especialmente, a modernidade tentou suplantar o princípio da comunidade e suas dimensões: solidariedade e participação, utilizando o discurso da ciência como a única verdade com poder de transformação. A racionalidade cognitivo-instrumental, um dos princípios do conhecimento-regulação, teve prioridade no

modelo moderno de civilização, empoderando socialmente o discurso da ciência e desvalorizando o senso comum (SANTOS, 2000).

A ciência carrega no seu discurso e na sua prática um encargo, dado pela sociedade moderna, de difundir seu paradigma e sua organização estrutural de valores sociais. Esse contexto histórico-social de formação do paradigma da modernidade foi levado pelo mundo por navios e hoje continua se fortalecendo nas diversas formas de se comunicar globalizadas.

A racionalidade emancipatória de SANTOS (2006), é um caminho epistemológico para localizar no espaço o lugar que se quer ocupar nessa busca. O autor se refere ao Sul enquanto metáfora do sofrimento social causado pelo capitalismo, para ele experiência das vítimas é fundamental para a reconstrução da emancipação. Assim, da experiência social do Sul pode emergir complexamente locais de autonomia que não foram completamente colonizados. Um local em potencial para a emancipação.

Uma proposta de transformação de valores e da forma que reconhecemos o mundo causa impacto individual e coletivamente. Por isso qualquer proposta é um caminho e deve-se pensar nela complexamente para que não exista uma compreensão derrotista sobre o erro no processo de aprendizagem social; para que consiga-se entender os quadros sociais de forma multirreferencial e libertar nossa visão de mundo da percepção reducionista, das explicações rasas e sem auto-reflexão; para religar os saberes e as práticas e as ações possam fazer sentido no cotidiano.

A percepção de uma racionalidade emergente para que as experiências não fiquem em descrédito, ou seja, entendidas pela modernidade como irrelevantes ou inexistentes, é o que busca a sociologia das ausências e a sociologia das emergências de SANTOS (2006), e é um caminho emancipatório possível.

A sociologia das emergências investiga possibilidades concretas de alternativas possíveis, auxilia na ampliação o presente o ligando ao real e contrai as expectativas futuras, pois coloca o futuro como incerto e em perigo, dependente se de concretizar nas ações do presente: o futuro é feito hoje (SANTOS, 2006). Promove, dessa forma, uma ampliação dos saberes e trocas para identificar as tendências e pensar a forma de atuação para que se realizem essas condições. Quanto maior o número de possibilidades possíveis acreditáveis, maior será a percepção de possibilidades de ação no presente.

A elucidação desse caminho paradigmático é premissa para a compreensão da atuação do grupo em Planaltina. Fora dessa racionalidade a luta social seria manipulada por uma atitude culturalmente construída de produzir como não-existente o que não sabe que existe ou que não consegue entender.

Sem sair do pensamento dominante que é competitivo, fragmentador e antropocêntrico não é possível perceber qualquer alternativa de mudança profunda de valores e atitudes. Para buscar uma solução solidária de gestão ambiental é preciso deixar de lado as dicotomias sociais que enquadram pessoas, objetos e ambiente em relação ao poder na estrutura social. Ou seja, qualquer pessoa que exista em um contexto social pode e deve participar ativamente dele.

É um enorme desafio e trabalho alcançar as pessoas nos seus valores mais arraigados. Planejar, elaborar e desenvolver propostas de gestão em um grupo fechado que elenca certos comportamentos como corretos não muda a lógica sócio-cultural dominante. Daí que o desenvolvimento pedagógico do trabalho de gestão carrega o encargo de democratizá-lo. Encontra a visão complexa do cotidiano, percebe qualquer pessoa e qualquer ambiente em relação quebra a postura fragmentadora e empoderada.

Ao se abrir ao diálogo possibilita a troca de saberes e coloca as pessoas em condições de ter consciência de que a realidade é construída historicamente e, portanto, retira a postura de neutralidade que foi imposta pela razão dominante.

A gestão participativa nos moldes do pensamento moderno hegemônico é um sonho, pois a regulação codifica a ordem como meta: a gestão seria uma forma de organização que buscaria otimizar as relações sociais no seu espaço. A visão emancipatória da gestão participativa responsabiliza a comunidade como fundamental nas decisões. O pensamento coletivo e solidário é a base da decisão e a educação é a variante fundamental na construção dele.

Importa perceber a atuação do grupo em relação à Educação Ambiental e à gestão participativa buscando seu sentido nessa lógica, nessa racionalidade que consegue abarcar o movimento social e suas motivações. Que estimula por meio da troca e do reconhecimento novas ações locais. A cidadania entendida fora da lógica moderna é um resultado esperado pelo grupo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO

Os poemas são pássaros que chegam  
não se sabe de onde e pousam  
no livro que lê.  
Quando fecha o livro, eles alçam vôo  
como de um alçapão.  
Eles não tem pouso nem porto  
alimentam-se um instante em cada par de mãos  
e partem.  
E olhas, então, essas tuas mãos vazias,  
no maravilhado espanto de saberes  
que o alimento deles já estava em ti...  
(Os poemas – Mario Quintana)

É preciso vislumbrar um mundo novo para poder entender como realizável a gestão participativa complexa. O trabalho do grupo de Planaltina com o Parque Sucupira, ainda está em construção e está tentando se fazer ouvir nas suas reivindicações socioambientais.

Todas as ações do grupo pretendem culminar com a implantação do Parque e, para isso, as estratégias de mobilização e de incentivo à participação da comunidade são o local em que o grupo se percebe mediador.

A maneira como a participação social interfere na gestão pública pode ser percebida em ações de resposta rápida e em processos mais lentos. É possível perceber pequenas mudanças que aconteceram quer seja pela pressão direta de forçar o encontro com as autoridades políticas da cidade, quer seja no trabalho pedagógico realizado na comunidade.

Nas ações do Amig@s do Parque Sucupira, percebemos dois exemplos de resposta rápida da interferência do grupo motivador na gestão pública: 1) a não implantação da Vila Olímpica na área do Parque e 2) as denúncias feitas sobre o esgoto que desaguava no córrego. Nos dois casos membros do grupo se manifestaram diretamente ao governo, exigiram que ele cumprisse a legislação. No caso da Vila Olímpica o grupo ainda propôs uma solução que foi acatada pela administração regional.

As demais ações que buscam uma maior participação social, que envolveram a comunidade em projetos e pesquisas, não têm um resultado óbvio. Lidar com a incerteza é importante nesse momento, pois não sabemos o exato resultado das ações. O olhar qualitativo deve ser considerado nessa análise.

O resultado dessa experiência foi um projeto educativo que não é fácil de ser mensurado, as transformações pessoais são contínuas e profundas. As sociais são muitas

vezes geracionais. Mas o que é certo é que é possível perceber a necessidade de uma transformação dos saberes e das práticas, da forma como as pessoas entendem o mundo e de como se entendem nele para despertar o sentimento de pertencimento e possibilidade de atuação.

Neste processo educativo percebemos cotidianamente mudanças nas pessoas, especialmente nos estudantes envolvidos nos projetos sociais do movimento social. São transformações relativas ao contato com as pessoas e a auto-percepção no mundo. É importante que @s estudantes e a equipe não terminem um trabalho coletivo ou um projeto social da mesma forma como entraram.

Especialmente nos projetos da rádio Utopia é possível perceber a transformação do olhar de estudantes, desde arrumar um emprego devido aos aprendizados do curso até assumir-se com cabelos enrolados.

As transformações imediatas da atuação social são importantes, porém não transformam a lógica da dinâmica sociedade e governo. Funcionam, pois percebemos como fazer pressão para que sejam atendidas as nossas reivindicações. Porém, o objetivo da participação complexa é mais do que realizar feitos. O caminho passa por eles, por uma necessidade imediata como a poluição do um córrego, mas o fim é a mudança no olhar que as pessoas colocam no mundo.

As ações mais importantes são aquelas que se mostram mais diluídas no cotidiano, são as ações educativas que passam a fazer parte da vida das pessoas. O processo educativo que existe na proposta complexa de gestão e educação é o local de transformação mais relevante.

A luta é por uma cidadania que tenha na participação e no interesse pela transformação a motivação para o envolvimento comunitário. Trata-se de algo mais do que um pequeno número de pessoas cuidando da cidade, mas de mostrar possibilidades de atuação social que saiam da lógica dominante vigente que se esmera em apartar as pessoas comuns, sem cargos formais, das decisões relativas à vida delas em um contexto coletivo.

A participação social no processo de gestão pública é uma forma de pressionar o governo e dar efetividade ao seu poder de decisão: a comunidade se reúne em torno de um problema para reavaliar sua condição de atuação e buscar legitimidade pública para o que

se reivindica. A possibilidade de escolha consciente de que caminho queremos seguir e o olhar crítico da motivação dessa escolha são premissas emancipatórias que possibilitam abrir possibilidades no imaginário social e, dessa forma, criar oportunidades reais de atuação no cotidiano.

A questão pedagógica envolvida caminha nesse sentido é motivar o olhar crítico e criar espaços de diálogo entre a comunidade. A gestão comunitária é feita na cidade, no cotidiano, entendendo as necessidades individuais e coletivas, olhando para as pessoas envolvidas. O cotidiano é dinâmico e conhecer-lo é a melhor forma de entender suas transformações.

Os conflitos são complexos e refletem questões multicausais, o olhar que colocamos sobre a questão não deve fomentar uma batalha para que alguém saia vencedor. O cuidado de ouvir os diversos lados envolvidos é a busca de quem tem uma percepção educativa e comunitária da situação. Mais do que resolver o problema é preciso compreender e acompanhar o processo do conflito para que seja possível entender quais instrumentos podem ser usados e quais são as possibilidades de atuação dos atores.

A percepção da estrutura social, da sua organização e das relações existentes nela - a tão aclamada visão crítica, se for codificada pela regulação significa pouco ou nada no sentido de uma emancipação coletiva, da mesma forma o sentido de emancipação e de sustentabilidade.

Nesse contexto, a emancipação é a sustentabilidade do projeto de manutenção da vida humana no planeta e da qualidade dessa vida. Mais do que ser necessária para a existência física dos elementos naturais, a sustentabilidade envolve as relações entre os seres vivos ou não do planeta. Relações muitas vezes tão sutis que deixam ser óbvias e se misturam nas representações sociais humanas. A sustentabilidade possível fomentada pela emancipação é uma possibilidade de construção social mais diversa e oportuna para os muitos tipos de comunidades.

A luta socioambiental é uma causa que tem que caber no universo conceitual das pessoas para que se envolvam, pois é preciso acreditar. A intensão de quem se engaja em um movimento social é a mudança que ultrapassa o comportamento e alcança as crenças e valores das pessoas.

O trabalho coletivo é antes de qualquer coisa um aprendizado para quem participa e

uma contribuição para a transformação da comunidade em que atua.

Problematizar o cotidiano, evidenciar as formas de opressão do pensamento, são maneiras que encontramos de falar sobre a vida. Ao abrir o diálogo para as várias percepções estamos trilhando um caminho que almeja uma transformação de valores entre as relações das pessoas e do ambiente que vivem. Principalmente que incentive a participação social na gestão da cidade.

A ética é exatamente a questão da orientação do trabalho com a sociedade, da participação social e o elo solidário entre as pessoas. É o dilema do interesse individual e do coletivo. Nas reuniões de grupo, de trabalho não se questiona esse aspecto e, por falta de familiaridade em expor sentimentos, as pessoas transformam esses desencontros subjetivos em atritos pessoais. Sem autocrítica e auto-ética o que seria um simples caso de transformação de um conflito pessoal se torna um obstáculo ao bem coletivo.

A questão ética e auto-ética deveriam ser colocadas em pauta nas reuniões de associações, de grupos de trabalho, de escolas, enfim, onde houver relações humanas. Essa ligação ética pode possibilitar o reconhecimento do outro sem a dicotomia com o eu, mas em relação dialógica. Também pode mostrar as relações de forma solidária e fora das relações de poder. Porém, falar de ética é expor os valores mais subjetivos das pessoas.

Ter noção dos próprios valores é um caminho reflexivo que deve ser estimulado, não é difícil ver vaidades pessoais atrapalharem o trabalho social. Emoções humanas como raiva, inveja, amor, ciúmes podem facilmente ser percebidas em atividades na comunidade. Algumas pessoas preferem o reconhecimento do trabalho ao resultado coletivo, outras sabotam atividades de um grupo que não seja o que participa e há quem prefira ter do que dividir.

Por exemplo, o trabalho com as escolas é atrapalhado por conflitos de origem político-partidária entre diretores de escolas e a rádio Utopia. Estudantes foram aconselhados a sair de projetos e a secretária de cultura da cidade já negou apoio às atividades por causa das críticas feitas ao governo distrital nas apostilas e programas dos projetos. Procuramos o administrador dos Parques de Planaltina que se mostrou inacessível, apesar de sempre marcar encontros com o grupo. Mostrando, assim, a relação virtual do governo com a população. Por telefone se mostra acessível e simpático, mas não aparece aos encontros e nem ao menos explica o motivo da falta.

A postura esperada dos atores sociais envolvidos prescinde dessa ética. O governo deveria reconhecer o valor da atuação da população, pois enquanto democracia representativa é incapaz de conhecer e reconhecer as necessidades reais da população, não consegue abranger todo o território espacial e cultural que diz representar; e a população deveria ser extremamente motivada pela participação ao reconhecer nela seu espaço de atuação e decisão política, ao compreender que o coletivo e o individual não são antagônicos, são complementares.

No entanto o governo se esforça em sabotar a organização da sociedade civil temendo perder seu espaço de poder. Utiliza da comunicação e da influência institucional para isso. Insiste em não atender às reivindicações coletivas, em não criar espaços para participação da população, mesmo quando parece estar fazendo isso.

Um exemplo é a situação socioambiental de Planaltina. Na cidade existem nove Parques e apenas um administrador, que não é acessível à população quando procurado. O conflito fundiário no Parque Sucupira seria em parte resolvido pelo pagamento das indenizações de forma justa, mas nem o menos isso foi feito, segundo relato de morador. Não há interesse na política ambiental, talvez por não fomentar obras monumentais, talvez por não ter resultados imediatos. O fato é que, no Brasil, no Distrito Federal, não há valorização da questão ambiental.

O que se desconsidera é que a questão ambiental é a questão social, em todos os seus aspectos.

O ideal seria que o governo reconhecesse e estimulasse as manifestações espontâneas da sociedade civil, não apenas as possibilidades já criadas para essa participação como as comissões e os órgãos gestores. Utilizar a criatividade social para perceber o que é de interesse coletivo, e a maneira como a comunidade entende suas necessidades. A partir dessa percepção apoiar quando encontrar legitimidade nesses movimentos.

A relação entre o poder público e a sociedade é quase inexistente, não há comunicação entre gestores e a sociedade. É importante introduzir caminhos de comunicação que façam parte do cotidiano: esse é um dos papéis do movimento social. Mostrar que existe uma maneira de alcançar tais representantes políticos. Também é seu papel social pressionar o governo, porém mais do que isso - é preciso convencer a comunidade a participar e opinar. Em geral existe uma desmotivação na participação por

não acreditar que alguma coisa vá mesmo ser feita, também uma certa ansiedade por resultados.

Essa é a proposta de um grupo motivador do processo de gestão participativa: mostrar oportunidades de atuação e explicitar a possibilidade de escolha consciente. Não é gerir uma unidade de conservação, mas motivar a participação da comunidade por meio da divulgação de informações e da criação de espaços de fala nessa sociedade. É tirar as pessoas das ausências impostas por uma lógica dicotômica que as coloca como expectadoras da vida a sua volta.

A educação é um campo de luta social quando entendida nesse contexto: como processo de transformação, como caminho de autoconhecimento e como espaço de diálogo.

O governo de que se fala não é são só governadores e secretarias, são também pessoas em posição de mando, de micro-poder, como diretores de escolas, de órgãos administrativos e lideranças comunitárias. Essa competição social é um dos grandes empecilhos da gestão participativa.

Abrir possibilidades é uma questão de ser consciente, de saber lidar com as expectativas e com as possibilidades. A escolha pela participação é um comprometimento, uma renúncia, uma irreversibilidade, uma nova história. É, assim, um caminho incerto.

As possibilidades de expressão e ação se manifestam na busca de qualidade de vida, na contribuição para que a cidade se transforme. Essa forma solidária de convivência no planeta, não deve ser compreendida como um sonho que se realize logo, mas como uma possibilidade entre tantas outras de desconstrução social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli. Estudo de caso: seu potencial na Educação. **Cadernos de Pesquisa**, (49): 51-54, maio de 1984.

DIAS, Teresa Cristina Albuquerque de Castro; DRUMMOND, José Augusto. Gestão participativa na reserva biológica do lago Pirituba (Amapá). **OLAM Ciência & Tecnologia** - Rio Claro / SP, Brasil Ano VIII Vol. 8 No.1. Janeiro - Junho / 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

BARBIER, René. **A Pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Pesquisa-Ação**. Brasília: Líber livro Editora, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: \_\_\_\_ (org.). **Repensando a pesquisa-participante**. São Paulo: editora Brasiliense, 1984.

FARIA, Sueli Corrêa de. **Análise do risco ecológico no Parque Sucupira e entorno, Planaltina - DF**. Editor: Sueli Corrêa de Faria - Brasília: 2005.

FONSECA, Fernando Oliveira (org.). **Águas Emendadas/ Distrito Federal**. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Brasília: Seduma, 2008.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Brasil Cidadão).

GUTIÉRREZ, Francisco. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008. - (Guia da Escola Cidadã; v.3).

HART, Paul. Narrativa, conhecimento e metodologias emergentes na pesquisa em educação ambiental. In: GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de. **Metodologias Emergentes de Pesquisa em Educação Ambiental**. Ijuí: Ed. Unijui, 2005.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003.

LARANJEIRA, Nina Paula *et. al.* Gestão Comunitária Participativa e Conflitos Socioambientais no Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, Planaltina DF. **IV Encontro Nacional da Anppas**: Brasília, 2008.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo *et. al.* (orgs). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e dialética: Contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador, v.7, n.1, p.37-50, jan./abr. 2004.

MORIN, Edgar. **O Método: vol. I - A Natureza da Natureza**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997. 3ª Edição (Editions du Seuil, 1977).

\_\_\_\_\_. **O Método: vol. II - A Vida da Vida**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999. 3ª Edição (Editions du Seuil, 1980).

\_\_\_\_\_. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

\_\_\_\_\_. **O método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2007

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOURÃO, Laís; MAKIUCHI, Maria de Fátima. Cidade e Natureza: tecendo redes de no processo de gestão ambiental. **Sociedade e Estado**, vol 18, n.1/2 , jan/dez, 2003.

NASCIMENTO, Elimar. Os Conflitos na Sociedade Moderna: uma Introdução Conceitual. In: BURSTYN, Marcel (org). **A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de Educação Ambiental transformadora e Emancipatório. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente: Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALVRITZER, Leonardo. Para Ampliar o Cânone Democrático. In: \_\_\_\_ (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SORRENTINO, Marcos *et. al.*. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago, 2005.

THIOLLENT, Michell. Notas para debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Repensando a pesquisa-participante**. São Paulo: editora Brasiliense, 1984.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. **As sobras da modernidade: o sistema de gestão de resíduos sólidos em Porto Alegre, RS**. Porto Alegre, 2006.

PROGRAMA DE EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL. Série Documentos Técnicos –  
2. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005.

SINOPSE DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO DISTRITO FEDERAL.  
Brasília: Companhia de Saneamento do Distrito Federal - DRSA/SPCA, 11ª edição, 2002.

II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. **Manual de Educomunicação**.  
Ministério da Educação Ministério do Meio Ambiente, Luziânia - GO, 23 a 28 de abril de  
2006.

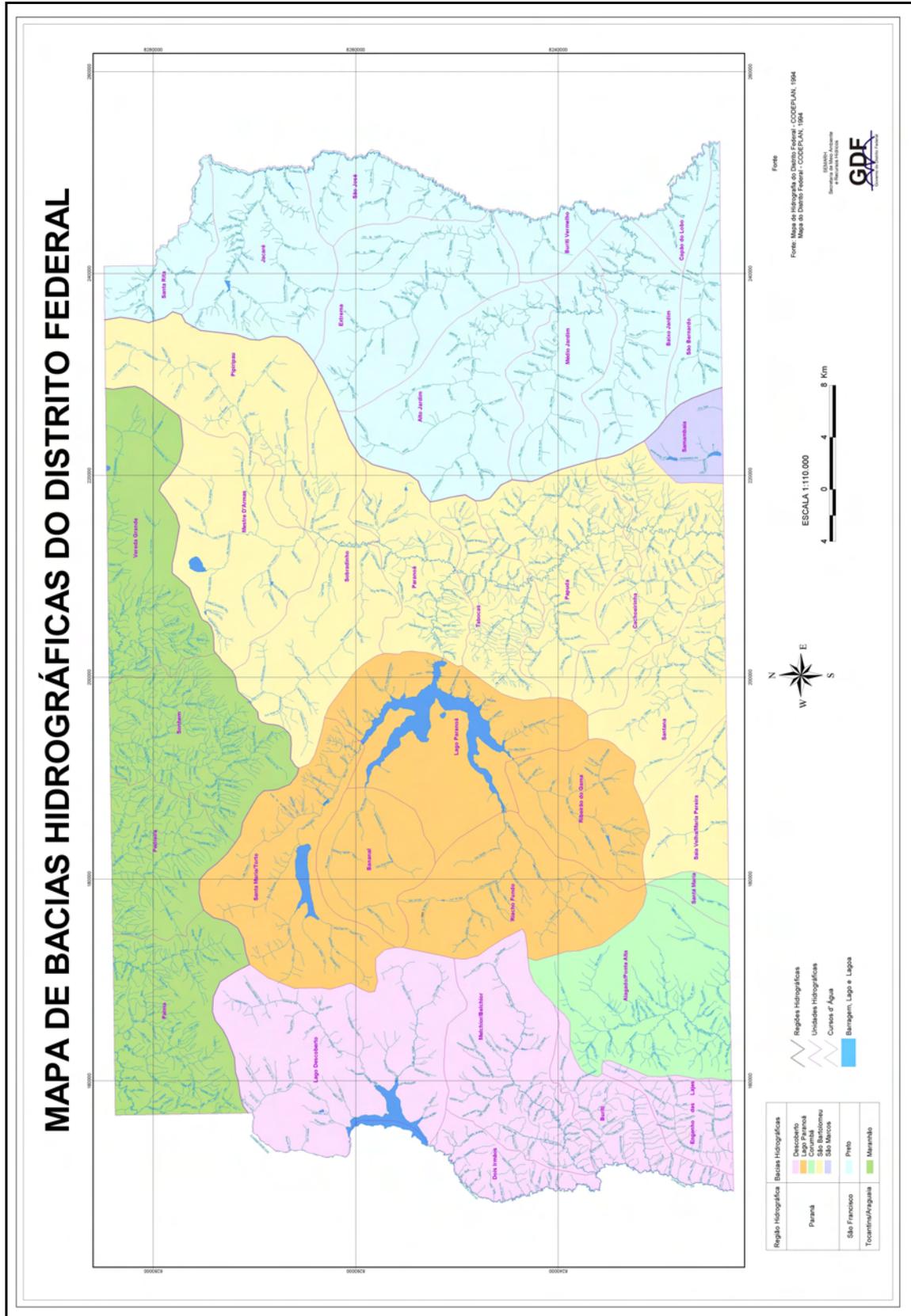
## ANEXOS

### ANEXO 1

Jornal Comunitário do Movimento e Luta do Buritis IV - 2006

O que você acha de um espaço público onde você pode fazer suas caminhadas com segurança e tranquilidade, que exista um espaço para curtir o sol e a natureza com toda segurança? Esse lugar existe e é aqui em Planaltina, um lugar de recreação e conservação do meio ambiente fica logo ali próximo a UnB, é o Parque Sucupira. Ele foi criado em 1996, um decreto sancionado pelo governador criou o Parque Recreativo Sucupira, isso significaria que essa área seria destinada ao lazer comunitário, com espaço para manifestações artísticas e desportivas em convivência harmônica com a natureza. Mas vá entre o setor Norte e a Vila Nossa Senhora de Fátima e o que você verá será um pedaço de Cerrado cercado com uma grade com o alambrado roubado, esse é o perímetro do Parque, se caminhar pelo espaço, encontrará muito lixo, árvores derrubadas, evidências de pontos de venda e uso de drogas e a degradação do córrego. Então, a quem pertence essa área? Fazer valer a lei, o seu direito ao lazer e o dever de conservar a natureza é uma questão de cidadania. A implantação desse parque cabe a administração de Planaltina, porém a atuação da comunidade na realização dessa ação se faz necessária. Por isso chamamos a comunidade para participar dessa luta em favor da nossa cidade. (Juliana Farias e Rejane Araújo)

ANEXO 2



## **ANEXO 3**

### **1. Decreto de criação do Parque**

LEI Nº 1.318, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1996  
DODF DE 24.12.1996

Cria o Parque Recreativo Sucupira na Região Administrativa de Planaltina - RA VI. O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criado o Parque Recreativo Sucupira, localizado no perímetro urbano da Região Administrativa de Planaltina, entre o Setor Norte, a Vila Nossa Senhora de Fátima e a região oeste do prolongamento da Avenida Gomes Rabelo.

Parágrafo único - O Poder Executivo, por seus órgãos competentes, no prazo de noventa dias da publicação desta Lei, definirá a poligonal do Parque Recreativo Sucupira, que delimitará uma área de aproximadamente duzentos e cinquenta mil metros quadrados, devendo estar nela contida a nascente do córrego Buritizinho.

Art. 2º O Parque Recreativo Sucupira tem por objetivos principais:

- I - propiciar atividades lúdicas em contato com a natureza;
- II - atender às necessidades básicas de lazer comunitário dos cidadãos com a disponibilização de um espaço onde sejam realizadas atividades artísticas, culturais e desportivas;
- III - estimular a valorização da qualidade de vida da população local, conscientizando as pessoas da necessidade de preservar e conservar o meio ambiente;
- IV - dar oportunidade aos indivíduos de convivência harmônica com a natureza.

Art. 3º A implantação e a manutenção do Parque Recreativo Sucupira cabe à Administração Regional de Planaltina, ouvida a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

Parágrafo único - A Administração Regional promoverá a valorização da área com o plantio de espécies ornamentais e nativas do cerrado.

Art. 4º O Poder Executivo, nos limites da legislação, fica autorizado a firmar convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas para alcançar os objetivos do parque.

Art. 5º O Poder Executivo, no prazo de cento e oitenta dias da publicação desta Lei, regulamentará o uso do Parque Recreativo Sucupira.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1996  
108º da República e 37º de Brasília.

**CRISTOVAM BUARQUE**

## ANEXO 4

Ata da reunião de envolvidos no projeto do Parque Sucupira realizada em 11/04/2007 na FUP

Participantes:

Juliana Farias – FUP

Queti D. Karsten – CEM 02

Leonardo de P. Vieira – CENSFAT

Glória Abadia – CENSFAT

Thais Cristina Alves da Silva – CENSFAT

Luana Briany Ferreira de Brito – CENSFAT

Thiago de Almeida Marques – CENSFAT

Renato de Souza Santos – CENSFAT

Nilvan Pereira de Vasconcelos – CENSFAT

Rejane Araújo de Oliveira – CEF 04

Edinalva Cândido de N. Silva – CEF Nossa Senhora de Fátima

A reunião foi idealizada com a finalidade de aproximar professoras do curso de extensão em Projetos de Educação Ambiental e a professora Rejane que tem um projeto de implantação do Parque Sucupira para que tenham contato e troquem experiências, considerando que a intenção é realizar um trabalho em grupo em cima do projeto.

Rejane começa a reunião contando da sua experiência em anos anteriores, do curso que fez na Estação Ecológica de Águas Emendadas, que em 2005 decidiu trabalhar com o Parque Sucupira. Nesse ano relata ter, junto aos estudantes da escola, realizado pesquisa de opinião com a comunidade e que nesse ano a ajuda da COMPARQUES foi importante, mas em 2006 deixou a desejar. Conclui que é importante se unir a comunidade para implantar o Parque, inspirar nela o desejo de cuidar e conservar o Parque.

A professora Edinalva relata que uma equipe de cinco professores do CENSFAT foi pela manhã ao fazer uma visita de reconhecimento do Parque, diz que lá viu muito lixo, que muitas pessoas usam o local mesmo sem a infra estrutura adequada. Questiona a existência de algumas placas indicando que o local estaria Sob Judici. Diz ter visto muitas propriedade particulares no local como chácaras e um Viveiro de mudas.

O Professor Nilvan complementa que esse possivelmente seja o grande entrave ao andamento da implantação do parque. Foi criada assim uma discussão sobre direito e uso capião.

Os professores do CENSFAT disseram que foram informalmente convidados para ir a administração para conversar sobre o que está sendo feito em relação ao parque, sobre mapeamentos, projetos, agenda 21. Defendem que o grupo deve estar próximo a administração para unir esforços em prol do Parque Sucupira e, dessa forma, em favor da população.

Foi consenso no grupo a sugestão de criar uma associação da amigos do Parque para que de forma mais organizada e efetiva pudessemos lutar pela sua implantação. Ficamos de nos informar sobre o processo de criação de tal associação e qual a melhor maneira de gestão da mesma.

Da mesma forma todos concordam com a necessidade de planejamento de ações,

de parceria com a UnB, comunidades e escolas para o sucesso desse projeto.

Ficou marcada a próxima reunião para o dia 26/04/2007 na UnB em Planaltina para que, além de convidarmos outras pessoas que também estão envolvidas com o projeto do Parque possamos mostrar os dados que os participantes combinaram de levantar. Segue os encaminhamentos.

- As professora Queti e Edinalva irão à administração de Planaltina buscar informações sobre o andamento de possíveis projetos de implantação do Parque além de quaisquer outras informações relevantes.
- A Juliana ficou de procurar aqui na UnB se existe algum mapeamento da região, de contactar outras pessoas da comunidade que estão envolvidas com o projeto além de informações sobre a associação.
- Professor Nilvan irá procurar informações sobre como se cria uma associação de amigos.
- O estudante Renato vai procurar o telefone e endereço de uma associação de bairro próxima ao Parque.
- A professora Rejane irá contactar tal associação e convidar para participar também do projeto do parque Sucupira.
- A professora Queti buscará informações sobre a fusão da SEMARH, alterações e competências.

ANEXO 5



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
SUPERINTENDÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

Ofício N.º 2450 /2008 - GAB/IBAMA/DF

Brasília, 22 de agosto de 2008

Re: Processo nº 00190 000422/2000-01

Senhor Presidente,

Em atenção ao presente processo, de interesse da Companhia Imobiliária de Brasília, referente ao licenciamento ambiental da área universitária 01 de Planaltina, encaminhamos anexo, de Informação Técnica nº 178/2008 - DTEC/IBAMA/DF, para conhecimento e demais providências.

Na oportunidade, aproveitamos para renovar o nosso protesto de elevada consideração, bem como colocar-nos à disposição para qualquer consulta.

*Harry Alôes Coelho*  
Harry Alôes Coelho  
Superintendente Substituto  
SUPEB-DF

RECEBI  
SERVIDOR 04  
006788  
006788  
006788

A SRA SRA SRA  
DI. ANTONIO RAIMUNDO GOMES FILHO  
M. J. PRESIDENTE  
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP  
S/ M - BLOCO "F" EDIFÍCIO TERRACAP  
BRASÍLIA - DF CEP.: 70.620-000

FOLHA 01  
E.P. 006788 / 2008  
MATR-18961 *efe*

SAS - OD, 04, Torre 05 Bloco "H" 1º andar CEP 70.076-400 - Fone (051) 3035-1400 3262-4279  
FAX - (051) 30202-4282



FOLHA 02  
E.P. 008780 / 2008  
MATR-18881 *ef*

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E  
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA-DF**

Informação Técnica nº 178/2008 - DITEC/IBAMA-DF

Brasília, 12 de agosto de 2008.

Processo: 190.000.422/00-01  
Instaurado: TERRACAP.  
Assunto: Licenciamento ambiental da área universitária 01 - Planaltina/DF.

**1. Introdução**

A Informação Técnica foi elaborada em atendimento ao despacho do Sr. Guilherme de Almeida, Chefe da Divisão Técnica - DITEC do IBAMA/DF, que solicita manifestação técnica.

**2. Localização**

Segundo informações constantes do processo, o empreendimento está localizado entre o Setor Residencial Oeste/Vila Nossa Senhora de Fátima e a BR - 020, na Região Administrativa de Planaltina/DF (RA - IV). O acesso ao mesmo se dá pela Avenida Independência.

Em relação ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, o empreendimento encontra-se inserido em Zona Urbana de Uso Controlado, com cerca de 40% do lote sobreposto à Área de Proteção de Manancial (APM) do córrego Fumal.

Em relação às Unidades de Conservação o empreendimento encontra-se inserido na APA do Planalto Central e no raio de 10 km da Estação Ecológica Águas Emendadas (ESECAE).

Quanto à hidrografia, encontra-se situado na sub-bacia do córrego Fumal, inserido na Unidade Hidrográfica do Mestre D'Armas, que por sua vez insere-se na Bacia Hidrográfica do São Bartolomeu (Região Hidrográfica do Paraná).

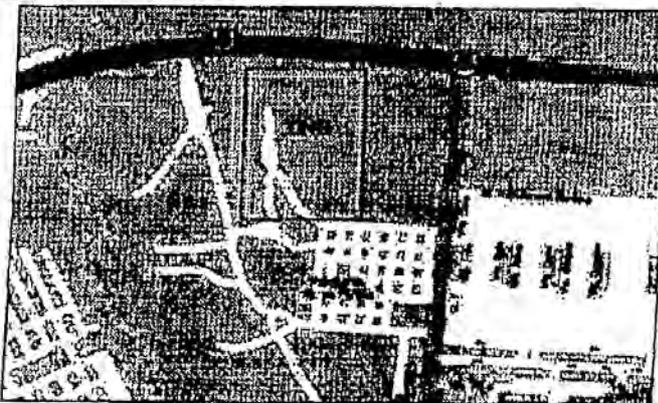


Figura 01 - Localização do campus da UNB - Planaltina, limites aproximados.

**3. Histórico**

O presente processo trata do licenciamento ambiental do parcelamento de solo (criação de lote) denominado área universitária 01 - Planaltina. O lote foi criado para implantação do campus Universitário da UNB em Planaltina/DF. O lote foi concebido com área de 30,1847 hectares.

*Reflex*

O requerimento de LP foi protocolado no IEMA/DF, em 19/10/2000. O IEMA/DF solicitou a elaboração de um Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI. Em 02/10/2001, foi expedida a Licença Prévia nº 40/2001 - SEMARH/DF. Não houve realização de audiência pública.

Em 23/11/2001, foi expedida a Licença de Instalação nº 133/2001 - SEMARH/DF, com validade de 365 dias.

Atualmente, o *campus* da UNB encontra-se instalado e em operação, conforme constatação realizada em vistoria, no dia 14/02/2008. Segundo informações obtidas junto ao administrador do *campus*, o mesmo encontra-se em funcionamento desde o 1º semestre de 2006. Não consta do processo a expedição de Licença de Operação para o empreendimento.

Em 20 de fevereiro de 2008, foi elaborada a Informação Técnica nº 37/2008 - DITEC/IBAMA-DF, onde se realizou a análise de todo processo de licenciamento e sugeriu-se determinados encaminhamentos.

Em 27 de fevereiro de 2008, foi encaminhado o ofício nº 473/2008 - GAB/IBAMA-DF, estabelecendo prazo de 30 dias para atendimento ao cumprimento das pendências elencadas na Informação Técnica nº 37/2008 - DITEC/IBAMA-DF.

Em 30 de junho de 2008, a TERRACAP encaminhou ao IBAMA os seguintes expedientes: Informação prestada pela NOVACAP (peças 535-539); Informação prestada pela CEB (peças 540-541); Informação prestada pela CAESB (peças 542-547); Ofício da TERRACAP à UNB (peças 550-551).

#### 4. Considerações finais

Em relação à situação relatada na Informação Técnica nº 37/2008 - DITEC/IBAMA-DF, o empreendimento continua em operação em caráter irregular, por não possuir licença de operação. Foram relacionados alguns itens cujo atendimento encontrava-se pendente pela TERRACAP.

- A. Elaborar e executar um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD da cascalheira situada no Parque Recreativo Sucupira;
- B. Elaboração de Plano de Manejo do Parque Recreativo Sucupira;
- C. Situação e cercamento da porção do lote situada na APM do córrego Fúncil, com prévio atendimento com a CAESB, gestora desta área;
- D. Apresentar inventário florístico quantitativo, com cálculo estimativo de indivíduos arbóreos suprimidos para implantação das instalações físicas atualmente existentes, para fins de cálculo da compensação florestal devida (Decreto Distrital nº 14.783/93);
- E. Apresentar documento comprobatório do cumprimento da Compensação Florestal (Decreto Distrital nº 14.783/93). Caso não tenha sido atendido, elaborar o inventário conforme citado no item "D" e proceder à devida compensação;
- F. Instalar e manter um viveiro florestal, com vistas ao atendimento da compensação florestal;
- G. Solicitar da UNB, declaração de inexistência de Fogo Tubular Profundo no lote;
- H. Questionar a UNB acerca da existência de Estação Elevatória de Esgotos, de dispositivos de recarga de aquíferos e sistema de reúso de água;
- I. Proceder, junto à SEDUMA, alteração da Norma de Edificação, Uso e Gabarito - NGB, alterando a taxa de permeabilidade para 60% do lote;
- J. Questionar a UNB acerca da promoção de programas de educação ambiental nas áreas próximas ao empreendimento;
- K. Questionar a UNB acerca da existência de laboratórios ou biotérios que possam gerar efluentes incompatíveis com o tratamento da ETE Planaltina. A implantação de eventuais laboratórios e/ou biotérios que lancem efluentes na rede deverá ser objeto de consulta prévia à CAESB.

Com as informações encaminhadas pela TERRACAP, verifica-se que:

- A Área Universitária 1 - Planaltina/DF não é atendida por sistema de

2/3 n.l.

- drenagem pluvial;
- A Área Universitária 1 - Planaltina/DF é atendida por rede pública de energia elétrica;
- A Área Universitária 1 - Planaltina/DF é atendida por rede pública de água e esgoto;

No mais, a TERRACAP encaminhou à UNB, o ofício nº 67/2008 - DITEC, de 31 de janeiro de 2008, solicitando o atendimento às condicionantes e recomendações relacionadas no referido ofício.

Diante das informações adicionadas ao processo, verifica-se que não foi cumprido o atendimento a nenhum dos itens relacionados na Informação Técnica nº 37/2008 - DITEC/IBAMA-DF. No âmbito do processo de licenciamento, o IBAMA não possui qualquer vínculo com a UNB, sabendo a TERRACAP, como interessada no processo, providenciar atendimento aos itens das licenças ambientais. Cabe a TERRACAP, firmar contrato/convenção ou qualquer outro ajuste semelhante, com a UNB no intuito de providenciar o cumprimento das obrigações, em caráter interpartes, não extinguindo a responsabilidade da TERRACAP junto ao IBAMA/DF.

Tendo em vista o não-cumprimento às condicionantes relacionadas na Informação Técnica nº 37/2008 - DITEC/IBAMA-DF e o prazo concedido ao interessado para regularização das pendências, porém sem o devido atendimento, sugere-se a aplicação da penalidade estabelecida no Art. 66, parágrafo único, II.

*Decreto Federal nº 5.314/2008*

*Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:*

*Multa de R\$ 300,00 (centenas reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).*

*Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas ouzas:*

*I - construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimento, obra ou serviço sujeita a licenciamento ambiental localizado em unidade de conservação ou em sua zona de amortecimento, sem anuência do respectivo órgão gestor; e*

*II - deixar de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.*

Por fim, ressalta-se que a Coordenação da DITEC não encaminhou cópia da Informação Técnica nº 37/2008 - DITEC/IBAMA-DF à UNB e não se manifestou acerca do pedido da TERRACAP para que o IBAMA ratificasse a dispensa de audiência pública feita pela SEMARE.

É a Informação, s.m.j.

À apreciação e consideração superior.

*Carlos Rafael M. Simões*  
 Carlos Rafael Mendes Simões  
 Analista Ambiental - IBAMA  
 Matrícula 1423148

FOLHA 04  
 E.P. 006780 / 2008  
 MATR-18881 *Ep*

## ANEXO 6

### Memória da Reunião do Grupo Parque Sucupira em Águas Emendadas – 08/04/0

- Apresentação dos participantes, do grupo e dos projetos relativos ao Parque Sucupira,
- Pauta da reunião é sobre benfeitorias que podem ser feitas no Parque, casinhas do Jaburu e construção da Vila Olímpica no Parque,
- Representante da Secretária de Esportes dá informações sobre o projeto de construção de uma vila olímpica em Planaltina:
  - já existe autorização do IBRAM para a obra,
  - são 22 mil m<sup>2</sup>,
  - prédio administrativo com salas multiuso para atividades indicadas pela sociedade e para administração do Parque,
  - pretendem desenvolver projetos sócio educativos na vila, inclusive de Educação Ambiental,
  - a vila é constituída por: ginásio, quadra coberta, duas piscinas semi-olímpicas, uma piscina infantil, pista de corrida, guarita de entrada padrão, campo de futebol, pista de skate, quadra de tênis, muro de escalada,
  - previsão de atendimento de 3500 a 4000 usuários,
  - gestão será feita em parceria com alguma organização social com funcionários da comunidade,
  - licitação prevista até o final de maio,
  - obra com recursos do GDF: 7.300.000,00 para construção,
  - a comunidade não foi consultada na escolha do local, mas se compromete e realizar reuniões antes de começar a funcionar para adequar os serviços às necessidades da cidade.
- Colocações dos demais participantes:
  1. necessidade de um trabalho sério de Educação Ambiental com os funcionários da vila,
  2. a população não foi consultada, a decisão veio de cima para baixo,
  3. o Parque não pode ficar como está, temos que aproveitar essa oportunidade para melhorar a situação do Parque,
  4. a gestão comunitária é um espaço aberto para o diálogo,
  5. sugestão que a vila seja construída com material alternativo às construções usuais, que favoreçam o meio ambiente,
  6. a vila pode ajudar o Parque a sair do papel,
  7. importância de uma conselho gestor que tenha um membro da Educação Ambiental,
  8. garantias no edital que a empresa que assumir a gestão terá que continuar o trabalho de Educação ambiental e compromissos de preservação do Parque.
- IBRAM :
  1. O DF é a região que mais tem Parques demarcados no Brasil, são 73 parques e isso é um problema para gestão pública. O instituto não tem orçamento para os Parques. O secretário acredita em dois projetos que podem beneficiar as áreas de Parques do DF: as tendas culturais e as Vilas olímpicas. A vila terá que se adequar ao Parque, sua administração será a administração do Parque.
- CAESB:
  1. Representante da Gerencia de mananciais diz ser importante um

estudo da área, pois existem áreas demarcadas para o sistema de captação e qualquer obra pode ser prejudicial. A CAESB quer participar da análise para escolha do local onde será construída a Vila.

• Encaminhamentos:

- Muna: propõe uma agenda de encontros com objetivo de realizar atividades que mantenha o grupo trabalhando junto,
- Gustavo: propõe uma conversa entre a secretária de Esportes, IBRAM, UnB, Secretaria de Educação e sociedade para tratar de gestão da vila olímpica em um reunião menor. Para amarrar desde agora as normas que deveram cumprir para estar no parque. Data: 29/04/2008, 15h no IBRAM.
- Reunião em prol da união do Grupo, data provável: 30/04/2008, hora e local a definir.

# RECADO **ReccadoNews**

Jornal de Planaltina e Região

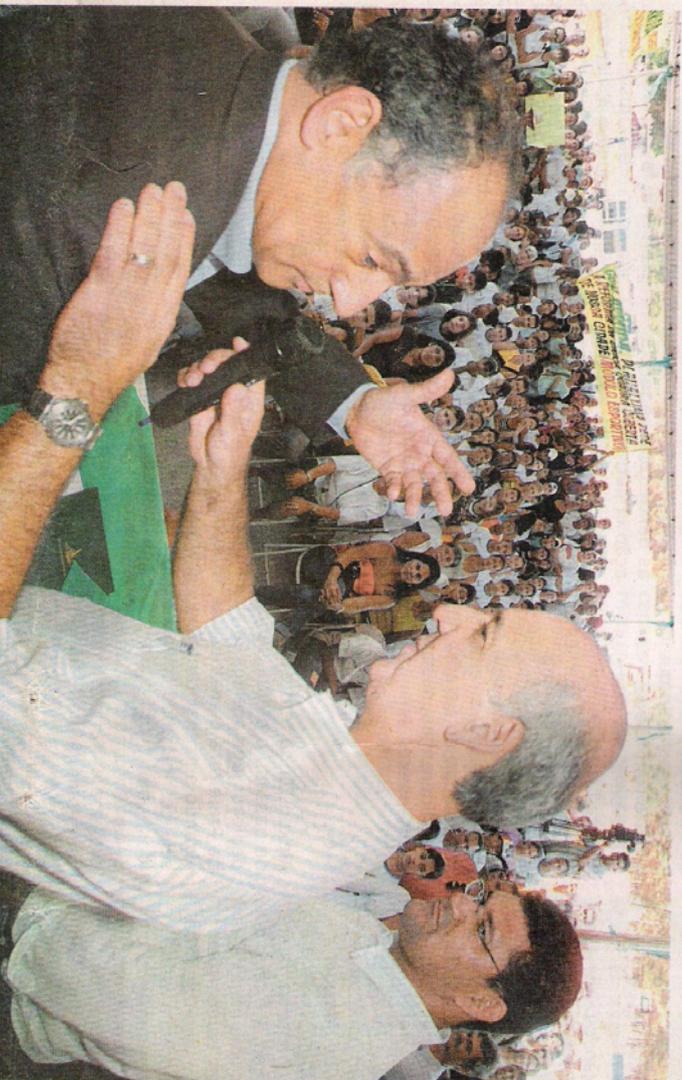
www.orcadonews.com.br

PLANALTINA-DF

Ano XXI - n.º 157 - Novembro de 2008



## ARRUDA GARANTE PRESENTE PARA 150 ANOS



O governador José Roberto Arruda ao fazer o lançamento da Vila Olímpica mestredarmense garantiu entregá-la até agosto de 2009 no aniversário da cidade.

Página 10



**Vila Roriz  
aperta  
Aylton  
Gomes**

Moradores da Vila Roriz reúnem-se com Aylton Gomes para reclamar quanto a mudanças no trânsito.

Página 11

## PLANALTINA-DF

# Vila Olímpica é lançada pelo governador



Aylton Gomes, Bernaldo Pontes e Osório Adriano aplaudem assinatura do governador Arruda.

vida de trabalhador comum. Poder contar com uma obra deste porte quando estarmos à frente da administração de nossa cidade natal, dá-nos orgulho e disposição para continuar nossa batalha na busca de alcançar benefícios para todos”.

O governador José Roberto Arruda, sempre descontraído e provocando sorriso entre os muitos velhos conhecidos da planaltina, brincou com Milton Santos, o conhecido Brasil, como parte do longo discurso que faria sobre a obra e sugeriu que o atleta Dimba fundasse uma instituição capaz de administrar a Vila, dando como exemplo este tipo de benefício social, que está sendo realizado no Rio de Janeiro e obtendo sucesso sob a orientação de ex-jogadores de futebol.

Serão investidos quase nove milhões de reais para a construção da Vila;

os estudantes planaltinenses terão livre acesso a todas as modalidades esportivas, (natação, voleibol, atletismo, futebol, basquetebol, caratê, futsal, etc.) exigindo-se apenas que tenham boas notas em suas escolas e, muito importante, disse o governador, iremos entregar esta bonita obra, inaugurá-la, mesmo que tenhamos de trabalhar noite e dia, no dia 19 de agosto de 2009, data do aniversário de 150 anos de Planaltina”, garantiu sob aplausos.

O término do lançamento da obra deu-se com uma corrente de oração (Pai nosso) organizada por um vigário da cidade, reza que foi especialmente dedicada à vida e à saúde do governador José Roberto Arruda e à conclusão da importante obra em benefício de toda região de Mestre d'Armas.

**O** governador José Roberto Arruda e significativo número de assessores de seu estafe governamental estiveram visitando Planaltina neste início de mês de novembro para, juntamente com o administrador regional Aylton Gomes fazer o lançamento da pedra fundamental da prometida Vila Olímpica planaltinense candanga.

O ato, realizado sob uma tenda, na localidade onde será iniciada a obra da Vila, justamente em área de 30 mil metros



Dimba (de preto) ouve ao governador sobre suas possibilidades na Vila Olímpica.

quadrados localizadas aos fundos do Estádio Adonir Guimarães e do Restaurante Comunitário, espaço hoje ocupado por três campos de futebol de terra, contou com as presenças, além do Governador, de Secretários do GDF, do Administrador Regional, do deputado federal Osório Adriano, do distrital Bernaldo Pontes, o diretor das Vilas Olímpicas Agrícola Braga, o gerente das Tendas Culturais Cláudio Abrantes, o diretor da Regional de Ensino Edimário Rocha, o atleta do futebol

candango Dimba, lideranças comunitárias diversas, professores, diretores escolares e muitas crianças das escolas públicas das proximidades.

Uma banda de música recepcionou ao governador e as autoridades, que em palanque fizeram pronunciamentos sobre a obra que, segundo Arruda, terá piscinas semi-olímpicas, quadras de esportes diversos, pista de atletismo e tudo que se faz necessário para completar um projeto de apoio à comunidade estudantil e desportista mestradarense.

Aylton Gomes disse em sua fala estar naquela oportunidade iniciando a realização de um sonho planaltinense e que se sentia feliz por poder, juntamente com o governador Arruda, propiciar à juventude de sua cidade, tão significativo benefício. "Nossa vida como homem público é insignificante; quase nada fazemos para nossa comunidade e logo temos de retornar a nossa



Aylton Gomes aplaude. O governador prepara a assinatura.



A comunidade fez-se presente enquanto as autoridades realizavam a Cerimônia de Lançamento.

**CASA DO CAMPO**

**PRODUTOS AGROPECUÁRIOS**

Entregamos em domicílio

QC 03, MC, Lt. 01-A - Setor Norte - Planaltina/GO

Telefone: (61) 3631-1225

FILIAL: Av. Elói Pinto de Araújo, qd. 12, Lt. 03 - Água Fria/GO

(61) 3464-1850

**AGROPECUÁRIA**

**Fazenda**

Seu Amigo no Campo e na Cidade

• Paquetes • Ferramentas • Sementes e Fertilizantes • Montarias • Jardinagem

• Medicamentos • Acessórios para animais • Bourrique Country • Utilidades para o fazendeiro

Qd. 09 Lote 01 Lt. 03 V. Vicentina - Planaltina - DF (61) 3388-1174

## **ANEXO 8**

### **REGULAMENTO**

#### **CAPÍTULO 1**

##### **Do concurso, seu objetivo e das parcerias**

Art.1º - O Grupo “Amigos do Parque Sucupira”, composto por sociedade civil organizada, Rádio Utopia, Universidade de Brasília, Secretaria de Estado de Educação do DF, Educação Ambiental / Estação Ecológica de Águas Emendadas e Instituto Brasília Ambiental, lança o Concurso da Logomarca do Parque Sucupira como parte das atividades de sensibilização sobre a necessidade de preservação do Parque Sucupira e sua ativação como pólo de Educação Ambiental e local de lazer e esportes para a comunidade.

Art. 2º - O objetivo do concurso é promover a escolha da melhor Logomarca do Parque Sucupira de modo a propiciar o conhecimento sobre o mesmo, pela sociedade Planaltinense, dando ênfase à necessidade de implementação, história e possibilidades de uso do Parque.

Art. 3º - A logomarca poderá ser utilizada em todas as formas de divulgação dos trabalhos realizados no e pelo Parque Sucupira como cartazes, adesivos, outdoors, folders, publicações, impressos, envelopes, anúncios e em diversos tipos de mídia, por tempo indeterminado.

#### **CAPÍTULO 2**

##### **Da publicidade**

Art. 4º - O lançamento do concurso acontecerá no evento “Rádio Diversidade”, dia 23 de agosto de 2008, no dia 08 de setembro será divulgado o regulamento e será iniciada a distribuição do material de divulgação e fichas de inscrição. As escolas receberão, juntamente com o regulamento, cartaz de divulgação e mídia digital (CD) contendo o histórico do Parque Sucupira, das atividades ali realizadas até o presente momento e fotos.

#### **CAPÍTULO 3**

##### **Dos participantes**

Art. 5º - Poderão inscrever-se no concurso todos os alunos regularmente matriculados em escolas da Rede Pública de Ensino da Diretoria Regional de Ensino de Planaltina – DF e que freqüentem os anos Finais Ensino Fundamental (5ª a 8ª série ou 6º a 9º ano, dependendo do regime em que a escola trabalhe) ou Ensino Médio.

I – Cada participante poderá concorrer, individualmente, com um único trabalho feito manualmente ou digitalizado.

## **CAPÍTULO 4**

### **Das inscrições**

Art. 6º - O regulamento, bem como cartaz de divulgação e mídia digital (CD) contendo o histórico do Parque Sucupira e das atividades ali realizadas até o presente momento e fotos, serão distribuídos para as escolas urbanas e ficarão sob a responsabilidade de um professor que se comprometerá em promover a mobilização na escola em que trabalha.

Art. 7º - A inscrição será individual e de caráter gratuito.

Art. 8º - As inscrições poderão ser efetivadas no período de 08/09/08 a 17/10/08, na Rádio Utopia FM, cujo endereço é Quadra 04 Conjunto F Lote 21 Sala 01, Vila Buritis (Setor Residencial Leste), telefone 3388-8994, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sábado.

Art. 9º - No ato da inscrição será entregue a ficha com dados do autor que conterà a cessão de direitos autorais, que será assinada pelo autor no ato da entrega do desenho.

Art. 10 – O trabalho deverá ser apresentado na seguinte formatação: folha de tamanho A4 branca, com desenho no formato 10cm X 15cm, impresso ou desenho livre, com no máximo quatro cores.

§ 1º - Os trabalhos impressos deverão ser entregues com uma cópia digitalizada, com um dos formatos: jpg., jpeg., gif., tif., cdr. bitmap.

Art. 11 – Não serão aceitas inscrições fora do prazo estipulado.

Art. 12 – Os trabalhos não poderão ter assinatura ou possuir qualquer tipo de identificação do autor a não ser o pseudônimo, que deverá estar, obrigatoriamente, na folha do desenho e também na ficha de inscrição.

Art. 13 – A proposta de desenho concorrente será colocada em envelope que no ato da inscrição será lacrado, devendo ficar a ficha de inscrição separada desse envelope.

Art. 14 – Os trabalhos que não apresentarem as especificações do regulamento, danificados, com fichas ilegíveis e/ou entregues fora do prazo serão automaticamente desclassificados.

Art. 15 – Os trabalhos inscritos não serão devolvidos durante ou após o concurso, independente da seleção ou não.

Art. 16 – O desenho da proposta de logo deverá, obrigatoriamente, estar relacionada ao tema “Parque Sucupira”.

## **CAPÍTULO 5**

### **Da Comissão e do julgamento dos trabalhos**

Art. 17 – A comissão julgadora será composta de 5 (cinco) pessoas, participantes do Grupo de Amigos do Parque Sucupira, com exceção dos professores das escolas concorrentes.

Art. 18 – A comissão julgadora analisará os trabalhos e selecionará 2 (dois) desenhos finalistas, no prazo de 18/10/08 a 24/10/08.

Art. 19 – A apreciação dos trabalhos pela comissão julgadora se pautará pela elegibilidade, ou seja, os trabalhos que não estiverem em consonância com o presente regulamento, serão automaticamente desconsiderados, não cabendo qualquer recurso do (s) participante (s).

Art. 20 – São critérios que orientarão o julgamento dos trabalhos, pela comissão julgadora:

I – criatividade (visão nova de logomarca);

II – originalidade (desvinculação de outras logomarcas existentes);

III – comunicação (transmissão da idéia e universalidade);

IV – aplicabilidade (seja em cores, em preto e branco, nas dimensões e sobre os diferentes fundos);

V – relação com o Parque Sucupira, sua história e suas características.

Art. 21 – A sessão, ou as sessões, de julgamento final dos trabalhos será dia 25 de outubro de 2008 e acontecerá no Campus da Universidade de Brasília de Planaltina.

## **CAPÍTULO 6**

### **Da classificação**

Art. 22 – Cada membro da comissão julgadora outorgará notas de 1(um) a 10 (dez) pontos para cada um dos critérios definidos no art. 20. A própria comissão ficará responsável pela contagem da pontuação geral dos trabalhos por inscrição.

Art. 23 – A classificação se dará pela ordem decrescente de pontos, resultante da soma dos pontos individuais dados pelos membros da comissão a cada trabalho.

Art. 24 – Em caso de empate serão utilizados pesos de 1(um) a 5 (cinco) por critério de avaliação, na ordem inversa à enumerada no art.20.

Art. 25 – A verificação, em qualquer etapa do concurso, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de declaração implicará na eliminação do candidato e na anulação de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 26 – A decisão da comissão julgadora será soberana e de caráter irrevogável, não cabendo qualquer recurso por parte do participante.

## **CAPÍTULO 7**

### **Da premiação**

Art. 27 – Serão premiados o primeiro e segundo lugares classificados.

Art. 28 – Serão concedidos certificados de participação ao primeiro e segundo colocados.

Art. 29 – O trabalho inscrito no concurso e classificado em primeiro lugar terá sua propriedade intelectual cedida de pleno direito e por prazo indeterminado ao Grupo “Amigos do Parque Sucupira”, não cabendo ao Grupo qualquer ônus sobre seu uso.

Art. 30 – O primeiro colocado receberá como premiação um aparelho de MP4 para o autor(a).

Art. 31 – O segundo colocado(a) receberá como premiação um aparelho de MP3 para o autor(a).

Art. 32 – A escola da qual faz parte o primeiro colocado(a) receberá como prêmio uma bicicleta.

Art. 33 – O resultado final e a premiação acontecerão no evento Rádio Diversidade do dia 08 de novembro de 2008.

## **CAPÍTULO 7**

### **Das disposições finais**

Art. 34 – O Grupo Amigos do Parque Sucupira poderá cancelar o concurso de que trata este regulamento, em razão de caso fortuito ou de força maior, a seu critério, sem que isso importe em qualquer direito indenizatório.

Art. 35 – Os membros da comissão prestarão sua colaboração gratuitamente, não fazendo jus a qualquer honorário.

Art. 36 – Os casos omissos neste regulamento serão decididos pelo Grupo Amigos do Parque Sucupira.

Art. 37 – Este regulamento entra em vigor no dia do lançamento público.

## ANEXO 9

Questionário nº \_\_\_\_\_

### PROJETO RÁDIO DIVERSIDADE

Realização: Rádio Utopia FM 98.1 MHz ([www.utopia.dissonante.org](http://www.utopia.dissonante.org))

Patrocínio: Ministério da Cultura

Parcerias:

Escolas Públicas de Planaltina / DRE

UnB - *Campus* Planaltina e FaC

Apoio:

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

Estação Ecológica de Águas Emendadas

#### Pesquisa de Opinião Parque Recreativo Sucupira

Entrevistador \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_\_ Horário \_\_\_\_\_

Dados do entrevistado:

P1 – Ocupação atual \_\_\_\_\_

P2 – Escolaridade:

a ( ) 1º grau incompleto

e ( ) Superior incompleto

b ( ) 1º grau completo

f ( ) Superior completo

c ( ) 2º grau incompleto

g ( ) Outros

d ( ) 2º grau completo

P3 – Há quanto tempo você mora em Planaltina?

a ( ) Até 05 anos

b ( ) Até 10 anos

c ( ) Há mais de 10 anos

P4 – Idade

a ( ) De 07 a 12 anos

d ( ) De 26 a 59 anos

b ( ) De 13 a 17 anos

e ( ) À partir de 60

c ( ) 18 a 26 anos

P5 – Qual o bairro em que você mora?

---

P6 – No seu bairro tem coleta regular de lixo?

- a ( ) Não sei
- b ( ) Diariamente
- c ( ) Dia sim, dia não
- d ( ) Tem coleta, mas não sei a frequência

P7 - Você sabe qual o destino do seu lixo?

- a ( ) Não sei
- b ( ) Jogado no cerrado
- c ( ) Aterro sanitário
- d ( ) Outros

P8- No seu bairro existe sistema de esgoto?

- a ( ) Sim
- b ( ) Não

P9 – A vegetação típica dessa região é o cerrado que apresenta árvores de pequeno porte, troncos retorcidos, cascas grossas em meio a uma vegetação rala e rasteira.

- a ( ) Nunca parei para observar a vegetação do cerrado
- b ( ) A vegetação do cerrado é sem graça
- c ( ) Vejo beleza no cerrado

P10 – Você acha importante a preservação do cerrado?

- a ( ) Não
- b ( ) Sim
- c ( ) Não Sei

P11 – Conhecido como "berço das águas", o Cerrado possui uma malha de nascentes, córregos e rios de fundamental importância para o país.

Com relação aos córregos da região:

- a ( ) Não conheço sua situação atual
- b ( ) Estão descontaminados e com a vegetação conservada
- c ( ) Estão bastante poluídos e degradados

P12 – Quais animais são encontrados na região em que você mora?

- a ( ) Boto, pirarucu, peixe-boi
- b ( ) Lobo-guará, seriema, tatu, capivara
- c ( ) Elefante, girafa, zebra, leão
- d ( ) Outros
- e ( ) Não respondeu

P13 – Com a crescente destruição do cerrado muitos animais estão ficando sem seu habitat, com isso, eles acabam se deslocando para a cidade e seu entorno.

Você já encontrou animais do cerrado em sua casa ou próximo a ela?

- a ( ) Sim
- b ( ) Não

Obs: Caso a resposta seja negativa, passe para a pergunta nº 15

P14 – Qual o destino que o animal teve:

- a ( ) Morto
- b ( ) Preso
- c ( ) Devolvido ao seu habitat
- d ( ) outro

P15 – Você conhece a Estação Ecológica de Águas Emendadas?

- a ( ) Nunca ouvi falar
- b ( ) Já ouvi falar
- c ( ) Já estive na Estação Ecológica de Águas Emendadas

P16 - Você Conhece outras áreas de proteção ambiental? Quais?

- a ( ) Parque Lagoa Joaquim de Medeiros
- b ( ) Parque Ecológico dos Pequizeiros
- c ( ) Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau
- d ( ) Parque Ecológico e Vivencial Retirinho
- e ( ) Outros
- f ( ) Nenhum

P17 – Os parques são áreas de proteção ambiental de domínio público. Têm como objetivos o uso científico, educativo e recreativo, desde que sejam preservados integralmente os patrimônios naturais.

Você conhece o Parque Recreativo Sucupira?

- a ( ) Sim, já estive lá.
- b ( ) Já ouvi falar
- c ( ) Nunca ouvi falar.

Obs: Caso a resposta seja negativa, passe para a P19.

P18 – Como você ficou sabendo sobre o Parque?

- a ( ) Cursos e/ou palestras ambientais
- b ( ) Em jornais escritos e ou/falados
- c ( ) Na escola
- d ( ) Outros

P19 – Qual a importância dos Parques Ecológicos?

- a ( ) Espaço de lazer, educação e cultura
- b ( ) Lugar para caçar e pescar
- c ( ) Preservação e pesquisa sobre o meio ambiente
- d.( ) Outros

P20 – Em sua opinião o que deveria existir em um parque?

- a ( ) Trilhas para caminhada e aparelhos de ginástica
- b ( ) Espaços para atividades artístico-culturais
- c ( ) Espaço de educação ambiental
- d ( ) Outros

P21 - Planaltina tem nove Parques de preservação ambiental, todos eles apenas no papel. O que você acha que a população pode fazer para que o poder público coloque infra-estrutura nesses parques?

---

---

---

---

P22 – Como você se sentiu respondendo esse questionário?

---

---

---

## **ANEXO 10**

### **Análise da Pesquisa de Opinião Sobre o Parque Sucupira em Planaltina DF 2008, autoria Juliana Farias e Rejane Araújo (publicação na Revista da Estação Ecológica de Águas Emendadas)**

Em 2005, o Centro de Ensino Fundamental 04 iniciou um projeto interdisciplinar de Educação Ambiental, tendo como tema de Estudo o Parque Recreativo Sucupira. O Parque foi criado em 1996, pela Lei Distrital n.º1318, localiza-se ao lado da UnB – Campus Planaltina e da Vila Nossa Senhora de Fátima e está sob fiscalização do Instituto Brasília Ambiental.

O projeto foi resultado da parceria firmada entre a escola e a Estação Ecológica de Águas Emendadas, que realiza o curso de Reeditor Ambiental, contando com a assessoria do projeto Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião (NEPSO). A escola passou a discutir as questões ambientais utilizando como ferramenta pedagógica a pesquisa de opinião, além de outros recursos metodológicos.

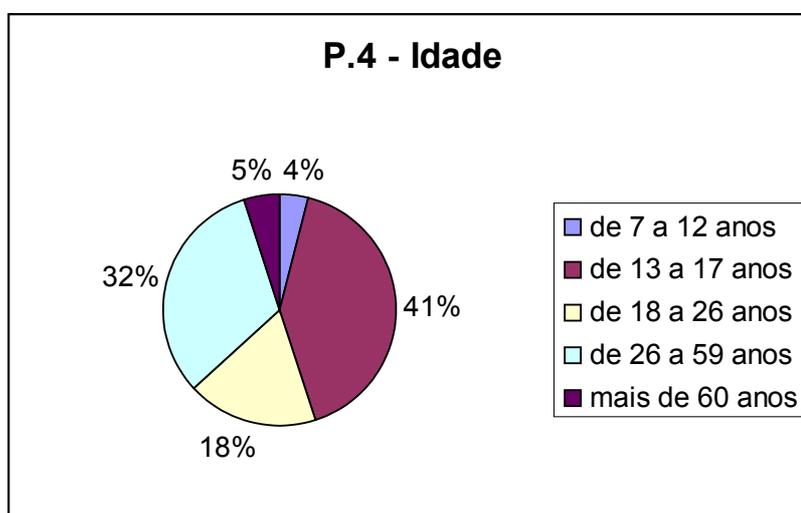
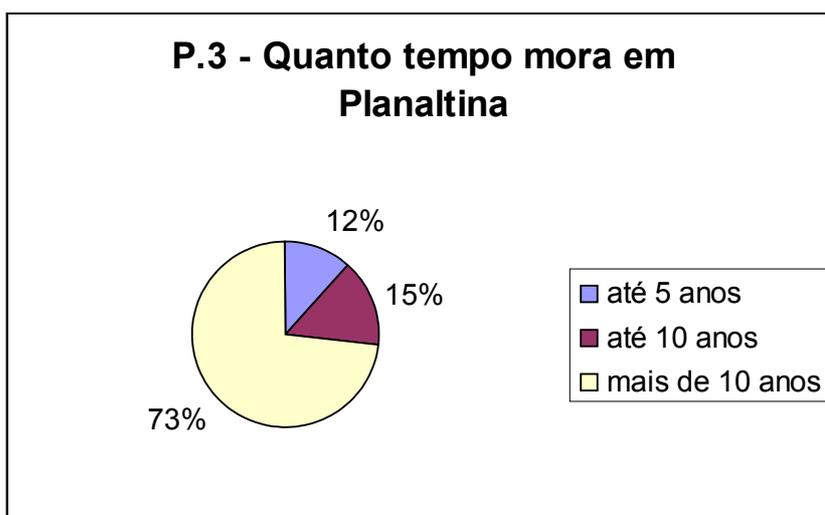
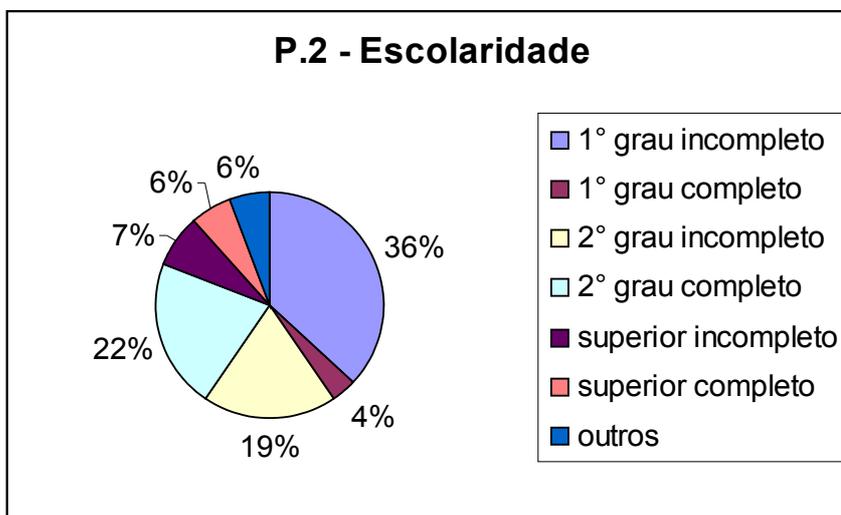
Em 2006, o projeto iniciou parceria com a Universidade de Brasília. Nesse ano, realizamos pesquisa de opinião com a comunidade vizinha ao Parque para saber a relação do bairro com aquele espaço de preservação ambiental. Constatamos na pesquisa que as principais reivindicações estavam relacionadas à infra-estrutura e à segurança do Parque.

No ano seguinte a escola estabeleceu parceria com a Rádio Utopia 98.1 FM, por meio do Projeto Rádio Diversidade realizado pela rádio comunitária com o patrocínio do Ministério da Cultura. Esse projeto tem como eixo central a valorização da diversidade cultural brasileira e a educação ambiental, através da veiculação de programas radiofônicos produzidos pelos alunos de escolas públicas da cidade.

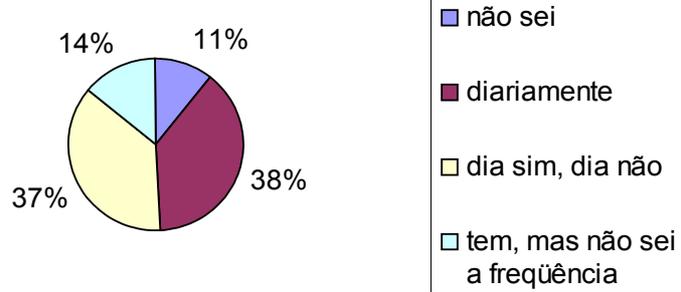
Dando continuidade ao projeto da escola, no ano de 2008 realizamos nova pesquisa de opinião na cidade. Queríamos saber se o trabalho de Educação Ambiental relacionado ao Parque estava encontrando repercussão na comunidade. Dessa vez, a pesquisa foi realizada pelos estudantes do Projeto Rádio Diversidade. Para fundamentar o trabalho promovemos uma oficina sobre a metodologia da Pesquisa de Opinião. Nessa oficina ficou definido o tema da pesquisa, a identificação da população, a amostra e a elaboração dos questionários.

Realizada a pesquisa, tabulados os dados e feitas as análises, deduzimos que as pessoas estão começando a perceber e valorizar o bioma da nossa região. Historicamente o cerrado é visto como sem vida, feio e seco, mas notamos que as ações de Educação Ambiental estão resultando nessa mudança de olhar. Outro aspecto importante constatado: houve uma diferença positiva de 40% entre os entrevistados de 2008 que disseram conhecer o Parque em comparação com a pesquisa de 2006. Constatamos através da pesquisa que os trabalhos desenvolvidos na cidade sobre o Parque de alguma maneira estão conseguindo chegar à população, principalmente aos alunos da rede pública de ensino.

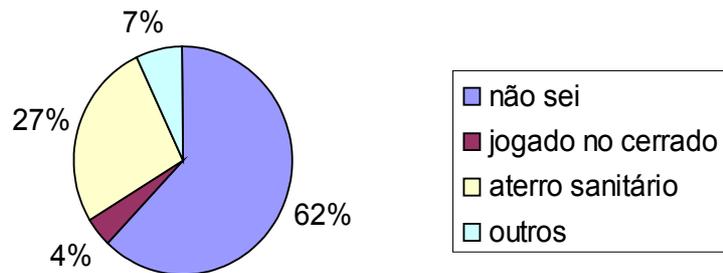
GRÁFICOS DA PESQUISA – PARQUE SUCUPIRA - 2008



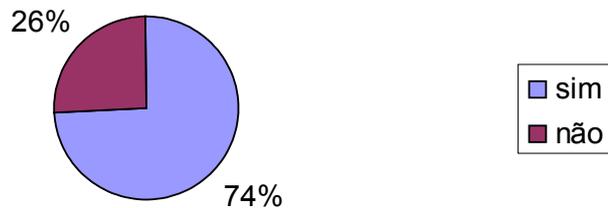
**P.6 - No seu bairro tem coleta regular de lixo?**



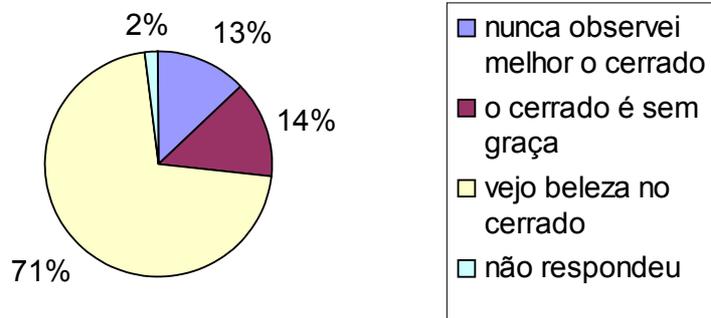
**P.7 - Para onde vai o seu lixo?**



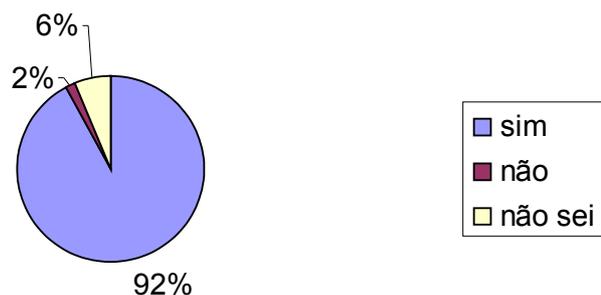
**P.8 - No seu bairro tem sistema de esgoto?**



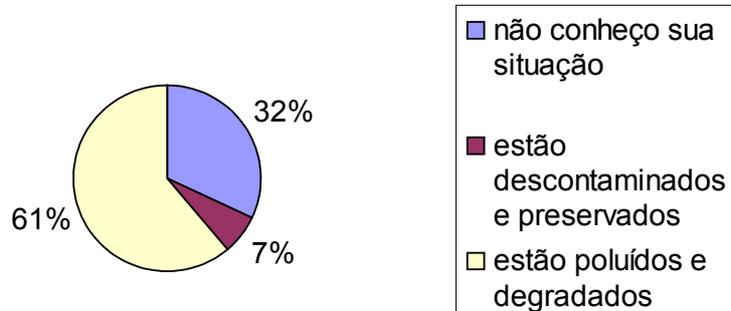
### P.9 - O que você acha do cerrado?



### P.10 - Você acha importante a preservação do cerrado?



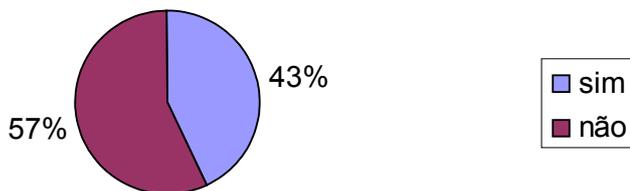
### P.11 - Como estão os córregos da sua região?



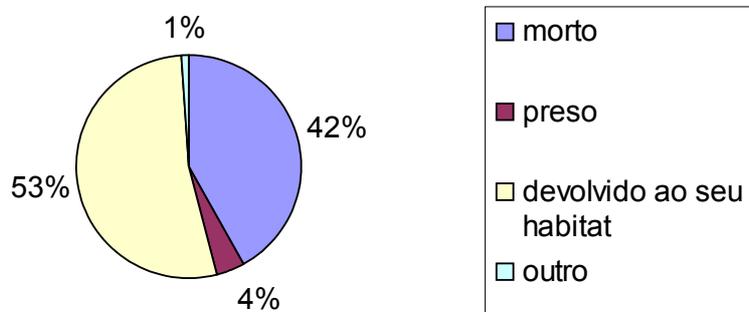
**P.12 - Quais animais são encontrados na sua região?**



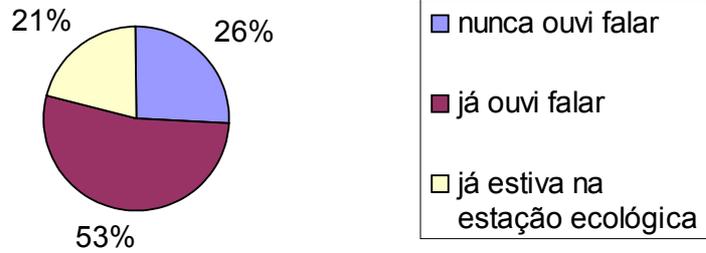
**P.13 - Você já encontrou animais do cerrado em sua casa?**



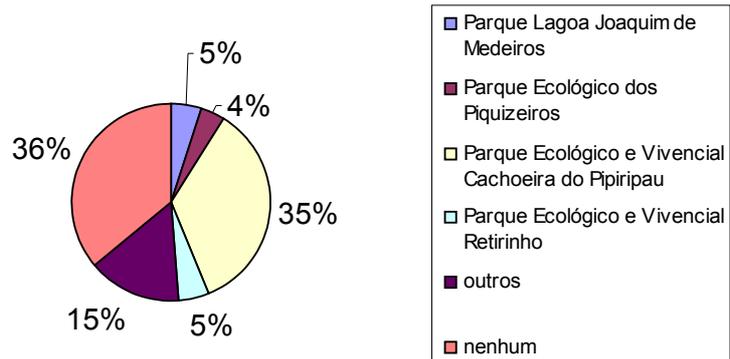
**P.14 - Qual foi o destino do animal?**



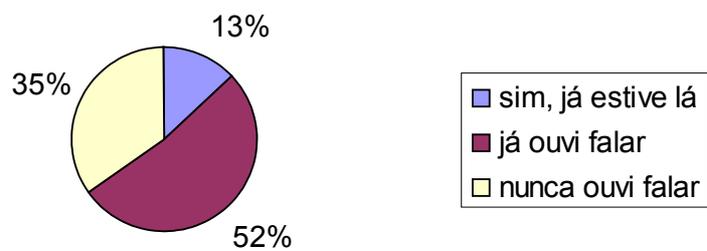
**P.15 - Você conhece a Estação Ecológica de Águas Emendadas?**



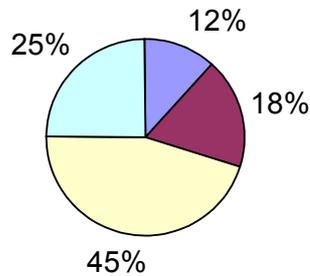
**P.16 - Você conhece outras áreas de proteção ambiental?**



**P.17 - Você conhece o Parque Sucupira?**

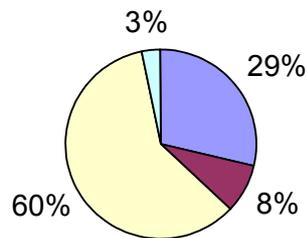


### P.18 - Como você ficou sabendo sobre o Parque?



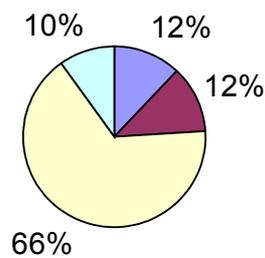
- cursos ou palestras ambientais
- em jornais escritos ou falados
- na escola
- outro

### P.19 - Qual a importância dos Parques Ecológicos?



- espaço de lazer, educação e cultura
- lugar para caçar e pescar
- preservação e pesquisa sobre o meio ambiente
- outro

### P.20 - Em sua opinião o que deveria existir em um Parque Ecológico?



- trilhas para caminhadas e aparelhos de ginástica
- espaço para atividades artístico-culturais
- espaço de Educação Ambiental
- outros

## ANEXO 12

### FESTIVAL PARQUE SUCUPIRA De Música Popular Brasileira

#### REGULAMENTO

##### 1. - Da Realização:

O Festival Parque Sucupira de Música Popular Brasileira é promovido pela **Rádio Comunitária Utopia FM** 98,1 MHz ([www.utopia.dissonante.org](http://www.utopia.dissonante.org)) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB-FUP/FaC) e a Empresa Brasil de Comunicação, (EBC), com apoio do **Ministério do Meio Ambiente**. Será realizado na cidade de Planaltina-DF, de abril a junho de 2009.

##### 2. - Dos Objetivos:

O Festival, parte integrante do Projeto Rádio Diversidade Ambiental, tendo o Parque Sucupira como ponto de partida, pretende tornar conhecidos os parques ecológicos do DF, legalmente constituídos, que não possuam estruturas básicas para funcionamento. Objetiva mobilizar a sociedade para sensibilizar o poder público para a efetiva implantação destas áreas de proteção ambiental. Também são objetivos o incentivo e a promoção da produção cultural brasileira, através da música; a valorização da obra dos artistas locais; a criação de um espaço alternativo de cultura e lazer, que intensifique a defesa da diversidade, da comunicação e da cidadania.

##### 3. - Das Inscrições:

**3.1** - Cada participante **poderá inscrever até 2 músicas inéditas**, com no **máximo 5 minutos** de duração cada, obrigatoriamente escritas em português ou apenas instrumental. Entende-se por **"ineditismo"**, qualquer letra que não tenha sido gravada e divulgada em CD - por meio de selo comercial - de autoria original e sem plágios. **NÃO HAVERÁ COBRANÇA DE TAXA DE INSCRIÇÃO.**

**3.2** - Documentação obrigatória:

**3.2.1** - Cópia do RG do artista e/ou de cada componente do grupo;

Parágrafo Único – Em se tratando de artista menor de idade, deverá constar autorização do responsável.

**3.2.2** - Ficha de inscrição preenchida;

**3.2.3** - CD demo, formato mp3, com a(s) música(s) concorrente(s). Identificar no CD o nome do representante, da Banda ou intérprete e contato telefônico, com caneta de tinta permanente;

**3.2.4** - Uma cópia da letra impressa (em se tratando de composição não instrumental);

**3.3** - As inscrições para o Festival estarão abertas dos dias 1º a 30 de Abril de 2009 e poderão ser feitas na sede da Rádio Utopia FM (Quadra 04, Conjunto F, Lote 21, Setor Residencial Leste, Planaltina-DF) e em locais a serem divulgados no blog (EM BREVE!). As inscrições na Rádio Utopia FM devem ser feitas de segunda a sexta, de 9h às 17h e sábado de 9h às 12h. **O material deve ser entregue em**

#### **envelope formato A4.**

**3.4** - A inscrição deverá ser feita pelo próprio artista participante ou, no caso de ser mais de uma pessoa, por pelo menos um dos componentes. Na impossibilidade do artista realizar a inscrição pessoalmente, ela poderá ser feita por um representante com autorização registrada em cartório. No ato da inscrição, deverá apresentar um breve histórico do artista ou grupo.

**3.5** - No Festival poderá participar qualquer música que esteja inserida no contexto de Música Popular Brasileira. Exemplificando: samba, música regional, instrumental, baião, caipira, rock, reggae, rap.

**3.6** - Será **vetada** qualquer música que promova discriminação, seja religiosa, de gênero ou faça apologia à violência e ao crime.

#### **4. - Do Julgamento dos Trabalhos**

**4.1** - Os trabalhos inscritos serão analisados e selecionados pela Comissão Organizadora, que repassará os 20 finalistas para apreciação da Comissão Julgadora.

**4.2** - A Comissão Julgadora será formada por quatro pessoas escolhidas pela Utopia FM e que estejam aptas a julgar os trabalhos.

**4.3** - As composições musicais serão avaliadas nos seguintes quesitos: **Música, Letra e Arranjo**. Cada jurado atribuirá **notas de 5 a 10 para cada quesito, que possuirão o mesmo peso**. A ordem classificatória será definida pelo somatório das três notas de cada jurado. Em caso de empate o voto de minerva será dado por um jurado sorteado.

**Parágrafo Único** – *Nas composições instrumentais, o quesito "Letra" será a média dos itens "Música" e "Arranjo".*

**4.5** As decisões da Comissão Organizadora e da Comissão Julgadora serão inquestionáveis.

#### **5. Da classificação:**

**5.1** - As músicas inscritas serão analisadas pela Comissão Organizadora que selecionará 20 músicas para o Festival a serem apresentadas ao vivo em duas etapas. Após as duas etapas serão classificadas 10 finalistas, a serem apresentadas na fase final do Festival. As 10 finalistas farão parte do CD a ser produzido pelo projeto. As três primeiras músicas colocadas, escolhidas pelo júri, serão premiadas.

#### **6. - Da Apresentação**

**6.1** - A primeira etapa do Festival ocorrerá nos dias 16 e 17 de Maio de 2009 (sábado e domingo) com os 20 selecionados: 10 músicas no dia 16 e as outras 10 no dia 17. A final será no dia 13 de junho. **O Festival ocorrerá no campus da UnB de Planaltina.**

**6.1.1** - As músicas deverão ser apresentadas pelo(s) mesmo(s) intérprete(s) do CD enviado para a seleção. Caso contrário, a música será desclassificada. Ficam ressalvados casos de motivos maiores, a serem analisados pela Comissão Organizadora.

**6.1.2** - Cada participante deverá levar seu próprio instrumento, sendo também responsável pelo custeio de seu transporte e alimentação. A Rádio Utopia FM ficará responsável pelo equipamento técnico e toda estrutura necessária ao Festival.

**6.1.3** - **Não será pago aos artistas qualquer cachê pela apresentação.**

**6.1.4** - O(s) artista(s) selecionado(s) que não se apresentar(em) no Festival como estipulado, será(ão) desclassificado(s). Ficam ressalvados casos de motivos maiores, a serem analisados pela Comissão Organizadora.

## **7. - Dos Resultados**

**7.1** - Os resultados com os nomes das 20 músicas selecionadas serão divulgadas amplamente na Rádio Utopia FM, em toda mídia possível e na internet (via blog, Orkut e e-mails).

**7.2** - O resultado com os nomes dos premiados será anunciado no dia da etapa final do Festival: **13 de junho** de 2009.

## **8. Da Premiação**

1º Lugar: **R\$ 5.000,00**

2º Lugar: **R\$ 3.000,00**

3º Lugar: **R\$ 2.000,00**

**Observação:** *O Júri Popular escolherá a melhor música e melhor intérprete, cujos ganhadores receberão R\$ 500,00, cada.*

**8.1** As 10 músicas finalistas farão parte de um CD produzido pela Utopia FM, com apoio do Ministério do Meio Ambiente.

**8.2** Das 2.000 cópias de CD's produzidas, cada um dos 10 intérpretes selecionados receberá gratuitamente 50 cópias. As demais, 1.500 cópias, serão distribuídas pela Rádio Utopia FM.

## **9. Disposições Finais**

**9.1** Ao se inscreverem no Festival os participantes cedem o direito de uso das músicas para o CD que será produzido e para a divulgação na própria Rádio Utopia FM, Rádios Comunitárias e Públicas.

**9.2** Qualquer outra questão não prevista nesse regulamento será decidida pela Comissão Organizadora do Festival.

**9.3** Maiores informações e notícias sobre o Festival poderão ser obtidas no blog, via email pelo [festivalsucupira@gmail.com](mailto:festivalsucupira@gmail.com) e na própria rádio Utopia FM (presencialmente ou através do telefone \*61 3388 8994).

**PROJETO Rádio Diversidade Ambiental**

*...porque "A Terra possui recursos suficientes para prover as necessidades de todos, mas não a avidez de alguns".*  
Gandhi

**Realização**  
UTOPIA  
União das Nações Comunistas

**Parcerias**  
EBC  
Empresa Brasil de Comunicação  
UnB - Universidade de Brasília

**Apoio**  
Ministério do Meio Ambiente  
GOVERNO FEDERAL

# PROJETO Rádio Diversidade **Ambiental**



Junho - 2009

Projeto Rádio Diversidade Ambiental

Realização: Utopia FM

Parcerias: UnB – Universidade de Brasília (FUP/FAC) e

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

apoio: Ministério do Meio Ambiente

Edição e Revisão: Equipe Utopia FM

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação: Emerson Marilboro - emerson.cesar@gmail.com

Coordenação:

Batista Filho – Presidente da Utopia FM  
Juliana Farias – Responsável Técnica – Utopia FM  
Leônio Matos – Utopia FM  
Rejane Araújo – Profª SEE-DF/Utopia FM  
Nina Laranjeira – Profª UnB

Agradecimentos:

Alexandro Oliveira – EBC (Jurado Festival)  
Ana Elisa – UnB-FAC  
Carlos Sena – EBC (Jurado Festival)  
Cristiane Neves – Utopia FM  
Cynthia Dutra – UnB-FAC  
Edivan Coelho – Musicista (Jurado Festival)  
Fernando O. Paulino – Profª UnB-FAC (Jurado Festival)  
Filipe André – UnB-FUP  
Gerald Ramiere – Utopia FM  
Gustavo O. Fonseca – Utopia FM  
Irene – Projeto Mala do Livro  
Israel Colona – Músico (Jurado Festival)  
Jandher – UnB – FAC  
José Luiz N. Sôter – Abraxo – RadCom  
Juliana Mendes – UnB-FAC  
Leonardo Sales – UnB-FUP  
Luciano Barroso – EBC  
Marcelo Arruda – Utopia FM  
Marcelo Bizerril – Diretor UnB-FUP (Jurado Festival)  
Marta Clara – Utopia FM  
Molôês Moura – Utopia FM  
Nielson Cunha – Utopia FM  
Renato Telles – Grupo Teatral Quebrando o Gelo  
Reneida – UnB-FUP  
Rony S. Furado – Utopia FM  
Ruy Godinho – Produtor Multimídia (Jurado Festival)  
Tais Ladeira – EBC  
Tais Morais – Escritora (Jurado Festival)  
Thais L. Rocha – Utopia FM  
Tibica – Projeto Cantinho da Leitura

Apoio:



## Social ou Ambiental? A Questão Socioambiental

Quando olhamos o ambiente em que vivemos podemos perceber a diversidade de formas, coisas e cores. Se repararmos no ambiente natural, aquele que chamamos de natureza, vemos o verde das folhas e o azul do céu, ouvimos o canto dos pássaros e o barulho das águas e do vento. É fácil gostar de brincar na água, de correr na terra, de olhar as nuvens.

A história das pessoas se confunde com a história da natureza. Nós somos feitos da natureza e nela moramos. Porém, temos uma capacidade enorme de transformar o ambiente em que vivemos, com construções, que julgamos importantes. É o que chamamos de ambiente artificial ou transformado pela ação humana.

Somos, portanto, seres da natureza e fazemos parte do que chamamos de Meio Ambiente. Essa relação é indissociável, pois o que produzimos, comemos, vestimos e respiramos são elementos naturais. Existe, assim, uma constante troca com o meio em que vivemos. Este, por sua vez, também está aberto a essa troca com a vida humana.

Deixamos marcas na natureza: quando precisamos construir nossa casa e exploramos o solo, ou quando precisamos de roupa e plantamos algodão, ou precisamos de remédio e colhemos ervas medicinais. Tudo isso tem um custo que ultrapassa o financeiro: é o custo socioambiental. Essa conta é paga por toda a sociedade, quando o planeta responde às transformações que sofre.

Somos sociais e biológicos. Isso significa dizer que coexistem dentro de nós coisas que parecem opostas. Precisamos comer, pois temos fome: somos assim biológicos. Mas o que vamos comer é uma decisão cultural. Na Índia, por exemplo, comemos curry. Na Bahia, comemos dendê. Os aspectos biológicos e culturais são complementares e não opostos.



## Crise Ambiental

Desde as sociedades mais antigas sempre existiu a necessidade de consumir, geralmente para saciar as necessidades primárias ou fisiológicas. Quando um produto excedia a necessidade local era trocado por algo que lhe seria mais útil, mas as trocas não eram o principal motivo da produção: o que era produzido atendia apenas ao consumo local. Com o tempo, essas sociedades foram aprimorando suas técnicas. É o caso da agricultura. Inicialmente não havia a ideia de agregar valor aos produtos; eles eram trocados de acordo com as necessidades. No entanto, algumas pessoas notaram que vários produtos eram mais raros que outros e já não aceitavam a troca pela troca. E nesse contexto que surge o dinheiro, que aliado à Revolução Industrial, mais tarde, potencializaria os graves problemas ambientais, ora vivenciados.

A Revolução Industrial foi responsável pela produção em massa dos produtos, voltada exclusivamente para a venda e lucro. Muitas indústrias surgiram e se especializaram em produzir mais, em menos tempo. Tal forma de produção requer grande quantidade de matéria prima retirada da natureza e estimula o consumismo, sem considerar os danos causados ao local de exploração e ao planeta.

A velocidade com que as pessoas transformam a natureza não dá tempo para que ela se recomponha. Essa é a crise ambiental atual: o planeta não está agüentando a quantidade de elementos naturais explorados ou retirados. Não suporta mais a quantidade de resíduos produzidos pelas atividades humanas que poluem água, solo e ar.

**O** planeta não suporta mais a quantidade de resíduos produzidos pelas atividades humanas que poluem água, solo e ar.

## Consumismo

Já ouvimos que os produtos de antigamente duravam mais que os de hoje. Mas o porquê disso? A lógica do mercado é que se deve consumir muito, mesmo não precisando. Não é a toa que a indústria de móveis utiliza materiais pouco duráveis; a indústria da moda modifica roupas e tecidos a cada estação; os carros, celulares e computadores mudam constantemente, etc.

Os meios de comunicação, mídias, parceiros do mercado, fazem-nos acreditar que a compra das coisas garante a felicidade. Essas fábricas de ilusão nos afetam porque eles - os donos das grandes empresas/corporações: pessoas de carne, ossos e muita, muita ambição! - induzem-nos a pensar que a pessoa mais legal, de sucesso, é a que tem mais coisas e coisas novas.

Outra prática da mídia é fazer o consumidor acreditar que as empresas são socialmente responsáveis e que têm cuidado com o meio ambiente. Se repararmos melhor, o banco que lança cartilha para o uso consciente do dinheiro cobra juros abusivos; o comercial da cerveja que diz "se beber, não dirija", em nenhum momento informa que a bebida é a maior causadora de violência doméstica e no trânsito; a lanchonete *fast food* nos fala do valor nutricional dos seus sanduíches, mas não mostra as doenças causadas pelo excesso de gordura, açúcar e calorias que eles proporcionam.

Por conta do consumo desenfreado, vivemos numa sociedade onde nos sentimos mal quando não temos dinheiro para comprar o que está na moda; sentimos-nos vazios, quando o que terminamos de comprar perde a sensação de novidade. Por conta desse consumismo, vivemos numa sociedade que estimula a competição em todos os momentos de nossas vidas, ao invés de estimular a cooperação, a partilha, o uso racional dos bens da natureza.



## No limite

O mundo vive no limite da produção de bens: nem por isso paramos de consumir e produzir. O meio ambiente está à beira do colapso em face de infindáveis agressões:

- resíduos sem tratamento jogados no ar e nas águas, causam poluição;
- desvio de rios para irrigação de grandes plantações aumentam a seca em algumas regiões;
- latifúndios geram desmatamento e violência no campo;
- há fome onde a monocultura para exportação impossibilita a agricultura local;
- o desmatamento e a queima de petróleo contribuem para o aquecimento global;
- o estímulo aos grandes adensamentos populacionais;
- as guerras por territórios ricos em diamantes, petróleo ou água se sucedem...

Não é mais possível ignorar a proporção das transformações humanas na natureza. É impossível ignorar a desigualdade social criada por esse modelo de desenvolvimento, que privilegia quem tem mais dinheiro. Esse modelo não se importa com o custo social e ambiental que precisa para se manter.



**O**s maiores problemas socioambientais estão relacionados com a forma predatória de produção que estimula o consumismo desenfreado, contudo, a raiz é a ganância dos donos das grandes corporações, sempre focados no acúmulo e concentração de riqueza, contando com a convivência ou ausência do poder público.



## Aculturação e exploração

O bloco dos países mais “desenvolvidos” de há muito acabou com a maior parte dos seus recursos naturais, escarizou e/ou dizimou inúmeros povos e hoje busca manter sob sua influência as ex-colônias, seja por meio da força militar, seja por meio da coerção econômico-midiática, num claro processo de aculturação para exploração.

Essa forma predatória de exploração que o Brasil sofreu, antes pelos portugueses e agora por grandes multinacionais, é uma forma de aculturação, pois transforma o meio que vivemos de forma compulsória. A população nativa foi dizimada num enorme genocídio, por não se enquadrar nesse outro sistema; nossas matas foram devastadas para fabricar compostos móveis europeus. Herdamos historicamente a sina dos colonizados: acreditar que tudo que é importado é melhor, desde um simples eletrodoméstico até um modelo de desenvolvimento.

### ... E nós com isso?

Ante tal situação, no imaginário social e no comportamento coletivo, reina a idéia que devemos nos deixar conduzir como gado. Porém, nem todos sucumbem à sedução da grande mídia: existe resistência a toda essa destruturação socioambiental.

Os movimentos sociais são formas de resistência ao movimento globalizado de aculturação. O que podemos fazer é participar ativamente da gestão da nossa cidade. Precisamos olhar criticamente o nosso cotidiano, as decisões políticas, as manifestações culturais e o meio ambiente para entendermos as relações e conflitos inseridos nesse todo social. É importante que a população se inclua eticamente nesse processo, que conheça sua cidade, não apenas seu bairro, para entender suas reais necessidades.

**O**s movimentos sociais são formas de resistência ao movimento globalizado de aculturação.

## Parar e refletir

Não precisamos de muitas coisas que temos ou que nos induzem a comprar, tipo:

- trocar o celular a cada lançamento;
- ter uma televisão em cada cômodo da casa;
- ter dez pares de sapatos, quando temos dois pés;
- comprar apartamento "ecologicamente correto", situado em área verde que deveria ser preservada;
- produtos de "marca" que artistas globais tentam nos empurrar goela abaixo... e tantas outras bugigangas, como fazem há mais de quinhentos anos!

Devido a uma série de razões que o pequeno espaço não permite dissertar, é fato que a maioria da população brasileira se deslocou do campo para as cidades, modificando de forma drástica o ambiente natural. Mais que nunca nossa cidade precisa se re-harmonizar com o meio natural. Infelizmente, os grandes empreiteiros não levam isso em consideração. Usando o discurso: "tal empreendimento imobiliário é ecologicamente correto", continuam destruindo o verde nativo que resta nas cidades do Distrito Federal. Exemplo recente é o Setor Noroeste, onde etnias indígenas utilizavam/utilizam a área como Santuário dos Pajés. Mais de 500 anos depois a história de massacre e/ou negação das culturas nativas se repete. Vide entrevista concedida pelo governador em abril de 2008 ao Correio Brasiliense, versando sobre o aniversário dos 50 de Brasília - "Nos primeiros 450 anos, o Brasil era um país agrícola, litorâneo, culturalmente muito pobre... Daí veio Juscelino Kubitschek. E o Brasil teve uma revolução urbana, saiu da roça e veio para a cidade, saiu do litoral e veio para o interior". O que esperar de governantes que taxam algumas culturas como "muito pobre"? Daqui a alguns anos, quem sabe? - empreiteiros e autoridades de plantão levantem a bandeira pela construção de um "memorial" do Santuário dos Pajés. Para uma cidade que até já viu, em pleno final do século XX, índio ser queimado vivo, tudo é possível.

**D** aqui a alguns anos, quem sabe? - empreiteiros e autoridades de plantão levantem a bandeira pela construção de um "memorial" do Santuário dos Pajés. Para uma cidade que até já viu, em pleno final do século XX, índio ser queimado vivo, tudo é possível.



...por meio da educação popular na implantação e gestão de espaços de preservação ambiental; sensibilizar o poder público a assumir suas responsabilidades.



No detalhe, logomarca dos "Amigos do Parque Sucupira" elaborada pelo estudante Maxsuel do CEMEC (aluno à direita) e escolhida em concurso entre escolas de Planaltina.

## Sobre o Projeto Rádio Diversidade Ambiental

A idéia é potencializar o trabalho ambiental desenvolvido por pessoas e entidades, por meio da educação; motivar a participação popular na implantação e gestão de espaços de preservação ambiental; sensibilizar o poder público a assumir suas responsabilidades.

Planaltina, berço de duas grandes bacias hidrográficas, apresenta um histórico de desigualdade, pobreza e crescimento desordenado, o que agrava os problemas socio-ambientais.

Os Parques Urbanos são, nesse contexto, uma maneira de conter esse avanço desordenado e preservar a vegetação nativa e a água. A legislação prevê ainda que os parques são espaços de contato com a natureza, lazer e estímulo a atividades de educação ambiental para a população. Porém, o que se vê são parques criados apenas no papel, pois na prática estão abandonados. No DF são mais de 70; em Planaltina, 9 parques, todos com problemas de infra-estrutura, segurança e limpeza. De acordo com o Instituto Brasília Ambiental - IBRAM: Parque Recreativo Sucupira, Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau, Ecológico e Vivencial da Lagoa Joaquim de Medeiros, Ecológico dos Pequizeiros, Ecológico do DER, Ecológico e Vivencial do Retirinho, Ecológico e Vivencial Estância, Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília, De Uso Múltiplo Vale do Amanhecer.



## O Parque Sucupira

Criado em 23/12/1996, pela Lei Distrital nº 1318, o Parque está sob os cuidados e fiscalização do IBRAM e sua implantação é competência da Administração Regional. Localizado ao lado da UnB-Planaltina e da Vila Nossa Senhora de Fátima, abrange boa parte do Corrego Fumal e abrangava as nascentes do Buritizinho, hoje extinto. O Parque está localizado na sub-bacia do Ribeirão Mestre D'armas e na Bacia Hidrográfica do Rio São Bartolomeu.

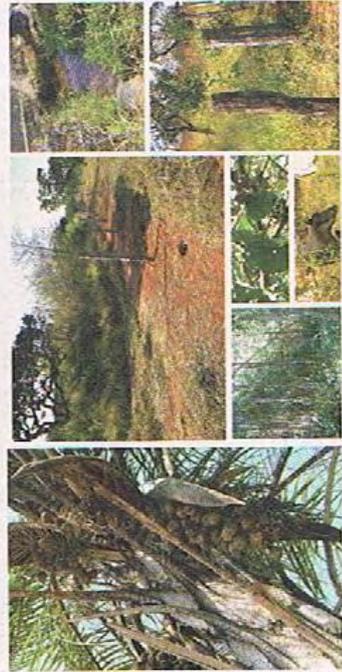
O Parque deveria propiciar contato com a natureza e lazer para a população. Porém, existem vários problemas a ser resolvidos, como a indenização dos chacareiros da área, a descontaminação do solo, onde foi enterrado um lixo, a recuperação da cascalheira, a implantação de infra-estrutura para que a população possa frequentá-lo.

### Tomando o destino nas mãos

A parte boa das crises é que elas evidenciam os problemas. O custo ambiental está cada dia mais pesado para a sociedade. É hora de dar espaço para estudantes, líderes comunitários, moradores locais, para que falem das questões da cidade. Mas não podemos ficar só no discurso. Urge nos organizarmos em associações, ir aos meios de comunicação, escolas e quaisquer instrumentos sociais para lutar pelas transformações que resultem num mundo melhor. Caso contrário, os de sempre, aqueles que fazem do lucro o seu ideal de vida, continuarão a manipular a maior parte da população, condenando-nos a pagar o preço de tal insensatez, com nossa omissão. Já dizia Gandhi: "A Terra possui recursos suficientes para prover as necessidades de todos, mas não a avidez de alguns".

Os problemas socioambientais de que falamos podem ser transformados. O momento é de crise, mas não de pânico. Podemos olhar para nossa cidade com olhos solidários e críticos e, assim, buscar a mudança. Devemos ter a sabedoria de entender o que é coletivo, que direitos a comunidade tem. O mundo pede uma mudança de valores urgente e, para isso, nossos pensamentos e ações devem ser solidários e não competitivos, mesmo que pareça que remamos contra a maré.

Segundo Leonardo Boff "Para um tipo de sociedade que optou transformar tudo em mercadoria: a Terra, a natureza, a água e a própria vida e que coloca como ideal supremo ganhar dinheiro e consumir, acima de qualquer outro valor, acima dos direitos humanos, da democracia e do respeito ao ambiente... palavras como solidariedade, cooperação e amor parecem realmente estranhíssimas. Elas estão ausentes no dicionário capitalista." Tais palavras só não podem estar



**O**s problemas socioambientais de que falamos podem ser transformados. O momento é de crise, mas não de pânico. Podemos olhar para nossa cidade com olhos solidários e críticos e, assim, buscar a mudança. Devemos ter a sabedoria de entender o que é coletivo, que direitos a comunidade tem. O mundo pede uma mudança de valores urgente e, para isso, nossos pensamentos e ações devem ser solidários e não competitivos, mesmo que pareça que remamos contra a maré.

ANEXO 14



**REALIZAÇÃO**

**UTOPIA FM**  
98.1 RadCom  
Planaltina - DF

Parcerias: UnB - Universidade de Brasília e EBC - Empresa Brasil de Comunicação  
Colaboração: Gerência de Cultura e ABRACO Apoio: Ministério do Meio Ambiente



1 - A Minha Dor - Etmo 2 - O Perfume Dele - Martinha do Coco 3 - Quando a Peteca - Kleiton e Karen  
4 - Conscricas - Máximo Mansur 5 - Paralelepípedo e Outras Proposições - André Moreira  
6 - Homenagem ao Mestre - Ze do Pife e as Juvelinas 7 - Quem Lá Viaja - Diga Flow  
8 - Planador - Vitória Ruzza 9 - Meus Brasis - Os Sarmenéticos 10 - Deus e o Diabo na Terra - Parte II - Malvem Djive  
11 - Ipanapê - Caco de Cala 12 - Eu e a Rosa na Noite de São João - Cai Oliveira  
13 - Vozes da Floresta - Feijão de Bandido 14 - Instintos - Lavouzer



## ANEXO 15

Governo do Distrito Federal  
Instituto Brasília Ambiental



Programa Abrace um Parque

Assessoria de Projetos

Brasília, 08 de agosto de 2007

Programa que busca firmar parcerias para a manutenção de parques e áreas verdes em geral de forma a melhorar a eficiência e a transparência institucional da gestão das áreas protegidas locais.

### **JUSTIFICATIVA**

Os parques urbanos surgiram como uma alternativa à substituição gradativa do espaço natural pelo espaço construído. Normalmente, este processo absorveu características arquitetônicas e paisagísticas da própria comunidade local, propiciando a ela não só lazer e qualidade de vida, mas também bem-estar estético e cultural. Acrescente-se a importância estratégica deles enquanto elemento de descontinuidade urbana, reservas de vegetação e de recursos naturais, instrumentos no controle do microclima e da poluição local, bem como conscientizar a população sobre a preservação de ambientes

naturais.

Para a preservação desses espaços, o papel do Poder Público é fundamental para garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Áreas protegidas devem ser, em geral, bens públicos planejados, implantados, gerenciados e mantidos de maneira direta e constante através de uma ação permanente.

No entanto, os recursos do poder público não são suficientes para prover a continuidade e a atenção que essas áreas protegidas requerem. Neste sentido, exemplos nacionais e internacionais apresentam uma opção a esta contingência. Nos Estados Unidos, por exemplo, o modelo de co-gestão verde é levado para uma agência ou ONG que aceite o projeto. A partir de então, são elaborados contratos de concessão e operação da área. Já na Guatemala é possível transferir completamente a gestão de uma área protegida para uma ONG, que assume até atividades como fiscalização, manutenção de infraestrutura, entre outras.

Os exemplos nacionais também são vários. No Paraná, o Parque Nacional do Iguaçu, é um exemplo de sucesso na gestão compartilhada de uma área protegida, pois a qualidade da infra-estrutura disponível para atender a grande demanda dos visitantes é implantada e explorada por particulares, por meio de contratos de concessão. Outro exemplo é o do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG), administrado pela Fundação Pró-Natureza – Funatura, pois embora não seja oficialmente denominado como gestão compartilhada, na prática funciona assim. Em Recife, assim com no Rio de Janeiro, a prefeitura criou programas, com o objetivo de firmar parcerias com pessoas físicas e jurídicas para a manutenção de praças e áreas verdes em geral em troca de exploração de publicidade nesses locais.

Da mesma forma, o Distrito Federal, publicou o Decreto nº 26.986, de 10 de julho de 2006, criando o Programa de Adoção de Parques – PAP. O Programa, contudo, carecia de instrumentos que o tornasse efetivo. Porém, trabalhos com este escopo contribuem para adequar uma realidade local, pois o DF conta hoje com cerca de 90% de área protegida, possuindo vários tipos de unidades de conservação e 68 Parques. No entanto, a maior parte desses parques foi criada legalmente, isto é, sob um modelo de concepção que não contemplou o impacto da criação e da escolha do uso dos espaços sob a comunidade local. Tal procedimento permite que haja uma desconexão entre a população e esses bens públicos.

Com o intuito de reverter o quadro acima delineado o Instituto Brasília Ambiental - IBRAM está lançando o Programa “Abrace um Parque”, como forma de implementar e regulamentar os esforços legais pré-existentes, assim como envolver a comunidade e os demais atores ambientais na preservação e melhoria dos parques. A idéia é fortalecer a gestão dos Parques para que eles cumpram seu papel ambiental e social. Enfim, o Programa tem como pressupostos básicos a responsabilidade, o voluntariado e a busca de maior integração entre a comunidade e as equipes gestoras dos parques.

## **PÚBLICO ALVO E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

- Os parques interessam diretamente aos cidadãos enquanto espaço ecológico e social, pois propiciam uma melhor qualidade de vida em diversos aspectos.
- O investimento social se reverte em marketing social para empresas, embaixadas, organizações internacionais e ONGs com a publicização das ações realizadas nos parques e em outros espaços verdes.
- A parceria melhora a qualidade das trocas entre governo e as empresas que vendem serviços e produtos para o setor público. Em caso de empate técnico em licitações realizadas no Distrito Federal, a responsabilidade social será considerada como critério de desempate.
- A empresa poderá se valer dos incentivos fiscais previstos em lei (Lei 9.249/95 – Lei Federal).
- A parceria com embaixadas e organismos internacionais permite a interação prática e construtiva com a comunidade local que os recebe, e serve ainda como instrumento para a melhoria das ações institucionais e dos indicadores sociais.

## **O PROGRAMA**

**Objetivo Geral:** Construir uma parceria duradoura entre os gestores das áreas protegidas e a comunidade, com o empresariado e outros segmentos da sociedade, visando à melhoria da qualidade de infra-estrutura e serviços dos parques do Distrito Federal.

### **Objetivos Específicos:**

- Propiciar atividades recreativas e de lazer estabelecidas de acordo com as aptidões e potencialidades de cada parque, por meio de um melhor uso dos locais abertos à visitação pública.
- Propiciar atividades de recreação, educação ambiental e lazer diversificadas e harmonizadas com o ambiente natural, levando os visitantes a conhecerem os ambientes e recursos de cada parque.
- Promover a segurança do visitante através da disponibilização de equipamentos e normas de segurança e presença institucional em todas as áreas de uso público.
- Alcançar um público mais diversificado, através da oferta de diferentes formas de recreação.
- Melhorar a percepção dos visitantes dos parques do Distrito Federal por meio da qualificação dos serviços.
- Ampliar a divulgação do próprio Programa e dos parques, bem como a promoção dos seus recursos naturais e culturais, a partir das experiências vividas pelos visitantes em contato mais próximo com os atributos de cada área protegida.
- Garantir, sempre que possível, a utilização de fornecedores locais para bens e serviços e investir no seu preparo e capacitação para aumentar cada vez mais esta relação, empregando pessoas da comunidade em cargos e funções dentro da equipe gestora do

parque.

- Apoiar projetos comunitários e criar mecanismos de aproximação da comunidade à referida área protegida, trabalhando principalmente com educação ambiental.
- Informar aos visitantes sobre os antecedentes e propósitos do relacionamento do empreendimento com a comunidade.

#### **Adesão ao Programa:**

a) Apresentação espontânea: encaminhamento de proposta ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, que avaliará as condições da proposta de acordo com critérios estabelecidos em regulamento próprio, devendo respeitar o que cada interessado puder fazer dentro de sua área de atuação.

b) Apresentação induzida: apresentação na forma de edital, com ações gerais pré-definidas, na modalidade de concurso de projetos, na forma da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **Opções de Participação**

Os interessados poderão escolher todas ou, dentre as opções abaixo listadas, a que mais lhe convier, a saber:

##### 1. Serviços

Ações:

1. Implementar a segurança do local.
2. Propiciar serviços de guia, brigadistas, entre outros, como forma de garantir a segurança dos visitantes.
3. Realização de eventos culturais e de divulgação de parques e áreas protegidas, em parceria com as respectivas Administrações.

##### 2. Obras civis

Ações:

1. Conserto/aquisição de equipamentos de lazer (quodras, brinquedos, anfiteatros).
2. Instalação de sistema de prevenção de descargas elétricas atmosféricas.
3. Reformas/construções de edificações (sede administrativa, sanitários, guaritas).
4. Reforma/implantação da rede elétrica.
5. Reforma/implantação da rede hidráulica.

##### 3. Preservação dos recursos naturais

Ação:

1. Desassoreamento de rios, córregos, lagos, entre outros.
2. Reconstituição da cobertura vegetal original.

4. Paisagismo

Ação: Criação, revitalização ou adequação paisagística.

5. Educação ambiental

Ação: Definição e implantação de programas e atividades didático-pedagógicas de lazer e educação ambiental.

6. Bens:

Ação:

1. Doação de equipamentos de informática.
2. Doação de equipamentos de pesquisa e fiscalização (GPS, binóculos, máquinas fotográficas, entre outros)
3. Doação de veículos de circulação;
4. Doação de veículos de exploração (veículos 4x4)

Os valores a serem gastos dependerão do tipo de obra, equipamentos instalados e investimentos necessários em cada parque. Porém, dispomos, no quadro abaixo, dos valores médios gastos com as principais benfeitorias.

MODALIDADE	VALOR (R\$)
Aquisição de equipamentos (playground, quadras, etc)	90 mil
Obras civis (reparos de quadras, sede administrativa etc.)	100 mil
Paisagismo	35,00/m <sup>2</sup>
Segurança	de 150 a 300 mil/ano

## COMO ABRAÇAR UM PARQUE

O Instituto Brasília Ambiental – IBRAM apresentará um Diagnóstico de cada área protegida, demonstrando indicadores do estado e das necessidades de preservação; indicadores de gestão (a serem definidos) e situação da infra-estrutura para conhecimento dos interessados.

- O interessado poderá optar por um ou mais tipos de ajuda:
  - Doação direta ao Programa Abraça um Parque, de forma a contribuir com aquelas unidades não muito visitadas e, portanto, menos atraentes de recursos, porém ricas em características ambientais;
  - Escolhendo um parque e desenvolvendo nele as ações já relacionadas;
  - Fazendo doações para determinada parte de um ou mais parques – áreas preservadas, de esporte, bibliotecas, entre outras.
  
- Cada interessado escolherá o(s) parque(s) que deseja apoiar e as ações a serem

realizadas para, então, firmar um Termo de Cooperação.

- As ações prioritárias, a serem realizadas nos parques, serão definidas em conjunto com a comunidade, com base na lista de necessidades elaborada pelo Instituto Brasília Ambiental – IBRAM por ocasião da elaboração do Diagnóstico.
- As doações diretas ao Programa serão depositadas na conta do IBRAM, para execução das atividades acordadas em proposta apresentada, respeitando a legislação vigente e as disposições contidas neste regulamento.

## **BENEFÍCIOS CONCEDIDOS**

As empresas classificadas como parceiras poderão explorar a marca ABRACE UM PARQUE em suas campanhas publicitárias, bem como propor, em conformidade com as normas vigentes no DF e pertinentes ao tema, instrumentos publicitários nas modalidades abaixo descritas:

- veículos doados às áreas protegidas;
- uniformes utilizados pelo pessoal em serviço nas referidas áreas;
- placas de identificação no interior dos parques em locais e dimensões previamente estipulados nos Termos de Cooperação, sob prévia aprovação do GDF;
- canetas, bonés, adesivos, folhetos e outros materiais de distribuição/venda ao público visitante;
- publicações específicas sobre o parque adotado, com a respectiva aquiescência do órgão administrador das áreas;
- **uso do nome da área adotada nos meios de comunicação disponíveis.**